

ADMINISTRAÇÃO

Projeto Pedagógico
do Curso de Graduação



Universidade de Gurupi
Pró-Reitora de Graduação e Extensão

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO**

GURUPI, ABRIL DE 2022



FUNDAÇÃO UnirG

Me. Thiago Piñero Miranda

Presidente

Oximano Pereira Jorge

Diretor Administrativo Financeiro

UNIVERSIDADE DE GURUPI - UnirG

Prof. Dr^a. Sara Falcão de Sousa

Reitora

Prof. Dr^o. Jeann Bruno Ferreira da Silva

Vice-reitor

Prof. Dr^a. Rise Consolação Luata Costa Rank

Pró-Reitor de Graduação e Extensão

Profa. Ma. Miréia Aparecida Bezerra Pereira

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil

Prof. Dr^o. Fábio Pegoraro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Ms. Alexandre Ribeiro Dias

Coordenadora do Curso de Administração

Prof. Ms. Rômulo Caldeira de Souza Maia

Coordenador de Estágio do Curso de Administração

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece em seu artigo nº 207 que “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]”, assim, a elaboração e/ou atualização do PPC se constitui responsabilidade institucional.

A Universidade de Gurupi- UnirG, na construção do PPC de seus Cursos de Graduação, propõe-se a acolher as normas do Sistema de Educação Superior dialogando com a estrutura mínima para o PPC indicada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sentido, a Universidade busca atribuir aos PPCs de seus Cursos de Graduação feição contextualizada e atender a complexo conjunto de interesses de sujeitos sociais e políticos componentes da população do estado do Tocantins com quem mantém permanente diálogo, bem como regiões dos estados mais próximos.

A construção do PPC deve, afirmativamente, ancorar-se em rigoroso diagnóstico e representar uma ação intencional, refletida e fundamentada de coletivo de sujeitos agentes interessados em promover, conforme missão da Universidade expressa em seu PDI. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é uma ferramenta essencial para definir e orientar a organização das práticas pedagógicas idealizadas para o Curso de Graduação, devendo estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, e também com outros documentos que dão suporte a sua construção. Tais documentos são indicados abaixo. A construção, a avaliação e a reformulação do PPC são processos coletivos de trabalho. Assim, a participação de toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) é fundamental.

Os documentos listados abaixo estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de elaboração/reforma do PPC:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Artigos 205 a 214.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI – Art. 43 a 67.

- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.
- RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) da UNIRG 2019-2023, Resolução 036 – Conselho Acadêmico Superior- CONSUP de 19 de setembro. Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf>
- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Destaques:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. [...]

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: [...]

II - educação superior

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Destaque:

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior **capacitem para o desenvolvimento didático- pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.**

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, **devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.**

- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, Resolução CNE/CP Nº1, de 17 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Destaque:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico- Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática —História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.
- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Destques:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.[...]

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo **componente curricular obrigatório** nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na **formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.**

- DIREITO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016, Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaque:

Art. 23. Os cursos de formação de professores devem garantir nos currículos, além dos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como **conteúdos relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.**

- INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do direito à educação.

- LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do **Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990.
- DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Destaque:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como **disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior**. [...]

2º A Libras constituir-se-á em **disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior** e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

- ESTÁGIO DE ESTUDANTES, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- SISTEMA E-MEC, Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos 37 Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>.
- PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO, PORTARIA Nº 220, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017, Institui o Programa Institucional de Internacionalização

de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa.

- EXTENSÃO CURRICULARIZADA, RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

- DISCIPLINAS OFERTADAS NA MODALIDADE À DISTÂNCIA, Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

Destaque:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta **não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.**

- PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Destaque:

Art. 1º - Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de

graduação presenciais, **até o limite de 40% da carga horária total do curso.**

- RESOLUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO – UNIRG, Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#resolucoes>.
- RESOLUÇÃO 027/2019, DO CONSELHO SUPERIOR - CONSUP, que dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação.
- RESOLUÇÃO 05/2020, DO CONSELHO SUPERIOR – CONSUP, que aprova procedimentos para elaboração e reformulação de Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação;

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.1 FUNDAÇÃO UNIRG	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.2 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO UNIRG	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 UNIVERSIDADE DE GURUPI - UNIRG	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.2 BASE LEGAL DA IES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.3 MISSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.4 VISÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.5 VALORES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6 OBJETIVOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.7 ÁREA (S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	46
3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	47
3.2 JUSTIFICATIVA PARA A MANTENÇA DO CURSO	49
3.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO	55
3.4 ATOS LEGAIS DO CURSO	56
3.5 CONCEITO DE CURSO - CC	57
3.6 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC	57
3.7 RESULTADOS DO ENADE	58
3.8 PROCESSO DE SUPERVISÃO DE CURSO	58
3.9 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	59
3.10 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	59
3.11 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO	59
3.12 COORDENADOR DE CURSO	60
3.13 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO	61
FONTE: NDE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, 2021	61
3.14 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO	61
3.15 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE	62
4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	63
4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	63
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	65

4.3	OBJETIVOS DO CURSO	78
4.3.1	OBJETIVO GERAL	78
4.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	78
4.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	78
4.5	FORMAS DE ACESSO AO CURSO	81
4.6	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	81
4.8	CONTEÚDOS CURRICULARES	98
4.9	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.10	METODOLOGIA.....	127
4.11	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	134
4.12	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	134
4.13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	135
4.14	APOIO AO DISCENTE	136
4.15	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	138
4.16	COORDENAÇÃO.....	138
4.17	DOCENTES	139
4.18	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	144
4.19	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EAD	144
4.20	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	145
4.21	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	147
4.22	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	148
4.23	INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	150
4.24	NÚMERO DE VAGAS	151
5	CORPO DOCENTE E TUTORIAL	151
5.1	ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E COLEGIADO DE CURSO, E SUAS COMPOSIÇÕES	151
5.2	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	154
5.3	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	155
5.4	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	156
5.5	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	157
5.6	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE	158
5.7	EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE	159
5.8	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	159
6	INFRAESTRUTURA	161
6.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL – TI.....	164

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	164
6.3 SALA DE PROFESSORES	165
6.4 SALAS DE AULA.....	165
6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	166
6.6 O NÚCLEO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO – NTI	167
6.7 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	167
6.8 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)	168
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
8 REFERÊNCIAS.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Experiência profissional do Corpo Docente do Curso de Administração na área de formação em outra instituição empresarial.....	136
Gráfico 2: Tempo de docência na IES.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados com identificação da Mantenedora da Universidade- UnirG.....	17
Quadro 2: Dados de identificação da Universidade–UnirG.....	30
Quadro 3: Dados de identificação no âmbito da Reitoria UnirG.....	31
Quadro 4: Dados de identificação no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e Extensão UnirG.....	31
Quadro 5: Dados de identificação no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação UnirG.....	32
Quadro 6: Dados com identificação dos Campus da Universidade UnirG.....	32
Quadro 7: Dados de identificação da Base Legal da Universidade de Gurupi – UnirG.....	33
Quadro 8: Atos Legais do Curso.....	41
Quadro 9: Conceito Preliminar do Curso.....	42
Quadro 10: Resultados do ENADE.....	43
Quadro 11: Síntese do Regime Acadêmico e Prazo de Integralização Curricular do Curso de Administração.....	44
Quadro 12: Dados com identificação da Coordenação de Curso.....	45
Quadro 13: Composição NDE.....	45
Quadro 14: Tempo Médio de Permanência do Corpo Docente no Curso.....	46
Quadro 15: Evolução do Corpo Docente Curso de Administração.....	47
Quadro 16: Disciplinas ofertadas na modalidade EAD (semipresenciais).....	108
Quadro 17: Projetos.....	113
Quadro 18: Relação dos Docentes do Curso de Administração do Universidade de Gurupi- UnirG.....	117

Comentado [P1]: Inserir quadros

Quadro 19: CPC / ENADE.....	124
Quadro 20: Composição do Conselho do Curso de Administração.....	129
Quadro 21: Coordenação do Curso de Administração.....	131
Quadro 22: Titulação do Corpo Docente do Curso.....	132
Quadro 23: Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso.....	134
Quadro 24: Experiência Profissional do Corpo docente.....	135
Quadro 25: Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.....	137
Quadro 26: Estrutura.....	138
Quadro 27: Discriminação do Acervo Bibliográfico do Curso de Administração da Universidade de Gurupi- UnirG	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conceito do IGC institucional dos últimos 3 (três) anos.....	33
--	----

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Relação dos Valores da Unirg e os 4 pilares da Educação.....	48
Figura 2: Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	61
Figura 3: Representação Gráfica das Linhas de Formação.....	62

ANEXOS

Termo de Compromisso Preceptorial
 Currículo Lattes: Presidente da Fundação; Reitora e Coordenadora de Curso
 Plano de Melhoria e Expansão

APÊNDICES

Representação Gráfica do Perfil de Formação
 Representação Gráfica das Linhas de Formação
 Manual de Estágio Supervisionado
 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso
 Regulamento do Núcleo de Práticas Administrativas
 Regulamento de Atividades Complementares

Em conformidade com o que afirma Vasconcellos¹, o “Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da instituição, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa [...] possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição”, e através dessa perspectiva o Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia foi elaborado.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento elaborado coletivamente pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Sua elaboração pretende orientar e conduzir as ações iniciais da sistematização do que já foi discutido e aprovado no âmbito acadêmico, mas com a perspectiva de aperfeiçoamento de suas diretrizes ao longo de sua execução. Considerando que este é o princípio para futuras e constantes reflexões sobre: o ensino em saúde; a função social da Universidade; o curso de Odontologia e a relação teoria e prática, além da pesquisa e a extensão.

A necessidade de reformulação deste PPC ocorreu a partir das recomendações providas do relatório da comissão de verificação “in loco” para fins de reconhecimento da oferta do curso de Odontologia. Os instrumentos utilizados para reelaboração do projeto pedagógico do curso foram PDI, PPC, DCN, resoluções e deliberações em atas de Conselho de Curso e do NDE, e resoluções do Conselho Federal de Odontologia.

De acordo com a LDB 9.394/96, Art. 53, as Instituições de Ensino Superior possuem autonomia pedagógica para definir seus currículos, organizar seus programas e estabelecer os conteúdos programáticos de suas disciplinas. Assim, este documento baliza as finalidades específicas para o desenvolvimento do Curso de Odontologia, no que se referem aos objetivos, competências e habilidades, ingresso no curso, perfil do egresso, concepções metodológicas e de avaliação da aprendizagem, estrutura curricular, estrutura física e organizacional, que devem conduzir o trabalho docente na construção dos processos de aprendizagens significativa

¹ VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 10 ed. São Paulo, SP: Libertard, 2002. (p. 143)

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Constituição Federal estabelece em seu artigo nº 207 que — As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]II, assim, a elaboração e/ou atualização do PPC se constitui responsabilidade institucional.

A Universidade de Gurupi- UnirG, na construção do PPC de seus Cursos de Graduação, propõe-se a acolher as normas do Sistema de Educação Superior dialogando com a estrutura mínima para o PPC indicada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sentido, a Universidade busca atribuir aos PPCs de seus Cursos de Graduação feição contextualizada e atender a complexo conjunto de interesses de sujeitos sociais e políticos componentes da população do estado do Tocantins com quem mantém permanente diálogo, bem como regiões dos estados mais próximos.

A construção do PPC deve, afirmativamente, ancorar-se em rigoroso diagnóstico e representar uma ação intencional, refletida e fundamentada de coletivo de sujeitos agentes interessados em promover, conforme missão da Universidade expressa em seu PDI. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é uma ferramenta essencial para definir e orientar a organização das práticas pedagógicas idealizadas para o Curso de Graduação, devendo estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, e também com outros documentos que dão suporte a sua construção. Tais documentos são indicados abaixo. A construção, a avaliação e a reformulação do PPC são processos coletivos de trabalho. Assim, a participação de toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) é fundamental.

Os documentos listados abaixo estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de elaboração/reforma do PPC:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigos 205 a 214.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI – Art. 43 a 67.

- Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- Diretrizes Curriculares Nacionais de Cada Curso, Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRG 2019- 2023, Resolução 036 – Conselho Acadêmico Superior- CONSUP de 19 de setembro, disponível em: <http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf>.
- Núcleo Docente Estruturante, Resolução N. 1, de 17 de Junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&qid=6885 & It emid. Acesso em 30 de junho de 2016.
- Educação Ambiental, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Destaques:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. [...] Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: [...]

II - educação superior

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

- Resolução Cne/Cp Nº 2, de 15 de Junho De 2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Destaque:

*Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior **capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.***

*§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, **devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.***

- Relações Étnico-Raciais, Resolução CNE/CP Nº1, de 17 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Destaque:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática — História e

Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.
- Educação em Direitos Humanos, Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Destaques:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.[...]

*Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo **componente curricular obrigatório** nos cursos destinados a esses profissionais.*

*Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na **formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento**.*

- Direito Educacional de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016, Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaques:

*Art. 23. Os cursos de formação de professores devem garantir nos currículos, além dos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como **conteúdos relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**.*

- Inclusão da Pessoa com Deficiência, Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de

deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do direito à educação.
- Lei Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do **Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Destaque:

*Art. 3º A Libras deve ser inserida como **disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.** [...]*

*2º A Libras constituir-se-á em **disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior** e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.*

- Estágio de Estudantes, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- SISTEMA E-MEC, Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos 37 Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em:

<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>.

- Programa de Internacionalização, Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa.
- Extensão Curricularizada, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

- Disciplinas Ofertadas na Modalidade à Distância, Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

Destaque:

*§ 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta **não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.***

- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Destaque:

Art. 1º - Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, **até o limite de 40% da carga horária total do curso.**

- Lei 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resoluções e Ordens de Serviço – UNIRG, Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#resolucoes>.
- Resolução 027/2019, do Conselho Acadêmico Superior - CONSUP, que dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação;
- Resolução 05/2020, do Conselho Acadêmico Superior – CONSUP, que aprova procedimentos para elaboração e reformulação de Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação.



1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

Figura 1: Universidade de Gurupi / Foto: Divulgação

1.1.1 Nome da Mantenedora

- **Nome:** Fundação UnirG
- **Sigla:** UNIRG
- **Presidente:** Thiago Pinheiro Miranda
- **Endereço:** Av. Pará, Quadra 20, Lote 01; nº 2432,
- **Bairro:** Engenheiro Waldir Lins II
- **Município/UF:** Gurupi –TO **CEP:** 77. 402-110
- **Telefone:** (063) 3612-7600 Ramal: 7515
- **E-mail:** presidencia@unirg.edu.br **Webmail:** www.unirg.edu.br

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

- **Esfera Administrativa:** Pública Municipal de Ensino Superior
- **Ato de Criação:** Lei nº 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007-Município de Gurupi -TO
- **CNPJ:** 01.210.830/0001-06

1.3 HISTÓRICO DA MANTENEDORA²

A Lei Municipal n.º 611, de 15 de fevereiro de 1985 cria a Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.)³, decretada pela Câmara Municipal de Gurupi e sancionada pelo prefeito municipal Jacinto Nunes da Silva e pelo secretário de Administração Geral Divino Allan Siqueira. A Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º que transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador.

No primeiro ano, a gestão da Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) se deu em parceria com a empresa Centro de Ensino Regional Tocantins-Araguaia – CERTA; em 1986, a Prefeitura rompeu esse contrato e através da alteração do estatuto da FEG, pelo Decreto nº 162, de 03/11/1986, nomeou como presidente, Maria das Dores Braga Nunes, como secretário, Milton Loureiro e como tesoureiro, Odécio Lopes Névoa Filho. O Decreto nº 080/86, de 16 de maio de 1986 nomeou o prof. Mário Coelho da Silva para Direção Geral da FAFICH-Gurupi⁴.

Em 2001 se inicia a fase de implantação do que viria a ser a Universidade de Gurupi. O prefeito João Lisboa da Cruz nomeou para presidente da Fundação

² O histórico foi construído com base na pesquisa realizada pela professora Célia Maria Agustini Lima.

³ Atual Fundação UnirG.

⁴ O primeiro Regimento (nº 01) foi aprovado com o processo de autorizativo da instituição por meio da Resolução CEE/GO nº 150 de 31/05/1985 e teve vigência de 1985 a 1988; o nº 02 – Resolução CEE- GO nº 066, de 26/05/1988, vigorou de 1988 a 2002; o nº 03 – Resolução CEE-TO nº 082, de 02/08/2002, de 2002 a 2004; o nº 04 – Resolução CEE-TO nº 02, de 30/01/2004, vigorou de 2004 a 2008; o nº 05 – Resolução CEE-TO nº 63, de 07/05/2008, iniciou sua vigência com a ascensão a Centro Universitário em 2008 e, em 19/09/2019 foi aprovado no CONSUP o Regimento Geral Acadêmico nº 07, ajustado para o novo contexto: Universidade (2019).

Educacional de Gurupi o professor Valnir de Souza Soares, diretor administrativo-financeiro, Américo Ricardo Moreira de Almeida e criou a diretoria acadêmica vinculada à FEG, ocupada pelo prof. Pedro Luiz de Menezes, que receberam como missão, a transformação da cidade de Gurupi em um polo educacional.

Com a nova condição e, nos termos do referido decreto, o Centro Universitário UnirG passou a ser identificado como uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, com universalidade de direito, mantida e representada pela Fundação UnirG, mantenedora, com natureza e personalidade jurídica de direito público, possuindo o mesmo regramento jurídico *dispensado às autarquias*, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 1.699 de 11 de julho de 2007 e, posteriormente, em 2009, por meio da Lei Municipal nº 1.831, de 07/12/2009 a Lei 611/1985 foi alterada em seus artigos 1º e 3º, alterando a personalidade jurídica, definindo/alterando a condição para ser presidente da Fundação e redefinindo a estrutura orgânica da Fundação UnirG; novamente alterada pela Lei Municipal nº 1.970, de 25/10/2011; agora o Conselho Curador com 14 (catorze) membros e definição dos órgãos ligados à Fundação UnirG: Controladoria Geral da Fundação UnirG, Tesouraria da Fundação UnirG, Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência da Fundação UnirG; essa é a Lei que persiste, alterando os membros a cada dois anos.

Até 29/08/2010, os docentes eram concursados sob regime estatutário, porém após intensos estudos e simulações para comprovar a viabilidade e a capacidade da Instituição, foi editada a Portaria UnirG nº 633, de 30/08/2010, que dispôs sobre o *enquadramento de servidores docentes* Efetivos no Regime de Trabalho, dando cumprimento à Lei 1.755, de 21/05/2008, que legalizou o assunto nos seguintes regimes de trabalho: a) Docente com Tempo Integral – 40 horas com Dedicção Exclusiva; b) Docente com Tempo Integral – 40 horas; c) Docente com Tempo Parcial – 20 horas. A Resolução CONSUP nº 006/2010, de 08/07/2010 aprovou o *enquadramento dos docentes* do Centro Universitário UnirG, retroagindo os seus efeitos a 01/07/2010.

A UnirG promoveu Concursos Públicos de Provas e Títulos para professor em 1985 (empresa CERTA/Goiânia) e na sede em Gurupi nos anos: 1988 (Edital nº

002, de 17/12/1987), 1989 (Edital em 08/06/1989 - Inscrições de 04/01 a 05/02/1990); 1991 - Edital em 1º/07/1991, homologado pela Resolução nº 004, de 20/08/1991; 1999 (Edital 05/99), 2000 (Edital nº 005, de 08/05/2000); 2007, 2013 (Resolução CONSUP nº 004, de 30/04/2013), e o último em 2019 (Edital nº 001, de 28/06/2019); para o Corpo Técnico-Administrativo em: 1999 (Edital 05/99), 2006 (Edital 2005); 2007, 2010, 2016 (Portaria nº 966, de 19/10/2016- aplicado em 12/02/2017), 2017 (homologado pela Portaria UnirG nº 858/2017 de 20/12/2017), 2019 (homologado pela Portaria UnirG nº Portaria no 045/2019).

Quanto à qualificação dos professores, na pós-graduação *Stricto Sensu* foi oferecida por meio de parceria com instituições: Universidade de Marília (UNIMAR) em Marília-SP (1997), Universidade de Taubaté (UNITAU) em Taubaté-SP (2012), Universidade Federal de Goiás-GO em Goiânia, Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas e Gurupi-TO (2016). A Resolução CONSUP nº049, de 19/10/2017, aprovou o Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente, assim como seu regulamento e o Projeto Pedagógico.

Em 2016, para equilibrar as finanças da Instituição, ficou estabelecida a suspensão por 24 (vinte e quatro) meses da liberação de docentes para qualificação em outros mestrados ou doutorados, porém com o compromisso de análise dos pedidos de bolsas e ajudas de custo dos docentes que já previram cursar doutorado nesse período (Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016).

Por meio da Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016 foi aprovada a redução de vagas no MINTER com UFT no Centro Universitário UnirG, permanecendo 15 (quinze) vagas em Políticas Públicas e 15 (quinze) vagas na área da Saúde, com custos do MINTER com a UFT para os docentes efetivos e técnicos administrativos da IES a cargo da Fundação UnirG.

Na gestão do prefeito municipal Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, foi empossado no cargo de presidente da Fundação UnirG, em janeiro de 2011, o senhor Eugênio Pacceli Freitas Coelho, mesmo tendo sido eleito para esse cargo, em setembro do ano anterior, o professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

Em 2013, o prefeito municipal, Laurez da Rocha Moreira, nomeou o candidato eleito em setembro de 2010, professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento para a presidência da Fundação UnirG (Decreto Municipal nº 013, de 03/01/2013).

O Decreto Municipal nº683, de 04/07/2017 nomeou o advogado Thiago Benfica para exercer o cargo de presidente da Fundação UnirG, em substituição ao advogado e professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

Em 2021 tomou posse o novo presidente da fundação UnirG, o senhor Thiago Piñeiro Miranda. (Decreto Municipal nº 233, de 23/01/2021), em substituição ao advogado Thiago Benfica.

Em 2018, mais um sonho foi realizado: o Centro Universitário passou ao nível de Universidade, agora Universidade de Gurupi – UnirG, conforme Decreto Governamental nº5.861, de 17 de setembro de 2018.

Para alcançar a meta de implantar a, hoje, Universidade em Gurupi, muitos servidores docentes, corpo técnico-administrativo, discentes e também a comunidade de gurupiense e da região, do poder constituído nas diversas gestões, aderiram ao sonho, desde o plano de campanha política (1982) e materializado em 1985 com a criação de uma Instituição de Ensino Superior em Gurupi -TO, o comandante Jacinto Nunes e, ainda dos prefeitos do sul do Tocantins que apoiaram a mesma causa, participaram da árdua tarefa.

O esforço conjunto de todos os segmentos da IES e do poder Executivo de Gurupi resultou na esperada transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi. Muitos desafios ainda se colocam pela frente, com as adequações necessárias para melhorar ainda mais a qualidade de trabalho oferecido e o grandecimento educacional na região e no Estado do Tocantins.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

2.1 NOME DA IES

- **Nome:** Universidade de Gurupi **Sigla:** UnirG
- **Endereço:** Av. Pará, Quadra 20, Lote 01; nº 2432,
- **Bairro:** Engenheiro Waldir Lins **CEP:** 77. 402 -110
- **Município/UF:** Gurupi – TO
- **Telefone:** (063) 3612-7600 **Ramal:** 7619
- **E-mail:** reitoria@unirg.edu.br **Webmail:** www.unirg.edu.br

2.2 BASE LEGAL DA IES

- **Esfera Administrativa:** Pública Municipal de Ensino Superior
- **Ato de Criação:** Lei nº 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007 – Município de Gurupi-TO.
- **Ato de Credenciamento de Centro Universitário:** Decreto Governamental 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008.
- **Ato de Credenciamento de Universidade:** Decreto Governamental Nº 5.861, de 17 de setembro de 2018. Publicado no DOE/TO nº 5.190 de 03 de setembro de 2018.
- **CNPJ:** 01.210.830/0001-06

2.3 MISSÃO

Missão Institucional é fruto de uma construção coletiva na Semana de Planejamento Pedagógico no ano de 2011, foi atualizada após uma etapa de elaboração do Planejamento Estratégico realizado em 2017, tendo sido elaborado, também, a Visão e os Valores, por meio de uma metodologia de planejamento estratégico participativo, fundamentado em um processo de ouvir e perceber o entrecruzar de olhares dos três segmentos da comunidade universitária e sociedade.

A missão *“Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação”*.

2.4 VISÃO

Por entender que a visão, a missão e valores ainda expressam o real propósito da Universidade de Gurupi – UnirG, em toda a sua abrangência e direcionamento institucional, mantém em sua integralidade para esse próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A visão *“Ser uma Universidade de referência na Região Norte, comprometida com a formação cidadã, de maneira inovadora e sustentável”*.

2.5 VALORES

A Instituição afirma-se a cada dia, por meio do esforço contínuo como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores:

- **Excelência** - A UnirG trabalha para alcançar patamares de excelência em suas áreas de atuação, em especial no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, além de ser capaz em estabelecer parcerias e convênios em prol da qualidade.
- **Inovação** - Uma Instituição capaz de identificar e escolher caminhos e de instituir oportunidades, carreiras e práticas, voltadas para a inovação.
- **Ética** - Uma Instituição voltada para a responsabilidade ética, social e ambiental.
- **Comprometimento com a comunidade acadêmica** - Uma Instituição que conhece a diversidade acadêmica que atende e é capaz de suplantar as desigualdades.
- **Responsabilidade social e ambiental** - Uma Instituição preparada para cumprimento da responsabilidade social e ambiental, além de propor soluções e influenciar esse cumprimento pela gestão municipal.
- **Transparência** - Uma Instituição que divulga, no intuito de demonstrar suas ações e decisões à comunidade acadêmica e à sociedade.

2.6 HISTÓRICO DA MANTIDA



Figura 2: Universidade de Gurupi / Campus I

A Universidade de Gurupi é uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, situada no município de Gurupi, na região sul do Estado do Tocantins. É mantida e administrada financeiramente pela Fundação UnirG.

Quando ainda era Centro Universitário UnirG, no caminho pela qualidade dos serviços e nos preparativos para ascender à Universidade, aprovou regulamentos de diversas unidades: Secretaria Geral Acadêmica - Resolução CONSUP nº 03, de 13/03/2014; Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 023, 09/06/2016); critérios para a Outorga de Grau no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010); Regulamento de Extensão e os respectivos critérios de Avaliação com a validade por 02 (dois) anos, para ser reavaliado, visando ao aprimoramento e ajustes que se tornassem necessários, de acordo com os objetivos do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP/Câmara de Graduação nº 009, de 07/11/2011); Regulamento do Projeto Integrador do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 045, de 17/11/2016); horário de funcionamento e sistema de registro do ponto eletrônico para os servidores do Quadro Técnico-Administrativo e aos Docentes no âmbito da Fundação e Centro Universitário UnirG (Portaria UnirG nº 1173, de 21/12/2016); Regulamento de Monitoria do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº

016, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de aluno especial no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 017, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de Aluno Extraordinário no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 018, de 31/05/2017); normas de Colação de Grau (Resolução CONSUP nº 019, de 31/05/2017); regulamentação do Núcleo Comum do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 037, de 26/11/2015); regulamento do Núcleo de Ensino a Distância do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 044, de 21/09/2017) e outros regulamentos foram providenciados. A UnirG instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a Câmara de Ética e Disciplina; a Câmara de Graduação. Também foi realizada parceria com a Universidade do Tocantins-UFT para qualificação Stricto Sensu, sendo aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 002, de 10/03/2016, o Mestrado Interinstitucional (Minter).

O Decreto Governamental nº 5.861 foi assinado pelo governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, em 17 de setembro de 2018, o qual oficializou a transformação do Centro Universitário UnirG em **Universidade de Gurupi**, sendo publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.190, de 17 de setembro de 2018. Este evento foi realizado sob a gestão do prefeito municipal Laurez Moreira; presidente da Fundação UnirG, Thiago Benfica e a reitora da academia, Profa. Lady Sakay. O processo de credenciamento por transformação em Universidade foi composto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Acadêmico, Estatuto, documentos referentes à situação financeira, acadêmica, dentre outros, em conformidade com as normas vigentes que possibilitaram o credenciamento desta Instituição por cinco anos. Esse acesso permite à UnirG ampliar os programas de pesquisa, intercâmbios internacionais, acesso a financiamentos e editais, registrar diplomas de outras instituições, criar cursos e sedes administrativas acadêmicas, além da formação de redes de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais.

Ampliando a oferta de cursos, a Instituição aprovou a criação do curso de Engenharia Civil, com funcionamento no período noturno, com 60 vagas semestrais (Resolução CONSUP/UnirG nº 014, 10/09/2013); posteriormente, por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 24/04/2014 foi criado o curso de Engenharia Civil no turno Matutino. Foi aprovado também, pela Resolução CONSUP nº 021 de

05/11/2013, o Edital para seleção dos cursos de tecnologia em Comunicação Institucional e Sistemas para Internet para o primeiro semestre de 2014. Embora o esforço para abertura do curso de Comunicação Institucional, a coordenação do curso de Comunicação Social não obteve êxito. Foi oferecido somente o curso de Sistemas para Internet, com demanda suficiente, conforme exigência da Fundação, para funcionar a partir do primeiro semestre de 2014. Conforme Resolução do CONSUP nº 058 de 12/12/2019 foi aprovado o curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. E em maio de 2020 foi aprovado o Curso de Medicina na cidade de Paraíso do Tocantins TO, conforme Resolução CONSUP nº 002, 20/04/2020.

Com vários desafios ainda por percorrer, mas sob a égide de Universidade, a IES conta com os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito (matutino e noturno), Educação Física (bacharelado e licenciatura), Tecnologia em Estética e Cosmética, Enfermagem, Engenharia Civil (matutino e noturno), Farmácia, Fisioterapia, Jornalismo, Letras, Medicina Gurupi, Medicina Paraíso, Odontologia, Psicologia e Pedagogia.

Foi finalizado o curso superior de tecnologia Sistemas para Internet. Também ministra cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e tem aprovado o *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT e continua sendo oferecido o Mestrado Interinstitucional (Minter).

Quanto à pós-graduação, a IES ofertou programas de pós-graduação *Lato Sensu* desde 1995 com origem nesta Instituição ou em parceria com outras, sendo que a partir de 2014 a UnirG ofereceu, semestralmente, por meio de publicação de editais os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e ministrados conforme a demanda. Na pós-graduação foram realizados os seguintes cursos de especialização *Lato Sensu*: Agronegócios TURMA I (2015-2016); Agronegócios TURMA II (2017-2018); Controladoria e Finanças - TURMA I (2017-2018); Direito Tributário – TURMA I (2017-2018); Educação Física Aplicada ao Fitness e ao Wellness – TURMA I (2017-2018); Farmácia Hospitalar Enfoque em Farmácia Clínica (2014-2015); Farmacologia Clínica e Terapêutica com Ênfase em Prescrição Farmacêutica - TURMA I (2016-2017); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA I (2015-2016); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA II (2016-2017);

Terapia Intensiva – TURMA I (2014-2015); Terapia Intensiva – TURMA II (2015-2016); Terapia Intensiva – TURMA III (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA IV (2017-2018).

A IES conta com instrumentos que norteiam as ações com o intuito de cumprir sua missão e objetivos, quais sejam: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da avaliação institucional; a implementação das Câmaras de Graduação e Câmara de Ética no Conselho Acadêmico Superior (CONSUP); o Núcleo Docente Estruturante Institucional – NDEI, que acompanha e socializa as ações dos Núcleos de Docentes Estruturantes - NDEs dos cursos; o Colégio de Coordenadores; os Conselhos dos Cursos, além de outras ferramentas nas diversas unidades.

Os cursos são ministrados nos seguintes locais: Campus I, Campus II e Clínica de Odontologia; além de salas de aulas destinadas aos alunos de estágio, no Núcleo de Práticas Jurídicas, no Ambulatório de Saúde Comunitária e no Centro de Vida Saudável. Os laboratórios dos cursos da Saúde são oferecidos no Campus II e, do curso de Odontologia, na Clínica Odontológica. A Instituição conta com o Núcleo de Práticas Jurídicas para o estágio do curso de Direito que atende também, efetivamente, a clientela com renda mensal de até dois salários mínimos.

Mantém, ainda, o Núcleo de Estágio da Saúde que atende os residentes da Saúde/UnirG, em local especial, equipado com biblioteca, quarto para descanso, cozinha e outros atendimentos para uso dos residentes médicos.

Conta também com sala multifuncional do Laboratório de Tecnologia Assistiva da UnirG-(LabTAU) para construção de material que atenda ao aluno com dificuldade de aprendizagem em escolas do Município e da região.

Os cursos de Direito e de Pedagogia foram os primeiros autorizados, ambos, por meio da Resolução CEE/GO nº 150 de 31/05/1985. O início das atividades da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (F.F.C.H.G.) ocorreu no Colégio Ary Ribeiro Valadão Filho. O 1º Processo Seletivo dos cursos de graduação plena ocorreu em 29 e 30 de junho de 1985; início das aulas em julho de 1985 com a Licenciatura Curta e, no segundo semestre de 1985, tiveram início os cursos de graduação em Direito e Pedagogia com Licenciatura Plena.

Conforme legislação em vigor, depois da autorização do Conselho Estadual de Educação, ainda faltava a autorização do Ministério de Educação e Cultura (MEC) a qual foi oficializada em 19 de agosto de 1987, ao ser publicado no DOU de 20/08/1987, Seção I, na primeira página, o Decreto Ministerial nº 94.786 que autorizou o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, a ser ministrado com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e, no mesmo Diário Oficial, Seção I, página 13222, o Decreto Ministerial nº 94.787 autorizou o funcionamento do curso de Pedagogia com as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus (Licenciatura Plena), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e Supervisão Escolar de 1º Grau (Licenciatura Curta), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais. O primeiro regimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi nº 028, aprovado por meio da Resolução CEE-GO nº 066, de 26 de maio de 1988, foi assinado pelo então presidente, Pe. José Pereira de Maria.

Em 1989, houve a substituição da presidência da Fundação Educacional de Gurupi (FEG), assumida pelo professor Lázaro Francisco Mundim; também tomaram posse a secretária executiva, Maria Botelho Pinheiro e como tesoureira, Maria do Carmo Sampaio de Lima Aguiar. Na diretoria acadêmica continuou Mário Coelho da Silva, assumindo a vice-direção, o professor Galileu Marcos Guarenghi (Decreto Municipal 125/1989).

Em 1990, estava estabelecida a sede da Faculdade na Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha, onde passou a funcionar a Academia, a Fundação, a Associação dos Professores, a representação estudantil e local em que foi instalada, posteriormente, à época, a Empresa Júnior que atendia aos dois últimos cursos criados: Administração e Ciências Contábeis.

Por meio do Decreto Ministerial s/n, de 04/08/1994, conforme o Parecer CES/CEE-TO nº 095, aprovado em 24/10/1991 - processo 773/91 -, os cursos de Administração e Ciências Contábeis tiveram o funcionamento autorizado. Em 1999, foram criados os cursos emergenciais de História, Matemática e Letras, como também foi aberto o curso de Direito Matutino, com fundamento no Parecer CEE/TO nº 029 de 24/02/1999. Em 1997, houve alteração na gestão municipal, assumindo a prefeitura o Sr. Nânio Tadeu Gonçalves que nomeou pelo Decreto Municipal 297,

de 20/06/1997, Verbena Medeiros Brito para, em comissão, exercer o cargo de presidente da Fundação Educacional de Gurupi. Em 01/02/2000, o curso de Educação Física foi autorizado pelo Decreto Governamental nº 895. Até o fim do século passado a FAFICH possuía 7 (sete) cursos e 1.078 (mil e setenta e oito) acadêmicos.

No vestibular de meio de ano de 2001, a FAFICH/UnirG⁵ ampliou seu vestibular ofertando também os cursos de Ciência da Computação, Odontologia, Fisioterapia e Comunicação Social – Jornalismo, com base no parecer favorável emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins, em 20/06/2001, concretizado no Decreto Governamental nº 1.332, de 17/10/2001. Em 2002, foram criados os cursos de Enfermagem⁶ e Medicina. A Instituição passou então a ter 12 cursos com um curso, Direito, em dois turnos, 3.449 discentes e 110 docentes.

No segundo semestre de 2006 foi realizado o processo seletivo para o curso de Farmácia, autorizado conforme o Decreto Governamental nº 2.882, de 06/11/2006, à luz do Parecer CES/CEE/TO nº 230/2006, com funcionamento em período integral e 60 (sessenta) vagas semestrais. O oferecimento de vagas do curso de Farmácia foi suspenso e deixou de constar no edital do processo seletivo a partir do primeiro semestre de 2014, conforme a Resolução CONSUP nº 016, de 01/10/2013, no entanto voltou a ser oferecido com a aprovação de nova estrutura curricular no primeiro semestre de 2016.

Embora as avaliações estivessem sendo realizadas no âmbito institucional, em 2007 aprovou-se o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da elaboração do projeto de autoavaliação institucional, com vistas ao acesso ao Centro Universitário.

⁵ A utilização da marca UnirG se iniciou no primeiro vestibular de 2001 e a nova logomarca manteve o tradicional nome FAFICH para que, na transição dos nomes, não se perdesse as conquistas que a antiga Instituição de Ensino Superior atingiu.

⁶ Por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 28/03/2017 foi aprovada a criação do Curso de Enfermagem no período Noturno.

Em 2008, a Instituição iniciou nova fase, obtendo autonomia universitária, por meio do acesso ao nível de Centro Universitário, a maior conquista até então, por meio do Decreto Governamental nº 3.360, de 02/06/2008 – DOE/TO de 06/06/2008, conforme o Parecer CES/CEE/TO nº 144/2008-DOE/TO de 30/05/2008. Assim credenciado, o **Centro Universitário UnirG** passou a desfrutar de autonomia para, entre outras ações, criar e organizar em sua sede, cursos e programas de educação superior, registrar os diplomas dos concluintes de seus cursos, até então sob o encargo da Universidade Federal de Goiás, enfim gozar da autonomia conforme a legislação vigente. Em 2011, protocolou os documentos necessários para novo credenciamento, que foi renovado por cinco anos, conforme o Decreto Governamental 4.659, de 24/10/2012 – DOE/TO de 24/10/2012 e Parecer CEE/TO nº 396/2012, de 18/11/2011 – DOE-TO de 13/12/2011.

Essa condição resultou em outras providências da IES, desde 2008, tais como: o final da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e reformulação do Estatuto da Fundação e do Regimento Geral Acadêmico com reorganização das ações, adequando-as às normas estatutárias e regimentais. Evidenciou-se a melhoria da qualidade do ensino oferecido, comprovada por processos avaliativos, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecidas à comunidade acadêmica.

Com o Regimento Geral aprovado conforme a Resolução CEE/TO nº 63, de 07/05/2008 - DOE/TO de 18/08/2008, houve eleição para os cargos de reitoria, vice-reitoria e coordenações de curso e de estágio, com mandato de dois anos. **Na primeira eleição**, foi eleito como reitor, o prof. Dr. Marcus Geraldo Sobreira Peixoto e vice-reitor, o prof. Ms. Alexandre Ribeiro Dias. Na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foi nomeada a Prof^a Dr^a Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-reitoria de Graduação e Extensão, o prof. Ms. Ricardo Lira de Rezende Neves. Esse Regimento sofreu alterações em 10/08/2012, 2015, 2016⁷.

⁷ A Resolução CONSUP nº 012, de 28/04/2016 aprovou a emenda do REGIMENTO GERAL ACADÊMICO do Centro Universitário UnirG, modificando disposições relativas às Eleições do Conselhos de Curso do Centro Universitário UnirG, acrescentando ao artigo 16 os §§ 2º e 3º.

Em 06/08/2009 foi aprovada a criação do *Departamento de Registro de Diplomas, Títulos e Certificados* por meio da Resolução CONSUP nº 012/2009⁸, materializando mais uma conquista da condição do nível de Centro Universitário, para o qual foi nomeada a servidora Cinária Batista da Silva Lima.

A UnirG mantém revistas online, sendo a primeira a **Revista Cereus**, cujo v.01, n.01, foi publicado em agosto de 2009, destinando-se à divulgação de trabalhos científicos das áreas classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes como: Ciências Exatas e da Terra, Saúde Coletiva (epidemiologia, saúde pública, medicina preventiva) Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, mas abre espaço para submissões de outras áreas desde que os respectivos conteúdos guardem correspondência com o projeto da revista.

Em 2013, foi criada a **Revista Amazônia Science & Health** com divulgação trimestral, destinada à publicação de trabalhos científicos e intervenções relacionadas à saúde. As Revistas Cereus e Amazônia: Science & Health receberam em abril, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis-Capes) para os anos 2016/2017. Os periódicos foram classificados com Qualis "B" na área interdisciplinar. A Amazônia conquistou Qualis "B5" e a Cereus Qualis "B2"⁹.

Em 03/08/2017, os acadêmicos do curso de Letras do Centro Universitário UnirG promoveram o lançamento da primeira revista **Ressaca Literária**; trata-se de uma revista de poesia e prosa que propõe leitura, por meio da publicação de poemas, contos, crônicas, resenhas, artigos, entrevistas, fotografias, músicas, entre outras variedades.

⁸ A Resolução CONSUP nº 012/2009 aprovou também o Regulamento do DRDTC e obteve aprovação do termo aditivo por meio da Resolução CONSUP nº 024, de 25/09/2014, modificando o selo de segurança dos diplomas expedidos pela UnirG.

⁹ No Brasil, as revistas acadêmicas são avaliadas anualmente e são catalogadas por Qualis (critério de avaliação do MEC/Capes), da seguinte forma: A1 e A2 (Excelência internacional), B1 e B2 (Excelência nacional), B3, B4 e B5 (relevância média), C – baixa relevância.

Cumprindo as normas previstas no Regimento Geral, foi deflagrado o processo eleitoral para mandato de dois anos (2010-2012), assumindo a gestão os professores mestres: Alexandre Ribeiro Dias, no cargo de reitor e Victor de Oliveira, no cargo de vice-reitor, empossados em 22/09/2010, sendo nomeados para a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a prof^a Dr^a Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-reitoria de Graduação e Extensão, o prof. Ms. Rogério Ferreira Marquezan. Os mestres Alexandre Ribeiro Dias, no cargo de reitor e Victor de Oliveira, no cargo de vice-reitor foram reeleitos também para o pleito de 2012-2014.

A UnirG ministrou o Curso de Extensão Universitária em Medicina, referente à oferta de disciplinas para legalização dos diplomas de Medicina, cujos cursos foram concluídos no exterior. A análise dos documentos desses alunos resultou em pareceres individualizados das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. O curso foi ministrado no Centro Universitário UnirG, com turmas em 2010 e em 2011; a primeira, com carga horária de 612, 972 e um participante com 1440 horas. Os participantes finalizaram as disciplinas teóricas/práticas (para aqueles que precisavam) e depois foram divididos em blocos para realizar o internato. Essa etapa foi realizada: 1º Bloco, com 23 (vinte e três) participantes na cidade de Marabá-PA; 2º Bloco, com 07 (sete) em Crixás -TO, 04 (quatro) em Formoso do Araguaia -TO, 06 (seis) em Itaberaba-BA; 3º Bloco, com 16 (dezesesseis) participantes em Pedro Afonso -TO. As disciplinas foram ministradas, emitidos os históricos e os certificados de finalização das disciplinas necessárias a cada participante; desses documentos, a Instituição recebeu elogios da comissão responsável pela análise, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em 2012, a IES passou a ofertar vagas por meio do processo seletivo com cota para os candidatos que prestaram o ENEM e, posteriormente, ampla concorrência, ENEM e para egressos de escola pública. Em 2017, a forma de ingresso ampliou para prova agendada, oportunizando alguns cursos, usando das alternativas apresentadas anteriormente.

O Centro Universitário UnirG, no caminho pela qualidade dos serviços e nos preparativos para ascender à Universidade, aprovou regulamentos de diversas unidades: **Secretaria Geral Acadêmica** - Resolução CONSUP nº 03, de 13/03/2014; **Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UnirG**

(Resolução CONSUP nº 023, 09/06/2016); **critérios** para a Outorga de Grau no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010); **Regulamento de Extensão e os respectivos critérios de Avaliação** com a validade por 02 (dois) anos, para ser reavaliado, visando ao aprimoramento e ajustes que se tornassem necessários, de acordo com os objetivos do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP/Câmara de Graduação nº 009, de 07/11/2011); **Regulamento do Projeto Integrador do Centro Universitário UnirG** (Resolução CONSUP nº 045, de 17/11/2016); **horário de funcionamento e sistema de registro do ponto eletrônico** para os servidores do quadro técnico-administrativo e aos docentes no âmbito da Fundação e Centro Universitário UnirG (Portaria UnirG nº 1173, de 21/12/2016); Regulamento de **Monitoria do Centro Universitário UnirG** (Resolução CONSUP nº 016, de 31/05/2017); Regulamento para **admissão de aluno especial** no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 017, de 31/05/2017); Regulamento para **admissão de Aluno Extraordinário** no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 018, de 31/05/2017); normas de Colação de Grau (Resolução CONSUP nº 019, de 31/05/2017); regulamentação do **Núcleo Comum** do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 037, de 26/11/2015); regulamento do **Núcleo de Ensino a Distância** do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 044, de 21/09/2017) e outros regulamentos foram providenciados. A UnirG instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a Câmara de Ética e Disciplina; a Câmara de Graduação. Também foi realizada parceria com a Universidade do Tocantins-UFT para qualificação Stricto Sensu, sendo aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 002, de 10/03/2016, o Mestrado Interinstitucional (Minter).

Ampliando a oferta de cursos, a Instituição aprovou a criação do curso de **Engenharia Civil**, com funcionamento no período noturno, com 60 vagas semestrais (Resolução CONSUP/UnirG nº 014, 10/09/2013); posteriormente, por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 24/04/2014 foi criado o curso de **Engenharia Civil** no turno Matutino. Foi aprovado também, pela Resolução CONSUP nº 021 de 05/11/2013, o Edital para seleção dos cursos superiores de tecnologia em Comunicação Institucional e **Sistemas para Internet** para o primeiro semestre de 2014. Apesar de todos os esforços, somente o curso de Sistemas para

Internet teve demanda suficiente para abertura, conforme exigência da Fundação, para funcionar a partir do primeiro semestre de 2014.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado o primeiro **Processo Seletivo em Residência Médica**, em parceria com a Secretaria de Saúde. Foram ofertadas 06 (seis) vagas, sendo 02 para cada especialidade: Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Ortopedia e Traumatologia. O segundo Processo Seletivo foi realizado no primeiro semestre de 2015, sendo acrescentadas 02 vagas para Saúde da Família e Comunidade. No primeiro semestre de 2016 foi realizado o terceiro **Processo Seletivo**, com 06 (seis) vagas: Cirurgia Geral – 01 (uma) vaga; Ginecologia e Obstetrícia: 01 (uma) vaga; Medicina de Família e Comunidade – 04 (quatro) vagas. A Residência Médica é oferecida anualmente.

Houve eleições para reitoria, vice-reitoria e coordenações e de estágios dos cursos. Foram eleitas para a gestão do, então, Centro Universitário UnirG, para o biênio 2014-2016, as professoras Dr^a Lady Sakay e Janne Marques Silveira. As eleições para reitoria e coordenadores foram realizadas em 16/10/2014 e os eleitos empossados em 19/12/2014. Elas foram reeleitas para a gestão de reitoria e vice-reitoria seguinte, no biênio 2016-2018.

Por meio da Resolução CONSUP nº 028, de 29/09/2015, foi aprovada a redução de vagas ofertadas nos vestibulares, semestralmente, nos cursos de Fisioterapia, Educação Física (bacharelado e licenciatura) e Letras, conforme solicitação das coordenações dos cursos, depois de decidido nos respectivos Conselhos. Foi decidido: Fisioterapia (antes com 50 vagas), Educação Física Bacharelado (antes com 60 vagas) e Educação Física Licenciatura (antes com 60 vagas) para 40 (quarenta) vagas e no curso de Letras (antes com 50 vagas) para 30 (trinta) vagas.

A Resolução CONSUP nº 032, de 19/09/2016 instituiu a **Comissão Eleitoral para as eleições** dos cargos de reitor, vice-reitor e coordenadores de curso e de estágio do Centro Universitário UnirG com a incumbência de todos os trabalhos para a realização das eleições e apuração, composta pelos seguintes membros: membros titulares/CONSUP: Antônio José Roveroni (presidente); Valmir Fernandes de Lira; Berilo de Sousa Lopes. Consta nesta resolução que a comissão Eleitoral

aguardava a indicação de 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes das entidades APUG, ASAUNIRG, DCE e Procuradoria Jurídica.

A Avaliação Institucional 2017, como ferramenta para captação de dados da Instituição para a Comissão Própria de Avaliação da UnirG (CPA), foi disponibilizada aos professores, estudantes e coordenadores do Centro Universitário UnirG, por meio da Plataforma IOW em forma tríplice: o aluno fez a própria avaliação e dos professores e dos coordenadores; o professor fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos coordenadores; cada coordenador fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos professores. As pessoas participantes do processo não foram identificadas.

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram instituídos, conforme a Resolução nº 031, de 08/06/2017, no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado, licenciatura e tecnólogo. O objetivo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se em acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atuação do projeto pedagógico e do currículo do curso, qualificando o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

A UnirG ofereceu novo serviço em 2017 (Resolução CONSUP nº 043, de 21/09/2017) instituindo o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE), responsável por atender alunos da rede municipal de Gurupi que possuem os mais variados tipos de necessidades especiais em salas de recursos multifuncionais, em parceria entre o governo municipal de Gurupi e o Ministério da Educação.

Outro serviço que a Instituição presta é por meio do Programa Inova Gurupi, que atua com vistas ao desenvolvimento estadual, regional e, especialmente, do município de Gurupi, em trabalho conjunto entre as instituições: UnirG, UFT, IFTO e Sebrae. Em 16/03/2018 foi realizada a cerimônia de assinatura dos termos de cessão dos equipamentos para os laboratórios vocacionais desse Programa. Os laboratórios realizam análises de alimentos de origem vegetal, animal e de nutrição animal no sul do Tocantins. Foram instalados três laboratórios, sendo o de Análise de Alimentos de Origem Vegetal alocado na UnirG, o Laboratório de Análise de Alimentos de Origem Animal na UFT e o Laboratório de Análise de Alimentos de

Nutrição Animal no IFTO. Para a UnirG, esta aquisição representa o início de uma nova etapa de prestação de serviços e desenvolvimento de pesquisas voltadas para atividades produtivas da região.

Há também a Incubadora Inovo, integrante do projeto Inova Gurupi, cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova Gurupi é uma incubadora de base mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais, coordenada pela professora Ma. Adriana Terra. O Inova trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica e Habitats de Inovação. A incubadora Inovo é um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto.

O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT está sob gestão da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), no qual são coordenados projetos, também com captação de recursos.

Em outubro de 2018, foi realizada a primeira eleição da Universidade de Gurupi-UnirG, os novos gestores eleitos representavam a chapa —UNIR – Universidade de um Novo Tempoll, encabeçada pela Dra. Sara Falcão de Sousa e Dr. Américo Ricardo Moreira de Almeida, tendo obtido maioria dos votos tanto do quadro docente, quanto discente e do corpo técnico-administrativo.

Em 29 de agosto de 2019, o Regimento Geral Acadêmico da UnirG teve sua revisão finalizada, sendo aprovado pelo CONSUP.

Em 2020, diante do cenário de pandemia do Coronavírus, foram realizadas novas eleições para a academia, pela primeira vez de forma virtual, restando eleitos os professores Sara Falcão como reitora e Jeann Bruno da Silva como vice-reitor, com mandato de quatro anos. Em 2021 foi empossada a nova equipe da reitoria, de coordenadores e dos membros do CONSUP.

2.7 OBJETIVOS

- Transmitir, produzir e sistematizar conhecimentos, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, com vistas a uma sociedade mais justa.
- Consolidar-se como uma instituição inovadora em suas propostas pedagógicas; Desenvolver uma identidade regional, formando cidadãos socialmente responsáveis, capazes de promover efetivamente a transformação social da região, do Estado do Tocantins e do país.

2.8 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Ensino (graduação e pós-graduação);
- Pesquisa;
- Extensão universitária.

2.9 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

Localizada na Mesorregião Ocidental do Estado do Tocantins, o município de Gurupi, encontra-se a 245 km de Palmas (capital do Estado), a 609 km de Goiânia e a 742 km de Brasília, no limite divisório de águas entre as bacias do Rio Araguaia e do Rio Tocantins. Com uma área total de 1.836 km², Gurupi está a 287 m de altitude e a 130 quilômetros da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. A região é cortada pela BR-153 que liga as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste ao Norte e pela BR-242 que liga as regiões Leste e Oeste do país, passando pelo Centro-Oeste.

É o terceiro maior município em número populacional do Estado, cuja população estimada é de 78.525 habitantes (IBGE, 2012), sendo 97,71% residente na zona urbana e 2,29% na rural. Em arrecadação de impostos, fica atrás apenas de Palmas e Araguaína, sendo considerado um polo gerador de desenvolvimento na região Sul do Tocantins. As suas principais fontes de renda são a pecuária e a agricultura, seguidas do comércio e prestação de serviços, os quais têm crescido significativamente.

O potencial de desenvolvimento da cidade pode ser visualizado pelos registros na Junta Comercial do Tocantins, sendo: 6.611 empresas sediadas em Gurupi, das quais 3.736 atuam no comércio, 691 no setor de indústria e 2.184 na prestação de serviços (JUCETINS, 2013). Outro fator determinante para o desenvolvimento local e regional é a expansão da Universidade de Gurupi com clínicas-escolas, ambulatório, núcleo de prática jurídica e empresa Júnior, onde são desenvolvidas as atividades acadêmicas dos cursos de graduação e atendimento à comunidade. Nessa perspectiva, Gurupi consolidou-se como polo universitário, sendo o ensino superior uma das molas propulsoras da economia local.

A Universidade de Gurupi - UnirG tem como missão institucional —Ser uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e com a produção de conhecimento de qualidade, por meio da ciência e da inovação, pautado na ética, na cidadania e na responsabilidade social. E, atualmente, tem uma representatividade de 4.193 (quatro mil, cento e noventa e três) acadêmicos matriculados, nos quinze cursos.

A universidade é o ambiente certo para a confluência das demandas que se impõem à sociedade atual, aturdida ante tantas transformações conceituais e estruturais. A Região Sul de Tocantins, por meio da Universidade de Gurupi - UnirG, configura-se como um ambiente de aprendizado permanente, mas que também contabiliza relevantes contribuições para a sociedade.

Nos anos 80, era grande a demanda por ensino superior nesta região, o antigo médio norte goiano. Jovens de famílias mais bem estruturadas financeiramente conseguiam cursar o ensino superior em Goiânia, São Luís, Uberaba, Brasília, Porto Alegre entre outros centros educacionais. Muitos deles não retornavam à região. Outra parte, a maioria, no entanto, integrante das classes mais humildes, permanecia alijada e sem maiores perspectivas, cedendo preciosos espaços para os que chegavam de outras regiões do país. A iminente criação do Tocantins atraía muita gente. A cidade crescia.

Em 1985, o município de Gurupi resolveu criar uma Fundação Educacional para implantar o ensino superior na cidade. Assim, nasceu a FEG – Fundação Educacional de Gurupi, que passou a manter a FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, criada neste mesmo tempo. A inserção regional da

FAFICH, transformada depois em Centro Universitário UnirG; e, posteriormente, em Universidade de Gurupi teve como meta, ao longo de sua história, gerar oportunidades para o desenvolvimento da região.

Hoje, Gurupi é um dos mais importantes centros de prestação de serviços no setor da educação. A Universidade de Gurupi ofertou, em 2019, 16 cursos de graduação e mais 17 de pós-graduações, o que estimula a formação plural e permanente da sociedade. Os novos desafios ambientais, culturais, econômicos e políticos que se impõem e determinam a atuação desta Universidade que se reinventa todos os dias, abrindo espaço para as novas necessidades, garantindo inserções, negociando bem com as novas demandas das pessoas e lugares que compõem o universo da IES.

O Tocantins, por seu turno, ainda busca se afirmar nos cenários social, sanitário, econômico, político e institucional. Contribuir para enfrentar estes desafios é meta de qualquer instituição de Ensino Superior e a Universidade de Gurupi tem bem clara sua responsabilidade. Os cursos de formação, que se mantêm tanto na graduação quanto na especialização, são demonstrações inequívocas de que a meta é servir aos propósitos urgentes da sociedade onde está inserida. Milhares de professores, juristas, administradores, comunicadores, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, contabilistas, cientistas da computação, odontólogos, médicos, engenheiros já estão no mercado, atuando e ajudando a construir o Estado.

Anote-se, como adversidade, que os recursos da arrecadação de impostos e repasses ainda são tímidos, diante da urgência de investimentos especialmente em setores como saúde, educação e infraestrutura no Tocantins. Falta, também, maturidade tanto na política quanto na gestão. O Tocantins carrega a marca da instabilidade político-administrativa em sua curta história. Nos últimos anos, teve seis trocas de governador que foram cassados, ou se afastaram para tentar garantir a sucessão por membros da família. Apesar desse complicador, que acaba interrompendo projetos de governo, são visíveis os avanços e perspectivas.

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) encontrou pouco mais de 1.380.000 cidadãos tocaninenses. A previsão deste Instituto é que, em 2018, este número subiria para 1.555.000. A economia, aqui

medida pela renda nominal mensal domiciliar per capita no ano de 2010, já colocava o Tocantins em 14º entre as 27 Unidades da Federação. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também medido em 2010, situava o Tocantins na metade dentre os Estados, com 0,699, o que é considerado desenvolvimento médio. Quanto a Gurupi, a estimativa de população para 2016 era de 84.628 habitantes, segundo o IBGE. O IDH neste município é de 0,759, o que representa médio desenvolvimento humano e leva em consideração os indicadores relacionados à saúde, longevidade e à renda da população.

Neste sentido, a Universidade de Gurupi insere-se em um contexto onde atuam outras instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Tocantins - UFT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO. As três instituições, com a participação da prefeitura do município de Gurupi e Sebrae, já atuam no projeto Inova, que trabalha em três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação. A UnirG mantém ainda uma incubadora de empresas, denominada: INOVO.

O grande desafio da Universidade de Gurupi é manter-se como oportunidade para os que almejam conhecimento e prosperidade pessoal, social e científica. Para essa missão, cabe-lhe permanecer em sintonia com o meio em que essa instituição está inserida, observando cuidadosa e respeitosamente as tendências sociais, as oportunidades econômicas da Região Sul do Tocantins, do Estado como um todo e da Região Norte do Brasil, especialmente. Os projetos de extensão e de pesquisa que a UnirG desenvolve, os mais de 150.000 atendimentos que presta à sociedade em sua atuação constante, que envolve professores e acadêmicos, é consequência do entendimento que a UnirG tem sobre suas responsabilidades. Melhorar e continuar, nesse rumo, é mais que uma decisão estratégica: é uma necessidade de todos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade de Gurupi foi elaborado por base na Resolução CNE/CES N° 04, de 13 de Julho de 2005 e na Resolução CNE/CES N°5, DE 14 de outubro de 2021 que Instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração e dá outras providências, levando em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional e considerando o que estabelece a Resolução N° 175, de 09 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial N° 4.015 de 29 de novembro de 2013 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins e Resolução do Conselho Superior – CONSUP, N° 34, de 26 de novembro de 2015.

O Curso de Administração da Universidade de Gurupi foi o primeiro curso da área ministrado na Região Sul tocantinense. A perspectiva inicial do Curso era atender as necessidades por profissionais qualificados no estado do Tocantins em sua fase de implantação. A criação do curso de Administração UnirG convergia naquele momento com o processo de criação e gradativo desenvolvimento do recém-criado Estado do Tocantins. O Curso tinha ainda como objetivo facilitar o acesso ao nível superior de pessoas residentes na região, com o propósito de ampliar a oferta de profissionais qualificados aos quadros de gestão de instituições governamentais e não-governamentais.

Na sua trajetória a principal preocupação do curso foi adaptar-se às demandas e inovações que foram ocorrendo na legislação e no mercado de trabalho, para continuar garantindo a oferta de profissionais qualificados e atualizados. O curso já formou aproximadamente 900 acadêmicos.

O curso oferece 40 vagas semestrais, no período noturno. A Estrutura Curricular n° 07, vigente no curso, oferece 3060 horas, com duração mínima de 08 semestres (04 anos) e a duração máxima de 12 semestres (06 anos). A Estrutura Curricular n° 07 está em anexo (01) nesse PPC.

A nova estrutura curricular n° 08, vigente a partir de 2/2022, oferece 3000 horas, com duração mínima de 08 semestres (04 anos) e a duração máxima de 12 semestres (06 anos).

O curso conta com uma Coordenação de Curso, que é responsável pela orientação e supervisão e a execução de ações no âmbito de cada curso de graduação, e também pela Coordenação de Estágio, a qual é responsável pela orientação, supervisão e a execução de ações no âmbito dos estágios curriculares e supervisionados de cada curso de graduação.

Os representantes dos cargos de Coordenador de Curso e Coordenador de Estágio são escolhidos dentre os docentes do curso, por meio de eleições, ocorrendo o voto em escrutínio secreto e universal pelos docentes, técnico-administrativos, ali lotados e pelos discentes de graduação do curso correspondente, observado o **parágrafo único do art. 56 da Lei 9394/96**, e será nomeado pelo Reitor da IES para mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) reeleição.

Na ausência de candidatos ao pleito ou em situações que não atendam aos requisitos estabelecidos no Regimento Geral Acadêmico, a reitoria da Universidade de Gurupi- UnirG, indicará e nomeará um coordenador de curso e de estágio, dentre os professores do curso, para um mandato interino até que o curso tenha condições de atender os requisitos.

Atualmente o Curso de Bacharelado em Administração possui autorização de funcionamento por meio de Ato do Chefe do Poder Executivo do Estado do Tocantins, na publicação oficial do **Decreto Governamental nº 5.392, de 26 de abril de 2019** – DOE/TO Nº 5.346, também de 26 e abril de 2019, produzindo efeitos a partir de 19 de julho de 2018, que renova, pelo prazo de 3 (três) anos, o reconhecimento do Curso de Administração, ministrado pela Universidade de Gurupi - UnirG , mantido pela Fundação UNIRG, ambos sediados em Gurupi, em regime semestral, em período integral, com 40 vagas ofertadas por meio de processo seletivo.

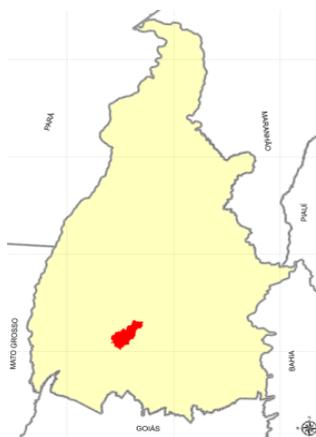
3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Administração da Universidade de Gurupi, UnirG, fica localizado no município de Gurupi no Estado do Tocantins. **Gurupi**, também conhecido como a capital da amizade, é um município brasileiro do Estado do Tocantins. Localiza-se no sul do Estado, às margens da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), a 238,1 km de Palmas, a capital do Estado, e a 742 km de Brasília. Fica no divisor de águas

entre os rios Araguaia e Tocantins, possui uma área total de 1 836,091 km² e sua população estimada em 2021 é de 88.428 habitantes.

O Estado do Tocantins possui uma área de 277.720,404 km² dividida em 139 municípios, os quais são agrupados em duas mesorregiões de planejamento: Ocidental e Oriental do Tocantins e em oito microrregiões de gestão administrativa. Gurupi está localizado na região ocidental do Estado.

Localização de Gurupi no Tocantins



Fonte: SEPLAN, 2015

Segundo o PNUD/2010, o município de Gurupi apresenta um alto índice de IDH-M, que é de 0,759, ocupando o 3º em desenvolvimento Humano do estado e o 383º do país. O PIB é de R\$ 2.734.773.600 mil, PIB per capita R\$ 25,690,42. Conforme os resultados obtidos pela metodologia do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Gurupi é a terceira melhor cidade do estado (IFDM 0,7772), atrás apenas para a capital e do município de Paraisópolis do Tocantins, conforme mostra a Figura abaixo.

IFDM Consolidado: Gurupi (2016)

RANKING

IFDM CONSOLIDADO - GURUPI (2016)

POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - Consolidado

Nacional	Estadual	IFDM Consolidado	UF	Município
422º	1º	0.8010	TO	Palmas
523º	2º	0.7917	TO	Paraíso do Tocantins
698º	3º	0.7772	TO	Gurupi
710º	4º	0.7765	TO	Araguaína
858º	5º	0.7676	TO	Fortaleza do Tabocão
1418º	6º	0.7342	TO	Cariri do Tocantins
1473º	7º	0.7307	TO	Porto Nacional
1506º	8º	0.7295	TO	Itaporã do Tocantins
1558º	9º	0.7270	TO	São Valério
1822º	10º	0.7144	TO	Caseara

Fonte: FIRJAN (2016)

O Curso de Administração tem suas aulas presenciais desenvolvidas no Campus I da Universidade de Gurupi - UnirG, que fica situado na Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Parque das Acácias, CEP: 77.425-500, Gurupi-TO, no qual também está implantada a Coordenação do Curso.

O Curso dispõe ainda de centro de atendimento na Av. Pará, Qd.20, Lt. 01, nº 2432, Setor Engenheiro Waldir Lins II, CEP: 77.403-010, Gurupi-TO, onde está estabelecida a Coordenação de Estágio e o Núcleo de Práticas Administrativas, que é destinado a propiciar aos acadêmicos atividades práticas e sociais que complementem sua formação.

3.2 JUSTIFICATIVA PARA A MANTENÇA DO CURSO

No cenário atual, as organizações estão inseridas em um contexto de grande competitividade. O mundo globalizado exige das empresas uma profissionalização e a garantia de produtos e processos de excelência. Para alcançar tais resultados organizacionais, o profissional de administração torna-se peça fundamental na busca dos conceitos de “eficiência e eficácia” organizacional.

Nessa linha de pensamento é que o Curso de Administração baseou a construção deste instrumento, buscando alinhar suas concepções e suas práticas

pedagógicas às demandas que ora se apresentam, tomando por base a Resolução CNE/CES N° 04, de 13 de julho de 2005 e na Resolução CNE/CES N°5, DE 14 de outubro de 2021 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

O objetivo do curso busca preparar o profissional de administração para atuar como gestor no contexto organizacional, comprometido com o desenvolvimento regional, estimulando as suas habilidades conceituais, humanas e técnicas, para o desenvolvimento econômico e responsabilidade social.

Vale ressaltar, que o Curso de Administração da Universidade de Gurupi - UnirG possui 30 (trinta) anos de trajetória e se modifica e se adequa às mudanças, transformações e avanços tecnológicos apresentados pelo segmento empresarial.

Nesse sentido, o Curso de Administração como partícipe da missão da Universidade de Gurupi- UnirG, colabora com o desenvolvimento regional, ofertando ao mercado profissionais empreendedores e preparados para atender as expectativas e necessidades da região.

Em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, o egresso/profissional graduado pela Universidade de Gurupi- UnirG recebe formação generalista com capacidade e aptidão para compreender questões científicas, sociais e econômicas da produção e seu gerenciamento, observados níveis graduais de processo de tomada de decisão; flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas e capacidade de desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, capaz de assimilar novas informações presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

No que se refere aos aspectos geográficos e econômicos do Estado do Tocantins e do município de Gurupi se fazem importantes algumas considerações. Criado em 05 de outubro de 1988, o Estado do Tocantins está localizado na Amazônia Legal, divide fronteiras com os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Encontra-se na área de transição denominada Ecótono, com características climáticas e físicas tanto da Amazônia, quanto da zona Central do Brasil.

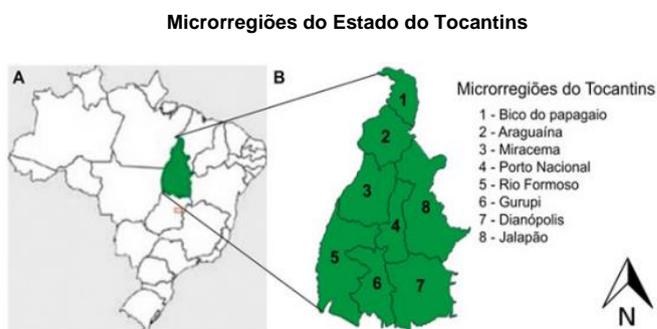
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Tocantins apresenta densidade demográfica de 4,98 hab/Km² (IBGE, 2010), uma população de 1.383.445 pessoas (IBGE, 2010), e uma população estimada em 2021 de 1.607.363 pessoas, representando um aumento estimado de mais de 200 mil pessoas em dez anos.

Conforme divulgado no portal do Governo do Estado, o Tocantins possui o 4º melhor PIB – Produto Interno Bruto da Região Norte do país e está em 24º lugar no ranking nacional. Em relação à taxa de crescimento anual, o Estado ocupa o 1º lugar do ranking, registrando média de 52,6% nos últimos oito anos, enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% entre 2002 e 2009 e o norte do país alcançou um pico de 39,3.

A região de Gurupi, onde a UnirG encontra-se com o campus já em funcionamento desde 1985, tem localização geográfica privilegiada, associada à presença de uma estrutura logística estratégica para a região e para o Brasil como um todo. Por Gurupi passam duas rodovias federais, sendo elas BR-153 e BR-242, que estão entre as mais importantes rodovias de integração nacional: a BR 153, a Belém Brasília, é hoje a principal ligação do Sul e Sudeste do País com a Região Amazônica e com parte do Nordeste brasileiro; a BR-242 liga Gurupi à Bahia, corta todo o sudeste do Tocantins. É uma via importante para conexão do Brasil aos países vizinhos como a Bolívia e o Peru. O cruzamento destas vias em Gurupi coloca o município como um dos mais importantes centros de transporte multimodal brasileiro. Além das rodovias, a importância também vem pela presença na região da Ferrovia Norte-Sul, que conta com um Pátio Multimodal próximo à cidade de Gurupi. A importância geográfica e econômica da região também atraiu a presença de instituições de ensino superior, as quais contribuem para a formação de mão de obra qualificada que aumenta o potencial da região como um todo. Com isso, Gurupi conta com a Universidade de Gurupi que tem o compromisso com a educação de forma inclusiva, regionalizada e contextualizada, promovendo ações e pesquisas voltadas a esta comunidade. Insere-se, principalmente, com práticas educativas através dos cursos de Graduação na área da Saúde, Exatas e Ciências Sociais, Educação, pós-graduação e projetos de pesquisa e extensão com o objetivo de

formar excelentes profissionais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento regional.

É gabável dizer que Gurupi é a terceira maior cidade do Tocantins, sendo o polo regional de toda a região sul do estado. A Microrregião de Gurupi congrega atualmente 14 municípios: Gurupi, Aliança do Tocantins, Alvorada, Brejinho de Nazaré, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Figueirópolis, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Santa Rita do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Sucupira e Talismã. (BRASIL, 2021).



Fonte: LAGARES et al, 2020.

Evidencia-se também que o Tocantins se destaca como uma das economias mais promissoras da região Norte. Com excelente localização geográfica e ritmo acelerado de crescimento o Tocantins conta com grandes obras estruturantes, fazendo do Estado um centro logístico de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Obras como a Ferrovia Norte-Sul, que conta com um Pátio Multimodal próximo à cidade de Gurupi, a hidrovia Araguaia-Tocantins, o Ecoporto Praia Norte, o Terminal de Cargas (Teca) do Aeroporto de Palmas, a ampla malha asfáltica e as hidrelétricas que fornecem energia suficiente para abastecer o Estado e exportar seu excedente, são exemplos de infraestrutura que atraem empresários nacionais e internacionais interessados em investir no Estado.

O trecho urbano e suburbano da rodovia BR-153 que corta o município virou um grande canteiro de obras. Vários empreendimentos se instalaram, como é o caso do Grupo Auto Posto Décio, considerado o maior posto de serviços da região

norte do país. Também está sendo implantado no município um confinamento para mais de cem mil cabeças de gado, bem como, a instalação das empresas Distribuidora Coca-Cola, MCM Rodoviário Caminhões Scania, Teti Caminhões e Volvo, só para citar algumas. Ainda no Parque Agroindustrial fica instalado o segundo maior frigorífico do Tocantins, que é a Cooperfrigu, exportando carne bovina para vários países.

A vocação da região para o agronegócio também abre novas frentes de trabalho para o administrador. Ele atua para otimizar os investimentos, desde o processo de compras de insumos, tomada de decisões, acesso a linhas de crédito, enfim, o foco do administrador é trabalhar para que o negócio seja sustentável e tenha êxito.

Ao longo das três décadas, o curso tem buscado estar alinhado com as demandas do mercado. As disciplinas ofertadas priorizam os setores de gestão e logística, que devem crescer ainda mais com a expansão regional.

No atual momento, o mercado aquecido e em constante inovação, também propicia oportunidades em várias áreas, em que o profissional de administração tem grande relevância. Muitas redes varejistas e atacadistas estão investindo em Gurupi, além da chegada de um shopping center na cidade, o que demonstra o potencial e a força da região, localizada estrategicamente e de fundamental importância para o desenvolvimento do País. O sucesso desses e outros empreendimentos é sustentado por uma boa gestão.

A importância geográfica e econômica da região também atraiu a presença de instituições de ensino superior, as quais contribuem para a formação de mão de obra qualificada que aumenta o potencial da região como um todo. Com isso, Gurupi conta com a Universidade de Gurupi, UnirG, que disponibiliza, atualmente, 16 cursos em nível de graduação, 16 cursos de pós-graduação (lato sensu) na área de Negócios, Ciência da Saúde, Educação e Interdisciplinar.

Nesse contexto o Curso de Administração ofertado na Universidade UnirG muito contribui para o desenvolvimento do Estado do Tocantins, sobretudo a região sul, buscando preparar o profissional de administração para atuar como gestor no contexto organizacional, comprometido com o desenvolvimento regional,

estimulando as suas habilidades conceituais, humanas e técnicas, para o desenvolvimento econômico e responsabilidade social.

Há 30 anos, os mais de 900 administradores formados na UnirG têm atuado em diversas regiões do País, em prol do desenvolvimento econômico, humano e social. Diversos profissionais conquistaram destaque e reputação no mercado nas áreas de gestão de instituições públicas e privadas de diferentes setores, ou ainda na área da pesquisa e docência.

Ressalta-se que, o Curso de Administração foi concebido através do Parecer 095/91, em 24/10/1991, que autorizou o funcionamento do Curso de Administração de Empresas e Ciências Contábeis oferecidos pela até então Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Segue abaixo quadro demonstrando o número egressos das áreas sociais e aplicadas:

Quadro 9 – Número de egressos diplomados Áreas Sociais e Aplicadas

Curso	Ano	Egressos
Administração	2021	13
Ciências Contábeis	2021	35
Direito	2021	156
Jornalismo	2021	4

Fonte: NDE, 2022

Os números demonstram o quanto a UnirG tem contribuído para o desenvolvimento da região e do município de Gurupi. Dessa forma, o Curso de Administração da UnirG é de grande relevância social e econômica, pois contribui para a ampliação do acesso à educação superior, notadamente para o interior da região norte do País, mais especificamente para a região sul do estado do Tocantins, oferecendo uma educação de qualidade.

A Universidade de Gurupi no intuito de ampliar seus horizontes e os dos jovens que anseiam por firmarem-se profissionalmente e tornarem-se aptos a enfrentar os desafios da contemporaneidade; que possam contribuir para solucionar desafios cada vez mais complexos da vida em sociedade, planeja, estrategicamente, fortalecer as atividades internas e expandir cursos e atividades da instituição para além de seus limites logísticos do município de Gurupi, Região Sul do Estado do Tocantins.

Comentado [P2]: Enumerar Tabela.

O pleno desenvolvimento da região sul do Estado, com a chegada de grandes empreendimentos e o crescimento do agronegócio, reforçam a grande necessidade de profissionais qualificados para gestão. Mais do que profissionais para a área do comércio e serviços, o curso também forma gestores para empreendimentos do terceiro setor, e também para o setor público e no Comércio Exterior, o que amplia as possibilidades de atuação do administrador.

3.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO

Os princípios norteadores do Curso de Administração estão respaldados pela concepção de educação preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que entende o sujeito aprendiz como construtor do seu próprio saber, portanto visam à formação integral do acadêmico e devem possibilitar-lhe a compreensão dos seguintes aspectos integrantes desse processo:

- a) Das relações de trabalho,
- b) De alternativas sociopolíticas de transformação da sociedade,
- c) Da perspectiva de construção de bases para o contínuo e necessário processo de pesquisa e reconstrução do saber,
- d) Do estabelecimento de uma linha metodológica centrada nas relações dinâmicas entre a teoria e prática,

O Curso, em consonância com o que preconiza a Diretriz Curricular Nacional de Administração, foi reestruturado de forma a contemplar três dimensões complementares e imbricadas ao longo de todo o processo de integralização curricular, conforme definidos a seguir.

- a) Dimensão Humanista: Inclui conteúdos, habilidades, atitudes e valores que transcendem a formação técnica, contemplando a relação do ser humano com a sociedade.
- b) Dimensão Técnico-Profissional (Prática e Teórica): envolve a aprendizagem de conhecimentos teóricos e a participação do aluno em atividades práticas. Essa dimensão deve habilitar o aluno a exercer as funções profissionais, com espírito empreendedor, em contextos tecnológicos, culturais e institucionais.

- c) Dimensão Investigativa: Envolve a formulação de questões relevantes sobre a realidade, a sistematização, a interpretação e avaliação de dados, e a capacidade de inovar, selecionar e utilizar informações de forma crítica.

As diretrizes de ensino e aprendizagem incluem três ciclos de aprendizagem e três dimensões da formação, considerando que a aprendizagem ocorre de forma gradativa, ao longo de três ciclos mais complexos no que se referem a conteúdos, habilidades e competências, conforme definidos a seguir.

- a) Formação Inicial: Privilegia o desenvolvimento das capacidades crítica, analítica e de comunicação e relacionamento;
- b) Formação Técnico-Profissional: *Enfatiza a formação técnico-profissional, prepara o aluno para a prática da administração em todos os níveis da organização, estimulando o desenvolvimento da sua capacidade em buscar novos conhecimentos, e de integrá-los para a resolução de problemas;*
- c) Formação para o Mercado do Trabalho: Preparação do aluno para o mundo do trabalho, com ênfase à conscientização de seu papel como administrador e cidadão.

3.4 ATOS LEGAIS DO CURSO

O Curso de Administração teve sua autorização de abertura aprovada em 1991. A seguir atos legais do Curso da referida competência até o ano de 2020.

Quadro 10 – Atos Legais do Curso

Denominação da IES	Ato	Decreto	Prazo
FAFICH	Autorização	CESU- Parecer Nº 095/91, aprovado em 24/10/91 e Decreto Ministerial s/nº de 04/08/1994.	-
	Reconhecimento	CES - Parecer Nº 085/98, aprovado em 26/08/1998 e Decreto Governamental nº 658 de 16/09/1998, DOE/TO de 18/09/1998.	02 anos
	Autorização de funcionamento	Decreto Governamental Nº 1.198, de 31 de maio de 2001, DOE/TO de 11/07/2001.	Até 31/12/2001

	Renovação de autorização de funcionamento	CES - Parecer Nº 079/2002, aprovado em 28/02/2002 e Decreto Nº 1.580, de 19 de agosto de 2002.	01 ano a partir de 1º janeiro de 2002
	Renovação de Reconhecimento	CES- Parecer Nº 087/2003 aprovado em 30/05/2003 e Decreto Nº 1.805, de 18 de julho de 2003, DOE/TO de 25/07/2003.	03 anos
	Renovação de Reconhecimento	Decreto Governamental nº 4.091 de 11 de junho de 2010 - DOE/TO 14/06/2010.	03 anos
Centro universitário UnirG	Renovação de Reconhecimento	Decreto Governamental nº 5.299 de 09 de setembro de 2015 - DOE/TO 14/09/2015.	03 anos
Universidade de Gurupi – UnirG	Renovação de Reconhecimento	Parecer CCE/TO - CES/CP Nº 042/2019, de 14/03/2019 e Decreto Governamental nº 5.392 de 26 de abril de 2019	03 anos retroativos a 19 de julho de 2018.
Universidade de Gurupi – UnirG	Renovação de Reconhecimento	Aguardando parecer CEE	

Fonte: Acervo Documental do Curso de Administração, 2022

3.5 CONCEITO DE CURSO - CC

As visitas do Conselho Estadual de Educação acontecem periodicamente para Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação. O Curso de Administração em sua última verificação *in loco* do Conselho, que aconteceu nos dias 03 e 04 de 2018, por comissão constituída pela Portaria SEDUC/CCE-TO nº 048 de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.240, em 20/011/2018, após a análise de documentos, verificação da estrutura física, reuniões e colegiados e entrevistas com acadêmicos, professores, servidores administrativos e gestores do curso e da IES, recebeu Conceito Final de **3,45** em sua avaliação. Em 2021 recebeu novamente a visita do Conselho Estadual de Educação do Tocantins e aguarda o parecer.

3.6 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade para avaliação dos cursos de graduação. Para que o Curso seja avaliado é necessário que se tenha ao menos dois alunos concluintes participantes. A Seguir CPC do Curso de Administração dos anos de 2009, 2012, 2015 e 2018.

Quadro 11: Conceito Preliminar do Curso

Ano	2009	2012	2015	2018
CPC	2 VC= 1,19	3 VC= 2,78	3 VC = 2,3823	3

Fonte: MEC – INEP, 2020

3.7 RESULTADOS DO ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), trata-se de prova escrita, que é aplicada anualmente, como instrumento de avaliação dos Cursos de ensino superior do Brasil. O Curso de Administração foi avaliado nos exames de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018, obtendo os resultados citados no Quadro a seguir.

Quadro 12 – Resultados do ENADE

ENADE /Ano	2006	2009	2012	2015	2018
Conceito	2	1 VC = 0,90	3 VC = 2,29	2 VC = 1,6498	2 VC = 1,6540

Fonte: MEC – INEP, 2020

3.8 PROCESSO DE SUPERVISÃO DE CURSO

O Processo de Supervisão de Curso é uma atividade que tem como principal objetivo “zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). O Curso de Administração teve seu último processo de supervisão no exercício de 2018. Recebeu a visita do Conselho Estadual de Educação para o semestre 2021/2. Aguardando o parecer do CEE/TO.

3.9 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Administração tem seu funcionamento das 08h00min às 12h00min e das 19h00min às 22h45min, de segunda-feira a sexta-feira, estando as atividades administrativas concentradas nos períodos matutino e noturno, e as aulas presenciais no período noturno.

3.10 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O Curso de Administração, em sua Estrutura Curricular nº 07 (em anexo), possui uma carga horária total 3.060 (três mil e sessenta) horas, distribuídas em aulas teóricas e práticas, Estágios Supervisionados e Atividades Complementares. O Curso de Administração, em sua nova Estrutura Curricular nº 08, vigente a partir de 2/2022, possui uma carga horária total 3.000 (três mil) horas, distribuídas em aulas teóricas e práticas, Estágios Supervisionados e Atividades Complementares.

3.11 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

O Curso de Administração oferece atualmente, 80 vagas anuais no período noturno, sendo que quarenta (40) vagas são oferecidas no primeiro semestre, e quarenta (40) vagas, no segundo semestre de cada ano.

A seleção dos alunos ocorre por processo seletivo de vestibular comum ou agendado, organizados pela Comissão Permanente de Processo Seletivo – CPPS.

A renovação de matrícula é semestral e obrigatória, de acordo com parâmetros fixados pelo Regimento Geral da UnirG e Calendário Acadêmico, fixado pela Universidade, enquanto as matrículas podem ser feitas por disciplinas, sendo exigido o mínimo de dezesseis (16) créditos para a consolidação desta.

O Curso de Administração, em sua Estrutura Curricular nº 08, possui uma carga horária total 3.000 horas. O aluno terá prazo mínimo de 08 semestres (04 anos) e máximo de 12 semestres (06 anos) para integralização curricular.

Quadro XX - Síntese do Regime Acadêmico e Prazo de Integralização Curricular do Curso de Administração

RESUMO		
Curso: Administração		Bacharelado
Turno: Noturno		
Modalidades: Bacharelado		
Vigência: A partir de 2022/2		
Duração mínima: 08 semestres (4 anos)		
Duração máxima: 12 semestres (06 anos)		
	Carga horária Prática	180 horas
	Carga horária presencial (32,5 %)	975 horas
	Carga Horária. Educação a Distância (34,5 %)	1035 horas
	Disciplinas Optativas	60 horas
	Estágio supervisionado	300 horas
	Extensão curricularizada (10 %)	300 horas
	Carga horária total	3000 horas
	Total de créditos	162

Fonte: Estrutura Curricular nº 8

3.12 COORDENADOR DE CURSO

O Curso de Administração tem suas atividades de curso coordenadas pelo professor Alexandre Ribeiro Dias, que compõe o quadro de servidores efetivos da IES, em regime de trabalho de 40 horas. A Coordenador possui experiência em Gestão e Administração pública e privada, com registro profissional no CRA-TO sob o nº 009.

Quadro 14 - Dados com identificação da Coordenação de Curso

Coordenação do Curso de Administração	
Coordenadora	Alexandre Ribeiro Dias
Graduação	Administração Pública e Privada (PUC-GO)
Registro Profissional	CRA 009
Especialização	Gestão em Negócios (FAFICH)
	Mestrado em Agronegócios (UFRGS)
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/6947474602105717
Vínculo	Efetivo

Regime de Trabalho	60 horas
e-mail	administracao@unirg.edu.br
Telefone	(63) 3612-7603
Lattes ID	 http://lattes.cnpq.br/6947474602105717

Fonte: Dados Primários, 2022

3.13 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

O Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi – UnirG, rege que:

“Os cursos de graduação da UnirG terão, cada um, o seu Núcleo Docente Estruturante – NDE com caráter consultivo, para acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC), visando a contínua promoção de sua qualidade.”

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Curso de Administração consiste na seguinte composição:

Quadro 15 – Composição NDE

Nome	Titulação	Regime de trabalho
Adonaldo Avelino de Oliveira	Especialista	40 h
Alexandre Ribeiro Dias	Mestre - Presidente do NDE	60 h
Fábio Pegoraro	Doutor	40 h
Maria das Graças Bastos de Sousa	Mestre	DE
Márlllos Peres de Melo	Doutor	DE
Claudeilda de Morais Luna	Especialista	40 h
Rômulo Caldeira de Souza Maia	Mestre	60 h

Fonte: NDE Curso de Administração, 2022

3.14 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO

O corpo docente do curso de Administração é composto de profissionais concursados e contratados, sendo parte egressos da própria IES.

Atualmente o corpo docente do curso de Administração é lotado de 09 (nove) docentes, estando (sete) docentes ativos, 2 (dois) de licença, sendo 7 (sete) efetivos e 2 (contratados), os quais, incluindo o coordenador de estágio, alcançam uma média de 16 (dezesseis) anos de exercício no curso. Isto corresponde a uma média de permanência dos docentes de 192 (cento e noventa e dois) meses.

Quadro 16 - Tempo Médio de Permanência do Corpo Docente no Curso

Nome	Tempo de Permanência (em anos)
Adonaldo Avelino de Oliveira	20
Alexandre Ribeiro Dias	25
Augusto de Rezende Campos	17
Claudeilda de Moraes Luna	06
Fábio Pegoraro	17
Luzinete Moreira de Almeida	20
Maria das Graças Bastos de Sousa	19
Márlllos Peres de Melo	18
Rômulo Caldeira de Souza Maia	01

Fonte: Recursos Humanos, 2020

3.15 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

Segue evolução do Corpo Discente do Curso de Administração:

Quadro 17 – Evolução do Corpo Discente Curso de Administração

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO				
ITEM	2018	2019	2020	2021
Discentes Ingressantes	33	20	20	16
Discentes Matriculados	197	128	97	80
Discentes Concluintes	27	15	03	13
Discentes Matriculados em Estágio Supervisionado	43	60	36	21

Discentes Matriculados em Trabalho de Conclusão	32	15	11	8
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	13	08	05	

Fonte: Secretaria Acadêmica e Plataforma SEI, 2022

4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Segundo o Artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PDI) da Universidade de Gurupi - UnirG, no que se refere à prática acadêmica, em que estabelece:

[...] valores como fundamentos para a busca da excelência em sua prática acadêmica, com vistas à formação do ser humano e sua preparação para as distintas experiências da vida e, dessa forma, enfatiza conhecimento teórico, inovação, ética, transparência, comprometimento com a comunidade acadêmica e responsabilidade social e ambiental.

A inserção desses valores nos diversos níveis de formação de pessoas, norteará as práticas pedagógicas e educativas da Instituição, minimizando assim, a distância que separa as técnicas e os procedimentos pedagógicos vivenciados na formação de graduados e de pós-graduados. O ensino nas modalidades ofertadas pela Universidade de Gurupi, seja na graduação ou pós-graduação, representa uma de suas atividades fundamentais e se baseia no processo de socialização do conhecimento. (PDI, p.41).

A organização didática e pedagógica proposta para o Curso de Bacharelado em Administração, fundamenta-se nos preceitos determinados pela Legislação Educacional vigente, organicamente orientada pela Constituição Federal de 1988, e subordinada ao Projeto Pedagógico Institucional da UnirG, que acredita “no

estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem e o professor como mediador desse processo”. Assim, a partir da sua Missão e da sua Visão acadêmicas, que adota como norteadores de suas ações e atividades para os fins a que se destinam.

Desta forma, a organização didática e pedagógica deste curso, centra-se no princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A construção curricular e o seu processo de operacionalização têm a finalidade de desenvolver com isenção e deferência a cada estudante do Curso de Bacharelado em Administração uma formação significativa embasada nos quatro pilares da educação a saber: aprender a conhecer (usar métodos que ajudem a distinguir o real do ilusório com múltiplos saberes); aprender a fazer (criar algo); aprender a conviver (respeitar as normas que regulamentam); aprender a ser (autoconhecimento, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre o individual e social; onde o espírito científico é um precioso guia).



Fonte: PDI da UnirG, 2020

Esses elementos se configuram como base da construção e autonomia da aprendizagem; da prática da ética e da democracia do ensino, que se deve sustentar nos valores da cidadania e dignidade da pessoa humana; da igualdade; da pluralidade e da inclusão.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Em consonância com as diretrizes apresentadas acima e os eixos temáticos que imprimem o DNA da UnirG, as atividades de ensino de graduação visam a formação de cidadãos éticos, profissionais, empreendedores e autônomos a partir dos seguintes princípios:

- flexibilização de currículos, de forma a proporcionar ao estudante o protagonismo acadêmico e a construção de autonomia reflexiva e crítica;
- A atualização permanente dos projetos pedagógicos, a partir das demandas sociais, econômicas e culturais da comunidade e da região onde a Instituição está inserida;
- A diversidade de metodologias de ensino e de instrumentos de aprendizagem, de forma a considerar as individualidades e a promover o desenvolvimento de habilidades e competências significativas para formação profissional e empreendedora;
- A promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida, para o fim de viabilizar oportunidades reais de conhecer e enfrentar demandas sociais, culturais e econômicas por meio da intervenção positiva no sentido de promover o desenvolvimento sustentável;
- A utilização efetiva de recursos e novas tecnologias para a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem;
- O incentivo ao desenvolvimento do pensamento investigativo;
- O incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- A qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- A garantia de infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Quadro 1 - Políticas de Ensino - PDI e as ações desenvolvidas no âmbito do Curso de Administração

POLÍTICAS DE ENSINO – PDI	AÇÕES NO ÂMBITO DO CURSO
▪ Atualização e aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, para atender as demandas atuais.	▪ O NDE do curso refez o PPC do curso de Administração e está construindo uma nova matriz para o curso atendendo legislação nacional, PDI

	institucional e demandas locais e regionais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção e utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O NUFOPE promoveu diversas oficinas de metodologias ativas para os professores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas a excelência acadêmica e administrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manteve a organização necessária das tarefas da Coordenação do curso de Administração em atendimento às demandas de outros setores: resposta a e-mails, envio de informações requeridas, despacho de processos, etc.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas ao favorecimento de ambientes adequados para aprendizagem e a convivência; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O curso adquiriu um espaço mais amplo para atendimento aos acadêmicos e também mais próximo a coordenação do curso; ▪ Sala de gabinete tempo integral;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Professores e acadêmicos utilizam-se do acervo da biblioteca virtual. ▪ O NDE atualizou as bibliografias das ementas das disciplinas e encaminhou à Reitoria lista de livros para serem Adquiridos e também com relatório de atualização do acervo bibliográfico.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação da Semana de Ciências e Tecnologias de Gurupi – SICTEG; ▪ Aumento no número de artigos do corpo discente.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo das Bolsas de Iniciação à Ciência (PIBIC) com publicações em Revistas da IES (CEREUS e Revista Amazônia: Science & Health) e outras.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ INOVA Gurupi; ▪ Dia do Administrador; ▪ Acolhimentos aos discentes;

acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ I Desafio Empreendedor do Curso de Administração; ▪ Palestras Case de Sucesso com egressos; ▪ SICTEG.
--	---

Para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, em especial para a organização das matrizes curriculares, a UnirG instituiu um modelo de organização de unidades curriculares a partir de Núcleos de Formação, sendo eles:

- Núcleo Comum;
- Núcleo de Formação Básica;
- Núcleo de Formação para a Prática Profissional;
- Núcleo Integrador;
- Núcleo de Flexibilização Curricular.

A implementação de um **Núcleo Comum** objetiva, para além da simples organização de disciplinas comuns entre os currículos, à vivência de uma formação holística que contribua para a formação ética, cidadã e profissional dos discentes.

Este Núcleo Comum possuirá carga horária integralizadas pelas disciplinas abaixo:

Disciplina	Carga horária
Pesquisa e Iniciação Científica	30 horas
Responsabilidade Social e Ambiental	60 horas
Metodologia e Pesquisa Científica	30 horas
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	30 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	30 horas

O **Núcleo de Formação Básica** é composto por um conjunto de disciplinas que darão a sustentação teórica necessária à formação da prática profissional. Esse Núcleo estabelece uma conexão entre os currículos de uma mesma área de formação, facilitando a mobilidade acadêmica entre os cursos.

No Curso de Administração as disciplinas do Núcleo de Formação Básica que são comuns a outros cursos, em especial, Ciências Contábeis, são:

Disciplina	Carga horária
Teorias da Administração	60 horas
Introdução à Contabilidade	60 horas
Leitura e Interpretação de Textos	60 horas
Estudos Socioantropológicos	60 horas
Matemática	30 horas

Economia	60 horas
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional	60 horas
Contabilidade de Negócios	60 horas
Pesquisa e Iniciação Científica	30 horas
Ética e Filosofia	60 horas
Matemática Financeira	60 horas
Instituições de Direito Público e Privado	60 horas
Responsabilidade Social e Ambiental	60 horas
Legislação Social e Cálculo Trabalhista	60 horas
Gestão de Custos	60 horas
Estatística	60 horas
Gestão Financeira e Orçamentária	60 horas
Mercado Financeiro	60 horas
Metodologia da Pesquisa Científica	30 horas
Marketing Avançado	60 horas
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas
Tecnologia e Negócios	60 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	30 horas

No **Núcleo de Formação para a Prática Profissional** encontra-se o conjunto de disciplinas com predominância de carga horária prática voltadas para o desenvolvimento das habilidades inerentes ao exercício da profissão. Neste Núcleo estão inseridos os estágios, bem como disciplinas que promovam, de forma simulada, experiências práticas da atividade profissional.

No Curso de Administração, o Núcleo de Formação para a Prática Profissional ficou assim organizado:

Disciplina	Carga horária
Microeconomia	60 horas
Comportamento Humano e Liderança	60 horas
Gestão das Organizações	60 horas
Macroeconomia	60 horas
Gestão Empreendedora	60 horas
Gestão da Produção	60 horas
Gestão Estratégica de Pessoas	60 horas
Estratégia Organizacional	60 horas
Logística Empresarial	60 horas
Estágio Supervisionado I	30 horas
Gestão em Agronegócio	60 horas
Plano de Negócios	60 horas
Gestão de Serviços	60 horas
Prática Empresarial I	60 horas
Gestão de Projetos	60 horas
Análise Competitiva de Cenários	60 horas
Tópicos Contemporâneos em Gestão Empresarial	60 horas

Prática Empresarial II	60 horas
------------------------	----------

O **Núcleo Integrador** não é necessariamente formado por disciplinas, mas possui carga horária cujos objetivos são:

- Enriquecer o processo de formação humana e profissional dos educandos, por meio da participação em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional;
- Proporcionar a articulação entre os diversos saberes presentes nas unidades curriculares, possibilitando a busca por soluções aos problemas reais observados nas comunidades locais.

Neste Núcleo, encontram-se disciplinas com carga horária de extensão curricularizada e a atividade integradora.

Em relação à curricularização da extensão, temas voltados a Educação da Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Inovação tecnológica também serão trabalhados transversalmente em projetos de pesquisa e extensão.

O **Núcleo de Flexibilização Curricular** é formado por um conjunto de disciplinas Eletivas ou Optativas, que proporcionarão ampliação do leque de formação dos discentes. Essas disciplinas têm por objetivos:

- Possibilitar o desenvolvimento de saberes em áreas diversas às da formação inicial dos educandos;
- Possibilitar o aprofundamento de conceitos e técnicas inerentes à formação inicial dos educandos.

No Curso de Administração serão disponibilizadas as seguintes disciplinas Optativas:

- Língua Brasileira de Sinais – 60 horas
- Língua Inglesa – 60 horas

- Direito e Cidadania – 60 horas
- Consultoria Empresarial – 60 horas

Também é importante ressaltar os diferenciais definidos para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, considerando os tipos de cursos oferecidos na UnirG. Para os cursos de bacharelado, os currículos são elaborados também na perspectiva da construção de um perfil profissional, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso, com amplo conhecimento técnico em suas áreas de atuação, porém com uma formação geral que o permita:

- Fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências;
- Ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência;
- Compreender as linguagens como veículos de comunicação e expressão, respeitando as diferentes manifestações étnico culturais e a variação linguística;
- Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito;
- Formular e articular argumentos consistentes em situações sociocomunicativas, expressando-se com clareza, coerência e precisão;
- Organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;
- Planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos;
- Buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade;
- Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Os cursos oferecidos pela UnirG buscam ser pilares na construção de sua identidade e da sua vocação, no cumprimento de sua missão social. Além disso,

são instrumentos necessários para formação de profissionais atuantes no desenvolvimento regional. As questões sociais decorrentes da atividade econômica da Cidade e região são desta forma, trabalhadas por profissionais com formação humanística e atuação técnica pautada pelos ditames da responsabilidade social.

Nesse sentido, a Política Institucional de Ensino prioriza a sólida formação profissional e de cidadania e um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber e contribui para um aprendizado alicerçado na tríade: ensino, pesquisa e extensão.

4.3 PROJETOS CURRICULARES, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES DO CURSO

No processo formativo dos estudantes universitários, o tripé **ensino/pesquisa/extensão** promove a articulação da ciência, da cultura e do trabalho. Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão favorece a escuta, a reflexão, a investigação, o diálogo, a criatividade, a criticidade, a elaboração teórico-prática e a participação cidadã, compreendendo os sujeitos em suas diversas dimensões, na sobreposição dos diferentes campos da realidade social, como o campo da ética, o da política, o da cultura e o da economia.

O Curso de Administração desenvolve várias atividades curriculares e de extensão que proporcionam ao acadêmico e professores, uma maior interação no processo de ensino e aprendizagem. Tais atividades garantem ao acadêmico, no final do curso, a integralização de **300 horas específicas de extensão**; a aquisição de experiências práticas e acessibilidade às produções científicas e de atendimento a comunidade externa.

Para tanto, os NDE dos cursos de Administração e Ciências Contábeis criaram a **Escola de Negócios e Cidadania - ENC**, equivalente a um núcleo guarda-chuva, o qual contempla diferentes projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como aquelas atividades de iniciação científica, e de outras pesquisas com interface em Extensão, orientados pelos professores do curso.

4.3.1 Escola de Negócios e Cidadania - ENC

A **Escola de Negócios e Cidadania - ENC** tem como principal atividade a promoção de conhecimentos por meio de projetos relacionados as áreas de gestão e negócios. Caracteriza-se como uma atividade de promoção e desenvolvimento da extensão e iniciação científica que visa promover a interdisciplinaridade, ao estabelecer a integração dos conhecimentos articulados desenvolvidos em mais de uma disciplina.

O objetivo da ENC é agregar e articular de forma teórica e prática os vários projetos desenvolvidos nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, promovendo a valorização do ensino, da extensão e das pesquisas individuais e coletivas.

Os programas interdisciplinares são, nesse sentido, espaços importantes para a articulação das competências, capazes de contribuir para evidenciar a proposta do curso de Administração e, principalmente, para o desenvolvimento do perfil profissional dos acadêmicos.

A ENC é coordenada por todos os Professores do Curso de Administração e Ciências Contábeis, os quais são responsáveis pela elaboração, pela organização e coordenação de todas as ações e produtos gerados pela Escola, sendo que as disciplinas de Atividades Integradoras I,II,III e IV serão as articuladoras juntamente com as disciplinas com viés de extensão curricularizada para a organização interdisciplinar das ações a serem desenvolvidas. As Atividades Integradoras constituem-se em ferramenta de desenvolvimento de aprendizagens planejadas e integradas intercurso e também integrar disciplinas, atividades, projetos de estudo, pesquisas tornando-se uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos de cada curso na qual a intervenção e orientação do professor se dá no âmbito da sala de aula e o cumprimento das atividades em outros espaços e tempos.

A metodologia de trabalho para o desenvolvimento da ENC é definida a cada semestre, por meio de reuniões com os NDEs do curso de Administração, bem como o de Ciências Contábeis, e os professores das disciplinas de extensão curricularizada para a organização de uma agenda de atividades, que define quais os projetos que serão desenvolvidos no semestre vigente. Mas ressalta-se que a

demanda partirá da comunidade externa que também participará do planejamento e desenvolvimento das atividades.

Prioriza-se nessa agenda atividades envolvendo a comunidade gurupiense e população circunvizinhas, juntamente com professores e acadêmicos, tanto da UnirG, quanto de outras IES, com vista à integração comunitária por meio da realização de eventos culturais, oficinas e cursos para a comunidade, desenvolvimento de programas federais e publicações acadêmicas.

Será desenvolvido um plano de atividades, na perspectiva de realização de pesquisa, ensino e extensão, seguindo sempre um cronograma de trabalho a ser realizado, pelos acadêmicos e pelos professores e Coordenadores das atividades.

4.3.2 A ENC e a Extensão Curricularizada

Conforme a Resolução nº 017- Conselho Acadêmico Superior- CONSUP, de 30 de abril de 2020, e proferida pela Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Gurupi - UnirG, a estrutura curricular de cada curso deve destinar no mínimo **10%** do total de créditos exigidos, para a integralização dos cursos de graduação, à realização de **Ações Curriculares de Extensão**, em atendimento ao Art. 4º, do Capítulo I, do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014 e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, executadas nas modalidades de Programas e Projetos de Extensão, com carga horária determinada no projeto pedagógico do curso, independente da periodização letiva. O curso de Administração, implementa em sua estrutura curricular a **Extensão Curricularizada**, considerando que a extensão é um processo formativo que se configura como uma das atividades fins do ensino superior, ao lado do ensino e da pesquisa. Considera, ainda, que a extensão se configura num processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, voltado à interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Assim, a Extensão Curricularizada, no curso de Administração, é realizada no âmbito das disciplinas ofertadas ao longo da formação dos discentes.

4.3.4 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Estratégico de Alinhamento, a internacionalização na UnirG apresenta-se como estratégia chave para atualizar e melhorar o ensino ofertado, levando em consideração economia e sociedade cada vez mais interligadas com o mundo. Para que haja um incremento de habilidades e competências globais nos estudantes de graduação, a UnirG usará integração das dimensões internacional e intercultural possíveis aos cursos existentes, a partir do estímulo à transposição de barreiras linguísticas, da mobilidade docente e discente da aproximação com outras instituições internacionais de ensino superior.

Objetivos Específicos no “Eixo Ensino”

1. Preparar os estudantes da graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais;
2. Divulgar amplamente oportunidades e iniciativas de internacionalização para os acadêmicos, professores e servidores da UnirG, criando a semana da internacionalização prevista no calendário acadêmico;
3. Estimular os cursos a buscarem a dupla diplomação com IES estrangeiras.
4. Ofertar disciplinas total ou parcial em outras línguas estrangeiras nas modalidades presencial, ou EaD.
5. Implantar convênios de intercâmbio com universidades do Mercosul.
6. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês.
7. Traduzir os conteúdos das disciplinas, inclusive as suas ementas, para o inglês.
8. Oportunizar a emissão de documentos internos da UnirG também em língua inglesa.

METAS	AÇÕES
Meta 1:	Criação do Clube de línguas.
	Ampliar o projeto de extensão CELU – para

Desenvolvimento da cultura de internacionalização e Capacitação	aperfeiçoamento do idioma inglês e espanhol em todos os campi para docentes, técnicos administrativos, discentes e egressos.
	Estimular ações envolvendo as tecnologias de informação e comunicação para promover eventos internacionais dentro da sala de aula.
	Criar mensalmente ações publicitárias voltadas para a conscientização da internacionalização na universidade.
	Organizar evento anual sobre internacionalização de currículo, internacionalização doméstica, relações internacionais.
Meta 2: Institucionalização da Internacionalização	Atualizar os PPC de todos os cursos
	Elencar disciplinas que devam conter em seu plano de aula ações envolvendo a internacionalização.
	Remodelar a gestão e os processos voltados à internacionalização para os <i>campi</i> da UnirG.
	Selecionar eventos internacionais para planejamento de possível participação.
	Incentivar o uso das tecnologias dentro da sala de aula para integração entre as IES internacionais conveniadas.
Meta 3: Incrementar cooperações internacionais visando maior captação de recursos	Celebrar acordos de cooperação com IES estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico que possuam interesses e motivações pela troca de conhecimentos que envolvam a região em que está inserida a UnirG.
	Implementar projetos de forma cooperada com pesquisadores, professores e extensionistas de IES estrangeiras ou em rede, bem como a captação conjunta de recursos de financiamento dos

	projetos.
Meta 4: Ampliar as publicações internacionais qualificadas	Incentivar publicações internacionais com relevante fator de impacto e em coautoria com autores estrangeiros.

Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, as universidades precisam formar profissionais preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos frente aos desafios sociais contemporâneos.

Nesse contexto, a Universidade UnirG estabelece as políticas de Internacionalização articulando ensino, pesquisa e extensão nas suas várias modalidades e inclui no seu PDI o fortalecimento e a transversalização das ações de internacionalização, como um meio para desenvolver a educação superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Universidade à comunidade acadêmica e à sociedade.

Esse processo exige um campo de intercâmbios, ou seja, a interconexão entre as formas diversas de experimentação, bem como metodologias de extensão universitária entre equipes de extensão de diferentes países, em que se espera potencializar a construção do conhecimento que se opera no âmbito das relações universidade-comunidade, oportunizando a pesquisadores-extensionistas e estudantes-extensionistas vivenciarem realidades sociais parcialmente distintas (pela geografia, língua ou pela cultura) e parcialmente comuns (condição econômica, social e tecnológica).

O Curso de Administração participou do evento como “*Coffee and Research*” realizado em 19 de maio de 2021, sendo uma oportunidade de divulgação para a comunidade acadêmica dos trabalhos científicos publicados no exterior.

NOTURNO				
Professor	Curso	Título	Link Meet	
Fábio Pegoraro	Administração	A hybrid model to support decision making in emergency department management	meet.google.com/hsh-qcre-ruz	19h às 19h25min
Cláudia da Luz Carvelli	Ciências Contábeis	O acesso ao crédito rural pelas mulheres assentadas na região sul do Tocantins		19h30min às 19h55min
César Augusto de Oliveira Ferrante	Engenharia Civil	Analytical study and experimental tests on innovative steel-concrete composite floorings		20h às 20h25min
Marina Parreira Barros Bitar	Jornalismo	Novas formas de financiamento no jornalismo sem fins lucrativos		20h30min às 20h55min
Edna Maria Cruz Pinho	Pedagogia	Criatividade e pensamento complexo na escola de anos iniciais		21h às 21h25min
Jussara Resende Costa Santos	Pedagogia	O papel da família no processo de inclusão de alunos deficientes: estudo de caso em uma escola privada de Unai-MG.		21h30min às 21h55min



Ressalta-se ainda que além das ações supracitadas, a disciplina de Língua Inglesa Básica foi inserida como disciplina obrigatória na matriz curricular.



4.3 OBJETIVOS DO CURSO

4.3.1 OBJETIVO GERAL

Preparar o profissional de administração para atuar como gestor no contexto organizacional, comprometido com o desenvolvimento regional, estimulando suas habilidades conceituais, humanas e técnicas para o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social.

4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular o comportamento empreendedor;
- Integrar conhecimentos teóricos e práticos;
- Conscientizar o acadêmico para a educação continuada;
- Estimular a capacidade de compreender o meio social, político, econômico, científico, cultural e ambiental no qual o administrador está inserido;
- Transmitir valores e princípios éticos da profissão;
- Orientar na busca de novos métodos e técnicas administrativas, ordenando e aplicando, racionalmente, os recursos, com vistas à execução de fins imediatos e fundamentais das organizações, qualquer que seja a sua natureza ou porte;
- Incentivar a formação de administradores que sejam capazes de tomar decisões, trabalhar e liderar equipes, alinhando os objetivos organizacionais à responsabilidade social.
- Propor atividades complementares que busquem o aperfeiçoamento da aprendizagem.

4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao lado das competências e habilidades comuns à linha de formação, espera-se do egresso do curso o domínio de outras habilidades derivadas de sua familiaridade com a problemática específica do setor privado e do setor público e das organizações que compõem cada um destes setores.

No Art. 3º da RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 enfatiza-se que o Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Liderança, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades

V - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de

gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

VI - ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VII - gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VIII - ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

IX - comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

X - aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

Coerentemente, com as competências e habilidades a serem adquiridas, os graduandos de Administração da Universidade de Gurupi, deverão demonstrar ao final do curso, o seguinte perfil:

- Competência para empreender, analisar criticamente as organizações, antecipar e promover suas transformações;

- Formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- Formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador;
- Capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional;
- Internalização de valores de responsabilidade social, ética profissional e respeito ao meio ambiente;
- Capacidade de atuar em equipes multidisciplinares;
- Capacidade de gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato das mesmas.

4.5 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Administração, da Universidade de Gurupi - UnirG, se dá pelas formas definidas em Lei, ou seja, pelo Processo Seletivo próprio, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cota pública e lei municipal, ou nas formas de ingresso definidas por meio de resoluções institucionais, amparadas pelas aprovações nas instâncias determinantes.

4.7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular que está prevista no PPC considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total, evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta de Libras e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância, explicita a articulação

entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.

A integralização curricular inclui, além dos projetos integradores, atividades complementares a serem desenvolvidas ao longo do Curso, destinadas a promoverem a intradisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transversalidade, ao resgatarem experiências do educando, podendo abrigar atividades de iniciação científica, extensão e eventos culturais, científicos e educacionais.

Além disso, o projeto pedagógico do curso busca assegurar:

- Diretrizes pedagógicas específicas voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades que atendam ao perfil desejado dos egressos;
- Matriz curricular que atende às diretrizes curriculares nacionais fixadas pelo MEC e às peculiaridades regionais;
- Princípios metodológicos empreendedores, inovadores, criativos e que valorizem a ressignificação dos conteúdos, priorizando a integração teoria-prática;
- Processos de avaliação formativa e continuada da aprendizagem.

Considerando as características da Instituição, as metodologias traçadas nos projetos de curso se relacionam aos princípios definidos na política de ensino. Para tanto, são desenvolvidas ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos. Assim sendo, apresentam-se como princípios metodológicos:

- Considerar o espaço-tempo da aula como momento de interação, problematização, diálogo entre professores e alunos e de conhecimento;
- Promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades;
- Utilizar novos desenhos de organização da aula, como a sala de aula invertida, que consiste em uma modalidade de *e-learning* na qual o conteúdo e as instruções são estudados antes de o aluno frequentar a sala de aula, que passa a ser o local para trabalhar, prioritariamente, com os conteúdos já conhecidos, realizando atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão

em grupo, laboratórios, superando as configurações da aula tradicional e a concepção de transmissão de conteúdo;

- Utilizar estratégias de resolução de problemas, estudos de caso, aproximação com a prática profissional, promovendo aprendizagens significativas e despertando a curiosidade e o protagonismo discente para reconstrução do conhecimento;

- Ampliar e diversificar as fontes de pesquisa, considerando a vasta produção e a divulgação do conhecimento científico, procurando contextualizá-lo de forma significativa com os conteúdos estudados;

- Promover trabalhos em grupo, fóruns, debates, tutorias, tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir de diferentes recursos, tanto na modalidade presencial quanto à distância, visando a uma formação profissional qualificada e atenta às demandas sociais;

- Interagir com profissionais da área de formação por meio de projetos e atividades de extensão, visitas técnicas e estudos de campo, que aproximem os alunos da realidade estudada;

- Incentivar a pesquisa, por meio de projetos e atividades, na busca pela aprendizagem contínua, com vistas a um mundo em constante transformação;

- Propor a flexibilização curricular e oferta diversificada de atividades complementares, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante;

- Otimizar espaços de formação, prática profissional e estágios por meio da realização de convênios e relação com setores e organismos públicos e privados da região;

- Atentar para as necessidades de adaptação curricular e do plano de estudos para atender as demandas específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência, utilizando recursos de tecnologias assistivas e de comunicação alternativa, a depender da adaptação prevista.

Quanto à Flexibilidade

Como previsto no respectivo PPC, as diretrizes pedagógicas adotadas para o curso de Administração conduzem à flexibilização dos componentes curriculares, ou seja, o projeto pedagógico busca contemplar as inovações que possibilitem essa

flexibilidade, conforme as determinações das diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo Ministério da Educação.

Aplica-se ainda, como forma de flexibilização, as Atividades Complementares, as quais apresentam-se como integrantes de espaço curricular propício ao desenvolvimento e atendimento das individualidades do educando. As disciplinas optativas também permitem essa flexibilidade curricular.

Quanto à intra-interdisciplinaridade e transversalidade

A UnirG entende ser de fundamental importância a aplicação do conceito da interdisciplinaridade no processo ensino e aprendizagem, em que corresponde à substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do ser humano.

O termo interdisciplinaridade e transversalidade significa uma relação de reciprocidade, de maturidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento.

Além disso, é importante que os estudantes percebam como os conteúdos escolhidos para o curso se combinam e se relacionam, caracterizando uma aprendizagem que prevê o desenvolvimento de múltiplos raciocínios e interpretações sobre um mesmo objeto de estudo.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas e pelo grau de integração real das disciplinas do curso, no interior do projeto pedagógico da instituição de ensino superior.

Assim, o PPC propõe as seguintes ações para efetivação da interdisciplinaridade:

- Construção, em equipe interdisciplinar, de conteúdo para atividades integradoras e de auto estudo;
- Organização de espaços de discussão docente para estabelecer o inter-relacionamento entre as diversas disciplinas que compõem o currículo deste curso e discutir a elaboração dos seus planos de ensino e aprendizagem;
- Integração teoria e prática por meio de programas como: pesquisa, monitoria, estágio supervisionado e atividades complementares.

A *intradisciplinaridade* como o processo de desdobramento do conhecimento a ser adquirido, dá ênfase aos campos de saber necessários à formação do indivíduo.

Nesse sentido, torna-se fundamental que tanto a *intradisciplinaridade*, como a *interdisciplinaridade* sejam integradas, para não haver um excessivo perigo de compartimentalizarmos e distanciarmos os saberes.

Dentro desse contexto, a transversalidade apresenta-se como um caminho possível de integração e interação do conhecimento, sendo um modo de reflexão-ação, capaz de desconstruir e reconstruir a relação entre os diversos saberes, ressignificando-os.

Portanto, a *intradisciplinaridade*, *interdisciplinaridade* e *transversalidade* estão presentes nas ações didático-pedagógicas da UnirG integrando-as de maneira harmônica em todo o processo de ensino-aprendizagem.

A estrutura curricular do curso de Administração da UnirG se orientou pela **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 e RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021**, quanto aos conteúdos curriculares promotores da formação básica, específica e complementar, bem como os estudos quantitativos e suas tecnologias no âmbito da formação de gestores.

A integralização do curso está de acordo com a Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de julho de 2007, que dispõe sobre carga horária e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação bacharelado.

A organização curricular atende a legislação, no que se refere à carga horária legal 3000 horas, integralizadas em 8 (oito) semestres, assim distribuídas:

- 2460 horas destinadas às atividades acadêmicas, obrigatórias e optativas, teóricas e práticas, integrando a realização de seminários, trabalhos de iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, participação em empresas do setor e projetos integradores, desenvolvidos ao longo do curso.
- 300 horas para o estágio supervisionado;
- 240 horas de atividades complementares, realizadas gradativamente a cada semestre, desde o início do curso, em áreas específicas de interesse dos alunos, flexibilizando sua formação.

Nessa perspectiva, o curso se desenvolve a partir da ideia de construção do conhecimento, estabelecendo um currículo diferenciado, resultado da prática realizada e mediada pelas ações dos docentes (ação efetiva docente) e discentes (trabalho efetivo discente), mediante atividades dentro e fora da sala de aula, intra e extramuros.

A matriz curricular contempla componentes curriculares: disciplinas, atividades complementares, estágios supervisionados, projetos específicos, interdisciplinares e atividades de prática profissional e laboratorial são operacionalizados por meio de aulas expositivas, dialogadas, atividades teóricas e práticas, aprendizagem mediada por tecnologia, estudos dirigidos, individuais e em grupo, desenvolvidos a partir da ação direta e indireta de docentes, tendo em vista a formação pessoal, profissional e cidadã dos discentes.

A UnirG destaca que a carga horária do curso reporta a um conjunto de atividades de aprendizagem (intramurais e extramurais), tendo a conotação de tempo de aprendizagem discente em diferentes cenários, possibilitando diversificação e flexibilização, computando como 'tarefa-tempo' as atividades oferecidas no 'tempo aula', realizadas no 'tempo-aluno'.

O trabalho efetivo discente compreende e organiza a integralização das disciplinas previstas para o curso, o estágio supervisionado e as atividades complementares. A interdisciplinaridade tem como lócus o desenvolvimento de uma atividade integradora, reunindo os saberes relativos aos componentes curriculares de cada semestre obedecendo a regulamentação específica, detalhando sua cronologia e abrangência ao longo do curso.

Os componentes curriculares do curso contemplam articulação entre teoria e prática, flexibilização e interdisciplinaridade, estando coerentes com as necessidades e demandas atuais do mercado de trabalho, visando à formação do profissional do século XXI. A valorização das experiências vivenciadas pelos alunos em contexto fora e dentro do ambiente acadêmico torna o conhecimento flexível e aberto para adaptação.

Na operacionalização do currículo do curso busca-se desenvolver competências que são: saber agir e reagir com pertinência; saber combinar os

recursos e mobilizá-los em um contexto; saber transportar; saber aprender e aprender a aprender; saber se engajar, contribuindo para que os egressos possam selecionar criticar, comparar e elaborar novos conceitos, contribuindo para renovação e criação de conhecimentos significativos e relevantes para sua atuação profissional, engajamento social e cidadão.

A coerência dos conteúdos curriculares com o perfil delineado para o egresso está calcada em competências, habilidades e atitudes relacionadas à compreensão da dinâmica do curso em questão.

Outro aspecto importante é o incentivo que a UnirG oferece aos professores para desenvolverem-se além das competências técnicas específicas, ampliando sua conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais, utilizadas pelos surdos, inseridos em sala de aula comum.

Destaca-se também que o currículo do curso está em consonância com o Decreto n. 5.626/2005, incluindo a disciplina Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como componente curricular optativo.

O atendimento à Resolução CNE/CP n. 1/2004, que estabelece os estudos sobre educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena são contemplados diretamente nas disciplinas de Estudos Socioantropológicos e Direito e Cidadania. Entretanto, essa temática abrange um caráter transversal, estando implícito nas discussões e reflexões, por meio das atividades complementares, projetos integradores, de iniciação científica, de extensão, seminários, palestras, entre outras.

Da mesma forma, o currículo do curso atende as exigências do Decreto n. 4.281/2002 que regulamenta a Lei n. 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. A organização curricular contempla especificamente nas disciplinas de Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, Planos de Negócios e Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social e Ambiental.

Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática,

promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Vale ressaltar que os critérios norteadores para definição do perfil do egresso tomaram como base a necessidade de formação voltada para a visão humanística, científica e social, de maneira que integram os conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores na formação do futuro profissional.

O currículo atende ainda a Resolução n. 1/2012 que estabelece diretrizes nacionais para a temática Direitos Humanos, contemplando nas disciplinas Direito e Cidadania e Estudos Socioantropológicos, além dessa matéria ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer do curso.

A Universidade de Gurupi – UnirG utiliza a hora-aula com duração de cinquenta (50) minutos, conforme o Parecer CNE/CES nº 8/2007 e a Resolução CNE/CES nº 2/2007, que definem, no artigo 2º da referida Resolução, que a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico.

Para contabilização de carga horária do curso deve-se considerar a hora-relógio de 60 minutos, que é utilizada para contabilizar a Carga Horária de integralização do curso. A hora-aula corresponde ao tempo de duração efetivo da aula que, geralmente, é de 50 minutos.

Cálculo do quantitativo de horas-aulas:

$$HA = \frac{HR \times 60}{50}$$

Onde:
HA = Número de horas-aula;
HR = Número de horas-relógio.

Conversão do número de horas-aula para hora-relógio:

$$HR = \frac{HA \times 50}{60}$$

Onde:
HR = Carga horária do Curso em horas-relógio;
HA = Número de horas-aula.

Em cumprimento as determinações dos artigos da Resolução 03/2007-CNE:

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I– preleções e aulas expositivas;

II– atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.

Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Seqüenciais.

E conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96) em seu Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Quanto aos conceitos adotados em relação ao Ano Acadêmico: O ano acadêmico não é composto de 365 dias, mas sim de 200 dias de trabalho escolar efetivo, conforme a LDB. A semana acadêmica, por sua vez, é composta por 6 dias (segunda a sábado), o que implica haver no mínimo 17 semanas por semestre em um ano escolar (17 semanas x 6 dias = 102 dias). No entanto, conforme Parecer CNE/CES nº 261/2006:

A hora-aula é decorrente de necessidades acadêmicas das instituições de educação superior, não obstante também esta referenciada às questões de natureza trabalhista. Nesse sentido, a definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das instituições de educação superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos. **(grifo nosso)**

Desta forma, conclui-se que a hora-aula equivale ao padrão unitário de tempo utilizado pela instituição para definir a carga horária necessária ao desenvolvimento de cada conteúdo curricular (a carga horária de cada disciplina é fixada em horas-aula). Duração da Hora- Aula: A quantificação do número de minutos de uma hora-aula é uma questão pedagógica, a ser administrada pela instituição, a partir de sua realidade e projetos institucionais. Pode ou não coincidir com a hora relógio, respeitados o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, as orientações das Diretrizes Curriculares e as cargas horárias mínimas dos cursos, quando for o caso, além das demais normas legais vigentes.

Com base no exposto, a hora-aula pode ser menor que 60 min, mas o total da carga horária dos cursos deve ser mantida em hora relógio. O que devemos é garantir que as estruturas curriculares dos cursos cumpram as cargas horárias mínimas estabelecidas nas Diretrizes de curso em “horas-relógio”, respeitando o período mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

Nesse sentido, considerando a média geral da Carga Horária de Integralização dos cursos da UnirG, o nosso sistema acadêmico trabalha com uma média de carga horária de integralização de horas-relógio, conforme segue abaixo:

Então, **uma disciplina de 60 horas equivale a 3600 minutos (60 horas x 60min = 3600 minutos – hora-relógio)**. Dividindo esse total por 50 minutos (hora-aula adotada na UnirG) resulta no Encargo Didático de 72 horas-aula.

Modelo vigente na UnirG:

- 15 horas: Para se saber exatamente como é calculado o crédito do Curso, observe: 1 crédito equivale a 15 horas de aula teórica ou 30 horas de aula prática por semestre. No caso dos Requisitos Curriculares Complementares, o crédito é determinado de acordo com a atividade desenvolvida.

- Para cada 1 crédito com 15 horas relógio, visto que as aulas ministradas na Universidade UnirG são de 50 minutos, teremos 18 horas aula. Por isso é necessários 18 encontros de acordo com os créditos de cada disciplina.

Ex: disciplina de 1 crédito - 15hs/relógio x 60min/50min = 18hs aula

Ex: disciplina de 2 créditos - 30hs/relógio x 60min/50min = 36hs aula

Ex: disciplina de 4 créditos - 60hs/relógio x 60min /50min = 72hs aula

- CÁLCULO DE HORA/RELÓGIO

$60h/aula \div 50min \times 60min = 72h/relógio$

- CÁLCULO DE HORA/AULA

$72 \times 50min \div 60min = 60h/aula$

Duração da semana letiva: 06 (seis) dias – Segunda à Sábado;

Período de horas-aula por turno: 04 (quatro)

Duração da hora-aula: 50 minutos

Duração do Semestre Letivo: 18 (dezoito) semanas que correspondem aos 108 dias letivos.

Uma disciplina de 60 horas = 72 horas-aula (de 50 minutos) considerando 4 aulas por semana: 18 semanas x 4 aulas/semana x 50 min/aula = 3600 minutos (correto)

Segue Matriz Curricular Nº 8 do Curso de Administração, aprovada pela Resolução CONSUP XXXXXXXXXXXXX.

MUNICÍPIO DE GURUPI – ESTADO DO TOCANTINS
FUNDAÇÃO UNIRG – UNIVERSIDADE DE GURUPI
COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR N. 08 DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Aprovada pela Resolução/CONSUP n.000/2021

RESUMO											
Curso: Administração Turno: Noturno Modalidade: Presencial Vigência: 02/2022 Duração mínima: 08 semestres (04 anos) Duração máxima: 12 semestres (06 anos)				Carga Horária Teórica: 975 Carga Horária Prática: 180 Eletivas/Optativa: 4 créditos Educação a distância: 1035 Estágio Supervisionado: 300 Extensão Curricularizada: 300 Atividades Complementares: 240 Carga horária Total: 3000 Total de Créditos: 162							
PRIMEIRO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
1º	1	NFB	Teorias da Administração	4	60		60	72			-
	2	NFB	Introdução à Contabilidade	4	60		60	72			-
	3	NFB	Leitura e Interpretação de Textos	4	-		60	72	60		-
	4	NFB	Estudos Socioantropológicos	4	-		60	72	45	15	-
	Subtotal				16	120		240	288	105	15
SEGUNDO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
2º	5	NFB	Matemática	4	30		60	72	30		
	6	NFB	Economia	4	30		60	72	30		
	7	NFB	Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (EAD)	4	45		60	72	-	15	
	8	NFPP	Contabilidade de Negócios	4	45		60	72		15	
	9	NC	Pesquisa e Iniciação Científica	2	-		30	36	30		
	10	NIAC	Atividades Integradoras I							15	
	Subtotal				18	150		270	324	90	45
TERCEIRO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
3º	11	NFB	Ética e Filosofia	4	-		60	72	60		
	12	NFB	Matemática Financeira	4	60		60	72			
	13	NFPP	Microeconomia	4	45		60	72		15	
	14	NFB	Instituição de Direito Público e Privado	4	-		60	72	60		
	15	NC	Responsabilidade Social e Ambiental (EAD)	4	-		60	72	45	15	

	16	NIAC	Atividades Integradoras II							15	
	Subtotal			20	105		300	360	165	45	
QUARTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
4º	17	NFB	Legislação Social e Cálculo Trabalhista	4	30	30	60	72			
	18	NFB	Gestão de Custos	4	30		60	72	30		
	19	NFPP	Comportamento Humano e Liderança	4	30		60	72	30		
	20	NFPP	Gestão das Organizações	4	30		60	72	30		
	21	NFPP	Macroeconomia	4	30		60	72	30		
	22	NIAC	Atividades Integradoras III								15
	Subtotal			20	150	30	300	360	120	15	
QUINTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
5º	23	NFB	Estatística	4	30		60	72	30		
	24	NFB	Gestão Financeira e Orçamentária	4	30		60	72		30	
	25	NFPP	Gestão Empreendedora	4	30		60	72		30	
	26	NFB	Marketing	4	30		60	72	15	15	
	27	NFB	Mercado Financeiro	4			60	72	60		
	28	NC	Metodologia da Pesquisa Científica (EAD)	2			30	36	30		
	29	NIAC	Atividades Integradoras IV								15
	Subtotal			22	120		330	396	135	90	
SEXTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
6º	30	NFPP	Gestão da Produção	4	30		60	72	15	15	
	31	NFPP	Gestão Estratégica de Pessoas	4	-		60	72	60		
	32	NFPP	Estratégia de Marketing	4	30		60	72		30	
	33	NFPP	Estratégia Organizacional	4			60	72	60	-	
	34	NFPP	Logística Empresarial	4	30		60	72	15	15	
	35	NFPP	Estágio Supervisionado I	2		30	30	36			
	36	NC	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	2			30	36	30		
	Subtotal			24	90	30	360	432	180	60	
SÉTIMO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
7º	37	NFPP	Gestão em Agronegócio	4	45		60	72		15	
	38	NFPP	Plano de Negócios	4	45		60	72		15	
	39	NFPP	Tecnologia e Negócios	4	30		60	72	30		
	40	NFPP	Gestão de Serviços	4			60	72	60		

	41	NC	Trabalho de Conclusão de Curso	2			30	36	30		
	42	NFPP	Prática Empresarial I	4		60	60	72			
	Subtotal			22	120	60	330	396	120	30	
OITAVO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
8º	43	NFPP	Gestão de Projetos	4	30		60	72	30		
	44	NC	Optativa	4	60		60	72			
	45	NFPP	Análise Competitiva de Cenários	4			60	72	60		
	46	NFPP	Tópicos Contemporâneas em Gestão Empresarial	4	30		60	72	30	-	
	47	NFPP	Prática Empresarial II	4		60	60	72			
	Subtotal			20	120	60	300	360	120		

Descrição das somatórias	CRÉDITOS	C/H 60 min.	C/H Presencial	C/H Prática	C/H EaD	C/H Extensão	C/H 50 min. Hora/aula
	162	2130	975	180	1035	300	2916
Carga Horária Presencial	975						
Carga Horária Prática	180						
Carga Horária EDA	1035						
Extensão Curricular	300						
Atividades Complementares	240						
Estágios Supervisionado	300						
TOTAL							

DISCIPLINAS OPTATIVAS										
Cód.	Núcleo	Disciplinas	C	C/H 60 min.	C/H T	C/H P	C/H EaD	C/H Ext.	C/H 50 min. Hora/aula	Pré-requisito
	NFC	Língua Brasileira de Sinais	4	60	30	-	30	-	72	-
	NFC	Língua Inglesa	4	60	30	-	30	-	72	-
	NFC	Direito e Cidadania	4	60	30	-	30	-	72	-
	NFPP	Consultoria Empresarial	4	60	30	30	-	-	72	-

Obs 1: As atividades Integradoras I, II, III e IV serão vinculadas ao programa de extensão “Escola de Negócios e Cidadania”. Serão realizadas em parceria com o curso de Administração. **As atividades Integradoras e o Estágio Curricular Complementar (Estágio II) serão articuladas, orientadas e controladas pelo Núcleo de Práticas Administrativas, supervisionadas pelo coordenador de estágio, deste modo, estas disciplinas não terão o custo do professor alocado na disciplina, não gerando crédito financeiro para o aluno.**

O quadro apresentado na sequência demonstra o enquadramento dos conteúdos curriculares do curso, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de **Administração**: RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 e RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN			
Curso:	Graduação:	Base Legal:	
Administração	Bacharelado	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021	
Conteúdos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
I - Formação Básica - (Art 5º - Inciso I)	Estudos Antropológicos, Sociológicos, Políticos e de Comunicação	Estudos Socioantropológicos	60
		Pesquisa e Iniciação Científica	30
		Metodologia da Pesquisa Científica	30
		Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	30
		Trabalho de Conclusão de Curso	30
		Leitura e Interpretação de Textos	
	Filosóficos e Ético-Profissionais	Ética e Filosofia	60
	Psicológicos e Comportamentais	Comportamento Humano e Liderança	60
	Econômicos e Contábeis	Economia	60
		Microeconomia	60
		Macroeconomia	60
		Gestão de Custos	60
		Contabilidade de Negócios	60
		Introdução a Contabilidade	60
	Ciências Jurídicas	Instituição de Direito Público e Privado	60
Legislação Empresarial		60	
Legislação Social e Cálculos Trabalhistas		60	
II - Formação Profissional: (Art 5º - Inciso II)	Teorias da Administração e das organizações e a administração de recursos	Mercado Financeiro	60
		Marketing	60
		Marketing Avançado	60

DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN			
Curso:	Graduação:	Base Legal:	
Administração	Bacharelado	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021	
Conteúdos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
	humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira, orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.	Gestão das Organizações	60
		Gestão da Produção	60
		Estratégia Organizacional	60
		Gestão de Projetos	60
		Gestão de Serviços	60
		Gestão de Estratégica de Pessoas	60
		Gestão Empreendedora	60
		Gestão Financeira e Orçamentária	60
		Logística Empresarial	60
		Planejamento Estratégico	60
		Teorias da Administração	60
		Análise Competitiva de Cenários	60
		Gestão em Agronegócio	60
III - Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: (Art 5º - Inciso III)	Abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.	Estatística	60
		Matemática	60
		Matemática Financeira	60
		Tecnologia e Negócios	60
		Prática Empresarial I	60
		Prática Empresarial II	60
IV - Conteúdos de Formação Complementar:	Estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando	Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional	60
		Tópicos Contemporâneos em Gestão Empresarial	60
		Planos de Negócios	60
		Optativa	60
		Responsabilidade Social e Ambiental	60

DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN			
Curso:	Graduação:	Base Legal:	
Administração	Bacharelado	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021	
Conteúdos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
		Atividades Integradoras I, II, III e IV	45
Art. 7º. Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais	Estágio Curricular Supervisionado	Estágio Supervisionado I	30
		Estágio Supervisionado II	270
Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno	Atividades Complementares	Atividades Complementares	240
CARGA HORÁRIA TOTAL			3.000

4.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

Como previsto no respectivo PPC, a definição dos conteúdos desenvolvidos no Curso de Administração partiu de premissas teóricas, nas quais a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como:

- Socioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
- Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias, bem como, por meio da resignificação dos conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos pautados na problematização requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, estudos em grupos entre outras.

A adequação e atualização dos planos de ensino levam em consideração os objetivos do Curso, o perfil do egresso e o mercado de trabalho em harmonia com a matriz curricular. Nesse sentido, a elaboração dos planos de ensino das disciplinas do currículo do Curso é feita com base nas ementas de seu PPC, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas abrangem completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização dos planos de ensino das disciplinas, a Coordenação do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a cada período, recebem propostas dos professores solicitando alterações e justificando-as. Uma vez analisadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Para aprovação das propostas de alterações no plano de ensino, o Colegiado do Curso leva em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas serão renovadas durante o processo periódico de atualização dos planos de ensino, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

As ementas das disciplinas foram elaboradas visando compatibilizar o projeto pedagógico do curso com seus respectivos objetivos e o perfil profissional esperado do egresso, com ênfase em suas habilidades e competências.

As ementas norteiam os professores que trabalham conforme suas visões de mundo, ideias, práticas e representações sociais.

Os docentes do Curso devem:

- Adotar como referência a prática profissional, analisando criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Ressalta-se que as obras bibliográficas que servem para a construção do respectivo PPC estão disponibilizadas no acervo digital – Minha Biblioteca. A UnirG adquiriu a licença para uso da plataforma no início do semestre 2019/02 com acesso *on-line* e no semestre 2020/2 estendeu o contrato para acesso *off-line*. O contrato já prevê renovação pelo mesmo tempo.

A plataforma digital de livros possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos, formada por mais de 12 grandes editoras e mais de 15 selos editoriais, contabilizando milhares de títulos de diferentes áreas que a Instituição oferece como: Medicina, Saúde, Exatas, Jurídica, Sociais Aplicadas, Pedagógica e Artes & Letras.

Através dessa ferramenta é possível fortalecer a cultura digital, garantir o acesso à informação a qualquer hora em qualquer lugar, contribuindo para o aprendizado autônomo de seus usuários, personalizando o ensino de forma que promova a personalização e humanização do aprendizado, permitindo que cada aluno aprenda no seu ritmo e do seu jeito; aumenta e facilita a interação entre alunos e professores,

resultando numa aprendizagem mais dinâmica e interativa, ajudando aos alunos na compreensão das matérias.

Com a aquisição da licença para o acesso *off-line* dos livros da biblioteca virtual, permitiu-se o acesso a qualquer momento em celulares e computadores ao baixar o livro no aplicativo para estudo posterior, mesmo sem acesso à internet. Dessa forma, a Universidade contribui para a formação de um profissional dinâmico, interativo e preparado para o manuseio de ferramentas e documentos digitais.

Quanto a acessibilidade metodológica, o projeto prevê a ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), sendo que a instituição conta com o apoio do Programa Atende e Help, bem como o nivelamento para acompanhamento pedagógico e psicológico aos alunos durante a sua formação, desde o seu ingresso na instituição.

Abaixo, segue de que forma o Projeto Pedagógico do Curso de Administração atende às diretrizes voltadas ao atendimento legal da inclusão de disciplinas e/ou temas de Educação das Relações Étnico-raciais, de Direitos Humanos, Língua Brasileira de Sinais-Libras, Plano Nacional de Educação Ambiental:

Educação das Relações Étnico-raciais

A UnirG atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N°3/2004.

Na educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, os projetos dos cursos apresentam esta temática também no grupo de pesquisa “Processos Educativos” nas linhas Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas, Educação, Diversidade Cultural e Manifestações Corporais.

Ainda, a UnirG trabalha a educação das relações étnico-raciais de forma institucional e transversal, ou seja, envolvendo a comunidade acadêmica nas

disciplinas e atividades com o objetivo de promover a consciência acerca dessas questões sociais, em projetos de iniciação científica e extensão.

A disciplina de Estudos socioantropológicos e Direito e Cidadania também dá suporte para discussão de tais temas.

Direitos Humanos

A temática é trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer dos cursos. Destaque para o projeto “Clínica interdisciplinar de Direitos Humanos UNIRG - CIDH UnirG”. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e pesquisa. No curso de Administração, a temática, dentre outras formas, será tratada de modo transversal por meio das disciplinas (Estudos Socioantropológicos e Direito e Cidadania) e a extensão curricularizada.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

É importante o incentivo que a IES oferece aos professores para desenvolverem-se além das competências técnicas específicas, ampliando sua conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais, utilizada pelos surdos, inseridos em sala de aula comum.

Na UnirG, os cursos trazem, em sua composição, a oferta da disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, que é ofertada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos demais cursos, de acordo como Capítulo II, Art. 3º do decreto supracitado.

As Libras devem ser inseridas como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas, e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No que tange aos demais cursos de educação superior, a legislação é clara: “§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação” do Decreto nº 5.626/2005. Desta forma não integra as disciplinas curriculares, bem como a carga horária não é computada para o atendimento da carga horária mínima do curso.

Na IES, os cursos que apresentam a disciplina de Libras como obrigatória são: Educação Física, Letras e Pedagogia. No curso de Administração, será disponibilizada em caráter optativo com carga horária de 30 horas.

Política Nacional de Educação Ambiental

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, tem-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na qual se entende por educação ambiental: Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em complemento, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem-se que[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

É perceptível então que, a instituição de ensino tem tarefa fundamental no processo visto que, é preciso usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir. Sendo assim, entende-se que a prática docente é de fundamental importância na formação dos cidadãos que atuarão no meio, seja social ou ambiental. Em relação ao ensino

superior, faz-se necessário que a educação ambiental se consolide de maneira coerente e não somente por meio de uma disciplina, embora a legislação autorize a criação de disciplinas nos cursos superiores, mas sim, por meio da integração do currículo como um todo (BERTON, 2016).

Assim, salienta-se que a UnirG considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “institui a Política Nacional de Educação Ambiental”.

Na Instituição desenvolvem-se projetos de extensão relacionados ao tema ambiental, tais como: FITOUNIRG – Efluentes de fossa séptica biodigestora: cultivos convencionais e plantas medicinais – Assentamento Vale Verde- Gurupitô e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza e Revitalização das Bacias Urbanizadas de Gurupi. Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Existe também a linha de pesquisa “Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade” em que o tema é também trabalhado de forma transversal.

A disciplina Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, Planos de Negócios e Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social e Ambiental” também dá suporte para discussão de tais temas.

5.5 DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

PRIMEIRO PERÍODO

Disciplina: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
1º		4	60	-	-	-	-	60	72
<p>Ementa: Administração: Definição e conceitos básicos. As principais Teorias da Administração, seus fundamentos e sua contribuição à sociedade. A escola Clássica da Administração, A Escola Científica da Administração. Escola das Relações Humanas. Abordagem Comportamental da Administração. Modelo Burocrático de organização, Abordagem Estruturalista da Administração. Abordagem Contingencial da Administração. Novas Abordagens Administrativas.</p> <p>Bibliografia Básica: Chiavenato, Idalberto. Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. v.1. 72 Maximiano, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar: Affonso, Lígia Maria Fonseca. Teoria geral da administração I. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Araújo, Luís César G. de. Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Bernardes, Cyro. Teoria geral da administração: gerenciando empresas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2014. Corrêa, Henrique Luiz. Teoria geral da administração: abordagem histórica da gestão de produção e operações. São Paulo: Atlas, 2003. Gil, Antônio Carlos. Teoria geral da administração: dos clássicos à pós-modernidade. São Paulo: Atlas, 2016</p>									
Disciplina: INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
1º		4	60	-	-	-	-	60	72
<p>Ementa: Estudo do panorama geral da contabilidade no mundo e no Brasil e visão geral das Demonstrações Contábeis. Procedimentos contábeis Básicos: Contas, Plano de Contas, Método das Partidas Dobradas, e conceituação de Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas. Livros Contábeis: Diário e Razão. Estudo dos conceitos e variações do Patrimônio Líquido – Capital Social e Reservas. Critério de avaliação dos estoques. Operações com mercadorias e sua contabilização. Elaboração Básica do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.</p> <p>Bibliografia Básica: PADOVEZE, Cloves Luís. Manual de Contabilidade Básica. Ed. Atlas, SP. 10ª. Edição MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. Ed. Atlas, SP. 12ª. Edição IUDICIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade. Ed. Atlas, SP</p> <p>Bibliografia Complementar: MOURA, Osni. Contabilidade Básica. Ed. Saraiva, SP. 30ª. Edição ARAÚJO, Adriana Maria Procópio. Introdução à Contabilidade. Ed. Atlas, SP. NAGATSUKA, Divane Alves da Silva-TELES, Egbert Lucena A. Manual de Contabilidade Introdutória – Ed. Thomson, SP.</p>									

Manual de Contabilidade Societária Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke, São Paulo: Atlas. 3ª. Edição EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Ed. Atlas. 11ª. Edição									
Disciplina: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
1º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Abordagens teóricas sobre a leitura e concepções de leitura correlatas. Níveis, estratégias e práticas de leitura. Fatores de textualização/textualidade, regras de coerência e referenciação. Condições de produção textual e particularidades de gênero do discurso.									
Bibliografia Básica: BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999. 207 p. ISBN 978-85-15-01889-5. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2009. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2002. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo :Contexto, 2002. 84 p. ISBN 85-85134-46-1. MARTINO. Português: Gramática, interpretação de texto , redação oficial e redação discursiva. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.									
Bibliografia Complementar: CIPRO NETO, Pasquale. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 2007. FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 15. ed. Petrópolis: vozes, 2002. 117 p. ISBN 85.326.0608-3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001. GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 136 p. (Coleção na sala de aula). ISBN 85-08-06220-6. GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia do ensino de língua portuguesa. Curitiba: Inter Saberes, 2012. 174 p. ISBN 978-85-65704-43-4.									
Disciplina: ESTUDOS SOCIOANTROPOLÓGICOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
1º		4	-	-	-	45	15	60	72
Ementa: Introdução às ciências sociais; conceituação de ideologia, poder, estado e classes sociais. Aspectos sócio-históricos da formação da cultura brasileira e suas políticas afirmativas para um pluralismo étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena. Direitos Humanos. Abordagens contemporâneas: relações de gênero, cibercultura, cultura de massa, trabalho, lazer e consumo.									
Bibliografia Básica: ANDRADE, Elia Barbosa de. Cultura afro-brasileira e indígena. Aracaju: Unit, 2015. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECADI.									
Bibliografia Complementar: COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p. DIAS, Reinaldo. Sociologia as Organizações. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Sílvia Luiz de. Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira, 2002. 337 p.									

SEGUNDO PERÍODO

Disciplina: MATEMÁTICA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
2º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Operações com expressões numéricas e algébricas. Função do 1º e 2º graus e sua aplicabilidade. Análise gráfica de funções. Tipos de funções, crescimento e decrescimento, limites, derivadas. Noções de porcentagem. Construção e interpretação de gráficos aplicados ao cotidiano</p> <p>Bibliografia Básica: GOLDSTEIN, Larry J; LAY, David C; SCHNEIDER, David I. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2006. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos da matemática elementar: Sequências, Matrizes, Determinantes, Sistemas. São Paulo: Atual, 1993. SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática: para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>Bibliografia Complementar: Veras, Lilia V. Matemática aplicada à economia. São Paulo: Atlas, 1999. Hoffman, Lawrence D. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2002. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática aplicada à economia: síntese da teoria. São Paulo: Atlas, 1999. 247 p. BS. Barbanti, Luciano; Malacrida Jr., Sérgio Augusto. Matemática superior: Um primeiro curso de cálculo. São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p. GITMAN, Lawrence J. Administração Financeira: Uma abordagem Gerencial. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.</p>									
Disciplina: ECONOMIA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
2º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: A economia como ciência: evolução, objeto, método e limites. Problemas econômicos cruciais: recursos, escassez, escolha, custo de oportunidade. Economia positiva e normativa. Agentes do sistema econômico: concepções clássica e neoclássica. Estrutura e funcionamento do sistema econômico capitalista: os agentes econômicos, a mercadoria, o dinheiro, o capital e o mercado.</p> <p>Bibliografia Básica: GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 452 p. BS. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 313 p.</p> <p>Bibliografia Complementar: TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Móchon. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 2004. 404 p. ADDA, Jacques. Os Problemas da Globalização da Economia. São Paulo: Ed. Manole, 2003. MANKIOW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Thomson, 2007. VASCONCELLOS, M. A; GARCIA, M. E. Fundamentos da Economia. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>									

Disciplina: EMPREENDEDORISMO							E	Obrigatória		
DESENVOLVIMENTO REGIONAL										
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula	
2º		4	45	-	-	-	15	60	72	
<p>Ementa: Compreensão do fenômeno Empreendedorismo. Características do perfil empreendedor para o cenário mundial, nacional e regional. Reconhecimento de oportunidades e mercados potenciais para desenvolver um empreendimento. Estudo da responsabilidade, riscos e consequências. Visão estratégica sobre o campo de atuação. Desafios e competências requeridas pelo cenário atual.</p> <p>Bibliografia Básica: DEGEN, Ronald. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2003. DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar: BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Pearson, 2004 MARCONDES, Reynaldo C; BERNARDES, Cyro. Criando empresas para o sucesso: empreendedorismo na prática. São Paulo: Saraiva, 2004. AZEVEDO, João Humberto. Como abrir seu próprio negócio. Brasília: SEBRAE/DF, 1996. FERRACCIÚ, João de Simoni Soderini. Marketing promocional: a evolução da promoção de vendas. 6a. ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007. ROSA, Cláudio Afrânio. Como elaborar um plano de negócio. Brasília: SEBRAE, 2007.</p>										
Disciplina: CONTABILIDADE DE NEGÓCIOS							Obrigatória			
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula	
2º		4	45	-	-	-	15	60	72	
<p>Ementa: Contabilidade no contexto do processo decisório. Demonstrações contábeis: Avaliação de desempenho e desenvolvimento. Planejamento financeiro. Informações contábeis para decisões de investimento e financiamento. Relatórios gerenciais como auxiliares do processo decisório. Fluxo de Caixa. Informações Econômicas e Financeiras através dos regimes de Competência e Caixa. Análise Econômico-Financeira dos Demonstrativos Contábeis.</p> <p>Bibliografia Básica: MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: uma abordagem prática e gerencial (livro-texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. DAMODARAN, A. Avaliação de empresas. 2. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro; rentabilidade e alavancagem financeira. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MÜLLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Roberto. Análise financeira: uma visão gerencial. São Paulo: Atlas, 2008. SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Avaliação de empresas: foco nos métodos. São Paulo: Atlas, 2006.</p>										

Disciplina: PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
2º		2	2	-	-	30	-	30	36

Ementa: Importância da construção e delimitação do tema para elaboração do projeto de iniciação científica, dentro das linhas de pesquisa da IES. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um problema, buscando inovação e alcançado resultados a partir de estudo de caso, experiência exitosa da extensão e de estágios, protocolo de ação, caso clínico raro ou excepcional. Apresentar projetos de pesquisa que envolva a interdisciplinaridade, inovação tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento regional na Universidade.

Bibliografia Básica:

BEUREN, Ilse Maria (Org) et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.
 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 225 p.
 CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 14. ed. Campinas: Papirus, 2003. 175 p.

Bibliografia Complementar:

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 180 p.
 MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas, 2002.
 FILHO, Geraldo Inácio. A monografia nos cursos de graduação. 3.ed. Uberlândia-MG:EDUFU,2003.

Disciplina: ATIVIDADE INTEGRADORA I							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
2º		-	-	-	-	-	15	-	-

Ementa: Ações do curso junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Os projetos serão realizados em parceria com o curso de Administração por meio do programa "Escola de Negócios e Cidadania".

Bibliografia Básica:

Manual de extensão curricular dos cursos.
 Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.

Bibliografia Complementar:

Manual de extensão curricular dos cursos.
 Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina: ÉTICA E FILOSOFIA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula

3º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Noções introdutórias da Filosofia, suas reflexões sobre a construção do conhecimento e conceituações: verdade, lógica, argumentação, liberdade, responsabilidade e valores; Aspectos da filosofia clássica e contemporânea: o bem, o amor, a amizade, a morte e as emoções; Fundamentos éticos, morais, relações de trabalho, consciência social-ambiental e deontologia.									
Bibliografia Básica: ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. SROUR, Robert Henry. Ética empresarial: a gestão da reputação. 2. ed. Rio de Janeiro: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: uma introdução à filosofia. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2003. 439 p. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. 424 p.									
Bibliografia Complementar: ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 223 p. (Leituras filosóficas). GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 555 p. Impresso. BLANCHARD, K. O poder da Administração Ética. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. COMPARATO, Fábio. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. STUKART, Herbert Lowe. Ética e corrupção. São Paulo: Nobel, 2003									
Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
3º		4	60	-	-	-	-	60	72
Ementa: Introdução ao conhecimento do valor do dinheiro no tempo; Conceitos fundamentais em capitalização simples e composta; Cálculo de juros e descontos; Correção monetária e inflação; Anuidades; Sistemas de amortização: francês (PRICE), constante.									
Bibliografia Básica: SILVA, Elio Medeiros da. e Ermes Medeiros da. MATEMÁTICA: Para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis - Volume 1: Sebastiao Medeiros da Silva, SP, Atlas, 2011. NETO, Alexandre Assaf. Matemática financeira e suas aplicações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006. VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira: Uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. São Paulo: Atlas, 2005. 268 p.									
Bibliografia Complementar: OLIVEIRA, Gustavo F. Matemática Financeira Descomplicada para Cursos de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013. - VEIGA, Rafael P. Como usar a HP 12. MEDEIROS da; GONÇALVES, Valter; MUROLO, Afrânio Carlos. Estatística: Para os cursos de Economia - 2, Administração e Ciências Contábeis. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. - FERREIRA, Roberto Gomes. Matemática Financeira Aplicada. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. - TOSI, AMANDO José. Matemática Financeira com utilização da HP 12 C. São Paulo: Atlas, 2009. - CRESPO, Antônio A. Matemática Comercial e Financeira. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.									
Disciplina: MICROECONOMIA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
3º		4	45	-	-	-	15	60	72
Ementa: Introdução aos conceitos e fundamentos microeconômicos: conceitos de demanda, oferta, elasticidade e ponto de equilíbrio. Teoria do consumidor: preferências, comportamento, demanda. Teoria da firma: comportamento, teoria dos custos e da produção, o papel da tecnologia. Produção e preços									

no mercado: concorrência pura, monopólio puro, concorrência monopolística, oligopólio. Teoria dos jogos. Equilíbrio geral e teoria do bem-estar.									
Bibliografia Básica:									
MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary. Microeconomia: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.									
STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. Introdução à microeconomia. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2003.									
VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2006.									
Bibliografia Complementar:									
HALL, Robert; LIEBERMAN, Marc. Microeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.									
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2000.									
MANKIWI, N. G. Introdução à economia. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 837p. PINHO, D. B;									
DE VASCONCELLOS, M. A. S. (org' s). Manual de economia. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.									
VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.									
Disciplina: INSTITUIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
3º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Introdução ao Estudo do Direito; Noções de Direito Público: Direito Constitucional, Administrativo, Internacional, Penal, Processual e Tributário; Repartição das Receitas Tributárias (impostos federais, estaduais e municipais), e; Noções de Direito Privado: Direito Civil, Comercial, Trabalhista, e do Consumidor									
Bibliografia Básica:									
DINIZ, Maria Helena Diniz. Compêndio de introdução à ciência do direito. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 580 p.									
BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003. 305 p.									
PINHO, Rui Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito; noções de ética profissional. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 426 p.									
Bibliografia Complementar:									
BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor. São Paulo: Saraiva, 2005									
HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. São Paulo: Atlas, 2009.									
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Édis. Manual de direito público e privado. 19. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 380 p.									
SANTOS, Josaphá Francisco dos. Manual de direito individual e coletivo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2004. 255 p.									
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 12ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.									
Disciplina: RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
3º		4	-	-	-	45	15	60	72
Ementa: Estudo do ambiente socioambiental local, regional, nacional e internacional. Sustentabilidade planetária. ESG. Desafios socioambientais. Legislação ambiental do Brasil e da região de abrangência. Legislação de educação ambiental na política educacional. Políticas públicas e meio ambiente. A educação ambiental na escola e na sociedade. Desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento local. Integração entre as experiências acadêmicas e o enfoque ambiental.									

Bibliografia Básica:									
ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.									
BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.									
DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.									
Bibliografia Complementar:									
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Tekeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2002.									
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.									
ALMEIDA, Fernando. O Bom negócio da sustentabilidade. Autor: Ed. Nova Fronteira. 2002.									
ALMEIDA, Fernando. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século XXI. In: TRIGUEIRO, Andre (Org.). Meio ambiente no século XXI. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.									
ANDRADE, Adriana e ROSSETTI, José Paschoal. Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo, Atlas, 2007									
Disciplina: ATIVIDADES INTEGRADORAS II							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
3º		-	-	-	-	-	15	-	-
Ementa: Ações do curso junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Os projetos serão realizados em parceria com o curso de Administração por meio do programa "Escola de Negócios e Cidadania".									
Bibliografia Básica:									
Manual de extensão curricular dos cursos.									
Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.									
Bibliografia Complementar:									
Manual de extensão curricular dos cursos.									
Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.									

QUARTO PERÍODO

Disciplina: LEGISLAÇÃO SOCIAL E CÁLCULO TRABALHISTA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		4	30	30	-	-	-	60	72
Ementa: Empregador; Empregado; Normas Gerais de Tutela do Trabalho; Normas Especiais de Tutela do Trabalho; Contrato Individual de Trabalho; Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho; Justiça do Trabalho; Previdência e Assistência Social; Legislação Complementar.									
Bibliografia Básica:									
GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Atlas, 2010.									
MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário: noções de Direito Previdenciário. São Paulo: LTR, 2012.									
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.									
Bibliografia Complementar:									
CARRION Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Saraiva, 2012.									

<p>IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societárias - Sociedades - Simples e Empresárias - v. 2: SP, Atlas 2013 OLIVEIRA, A. Prática trabalhista e previdenciária: enfoque constitucional. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Número de Chamada: 342.6 O48p 11.ed. OLIVEIRA, A. Cálculos Trabalhistas. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Número de Chamada: 342.654 O48c 24.ed.</p>									
Disciplina: GESTÃO DE CUSTOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Contextualização; Terminologia contábil e classificações de custos; os elementos de custos; Método de custeio; Sistemas de acumulação de custos e Produção conjunta.</p> <p>Bibliografia Básica: ROBLES JUNIOR, Antônio. Contabilidade de custos: temas atuais. Curitiba: Juruá, 2009. 283 p. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 370 p. FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade de custos: teoria e questões comentadas. 4. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007. 192 p. BRUNI, Adriano Leal e FAMA, Rubens Gestão de Custos e Formação de Preços: Com Aplicações na Calculadora HP 12C e Excel. SP. Atlas. 2013.</p>									
<p>Bibliografia Complementar: SANTOS, José Luiz dos et al. Fundamentos de contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2006. 277 p. (Resumos de contabilidade, v. 22). VICECONTI, Paulo Eduardo V; NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo. 7. ed. São Paulo: Frase, 2003. 272 p. BS. OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Contabilidade de custos para não contadores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 314 p. CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade de custos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 322 p.</p>									
Disciplina: COMPORTAMENTO HUMANO E LIDERANÇA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Comportamento organizacional. Indivíduos e Organizações. A diversidade no contexto organizacional. Personalidade. Atitude e valores. Percepção. Motivação humana. Liderança. Grupos e desenvolvimento de equipes eficazes. Processo de comunicação interpessoal no contexto organizacional. Conflitos nas organizações.</p> <p>Bibliografia Básica: ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2002. SOTO, Eduardo. Comportamento organizacional: o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira, 2005. WAGNER III, John A; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>									
<p>Bibliografia Complementar: TAJRA, Sanmya, F. e Nádia dos Santos. <i>Planejamento e Liderança - Conceitos, estratégias e comportamento humano - 2014.</i> Editora Saraiva, 2014. MC SHANE, Steven, L. e Mary Ann Von Glinow. <i>Comportamento Organizacional.</i> 6ª ed. Grupo A, 2014. BENNETT, Ronald, e ELAINE, Millam. <i>Liderança para Engenheiros.</i> Grupo A, 2014. REICH, Robert B. <i>O futuro do sucesso: o equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida.</i> São Paulo: Manole, 2002.</p>									

SCHERMERHORN JR., John R; HUNT, James G; OSBORN, Richard N. Fundamentos de comportamento organizacional. Porto Alegre: Bookman, 1999.									
Disciplina: GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		4	30	-	-	30	-	60	72
Ementa: Ambiente das organizações. Áreas funcionais das organizações; Significado das funções administrativas para o gestor: planejamento, organização, direção e controle; Conceituação, generalidades e especificidades das organizações; As organizações como sistemas interpretativos e de linguagens; Aprendizagem e conhecimento das organizações.									
Bibliografia Básica: MAXIMIANO, A. C. Amaru. Teoria geral da administração. São Paulo: Atlas, 2004. MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira, 2009. MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2007. SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.									
Bibliografia Complementar: BERG Gerben van den; ASSEN, Marcel van; PIETERSMA, Paul. Modelos de gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer. São Paulo: Pearson, 2009. CALDAS, Miguel P. e BERTERO, Carlos Osmar (coordenadores). Teoria das organizações. São Paulo: Atlas, 2007. BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. Editora Brasiliense, 1983 (coleção primeiros passos). BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvania C (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001.									
Disciplina: MACROECONOMIA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		4	30	-	-	30	-	60	72
Ementa: Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Cálculo do produto. Agregados econômicos. Produto a preços de mercado e custo de fatores. Produto bruto e líquido. Produto de pleno emprego. Taxa natural de desemprego. A demanda agregada. Produto de equilíbrio. Multiplicador keynesiano.									
Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier (2010). Macroeconomia, 5a. edição. Pearson Prentice Hall DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley (2006). Macroeconomia. 5.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil. MANKIWI, Gregory. (2008) Macroeconomia. 6ª. edição, Ed. LTC									
Bibliografia Complementar: ABEL, Andrew; BERNANKE, Ben; CROUSHORE, Dean (2008). Macroeconomia. 6ª. edição. Pearson Prentice Hall HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. (2003). Macroeconomia: Princípios e Aplicações. São Paulo: Thomson Learning SACHS, Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. (2000). Macroeconomia. Ed. revisada, Makron Books STIGLITZ J. E., WALSH, C.E. Introdução a macroeconomia. Rio de Janeiro, CAMPUS 2003, 3. ed. KEYNES, J. M., Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, São Paulo: Atlas, 1982.									
Disciplina: ATIVIDADES INTEGRADORAS III							Obrigatória		

Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
4º		-	-	-	-	-	15	-	-
<p>Ementa: Ações do curso junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Os projetos serão realizados em parceria com o curso de Administração por meio do programa "Escola de Negócios e Cidadania".</p> <p>Bibliografia Básica: Manual de extensão curricular dos cursos. Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.</p> <p>Bibliografia Complementar: Manual de extensão curricular dos cursos. Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.</p>									

QUINTO PERÍODO

Disciplina: ESTATÍSTICA								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Variáveis e amostras; Séries estatísticas; Gráficos estatísticos; Distribuição de frequência; Medidas de posição e de dispersão; Probabilidades; Distribuição de probabilidade; Regressão e correlação.</p> <p>Bibliografia Básica: CRESPO, Antonio Arnot. Estatística Fácil - 19ª Ed.19 ed. Saraiva, 2009. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. STEVENSON, J. William. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar: FONSECA, Jairo Simon da; TOLEDO, Geraldo; MARTINS, G. Gilberto. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 2000. MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MEYER, Paul. Probabilidade. Aplicações à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2003. HOFFMAN, Rodolfo. Estatística para Economistas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. - 2009. BARBETA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 9ª Edição, 2015.</p>									
Disciplina: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		4	30	-	-	-	30	60	72
<p>Ementa: Gestão financeira. Orçamento empresarial: conceitos, tipos, fases, passos, cronograma, premissas. A elaboração do orçamento: vendas, produção, investimentos, gastos, capitação e aplicação de recursos. A consolidação orçamentária e orçamento econômico-financeiro: orçamentos de resultados, orçamentos de caixas e orçamentos patrimonial. Análise e interpretação orçamentária</p> <p>Bibliografia Básica: GITMAN, Lawrence. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harbra, 2002.</p>									

GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. Administração financeira. São Paulo: Saraiva, 2005. ROSS, Stephen A; WESRTIELD, Randolph W; JORDAN, Bradfoprnd D. Princípios de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2000.									
Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2002. LIMA, Iran Siqueira; GALARDI, Ney; NEUBAUER, Ingrid. Mercados de investimentos financeiros. São Paulo: Atlas, 2006. MOREIRA, José Carlos. Orçamento empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. FERNANDES, Rogério M. Orçamento empresarial: uma abordagem conceitual e metodológica com prática através de simulador. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2005. PASSARELLI, João; BONFIM, Eunir de Amorim. Orçamento empresarial: como elaborar e analisar. Ed. Thomson: São Paulo, 2004.									
Disciplina: GESTÃO EMPREENDEDORA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		4	30	-	-	-	30	60	72
Ementa: Visão de oportunidades e características dos empreendedores. Perfil do empreendedor e principais motivações, barreiras e fontes de novos negócios. Recursos necessários para estruturação de novos empreendimentos. Práticas do modelo de gestão empreendedora: liderança com cultura de execução. Intraempreendedorismo. Gestão por competências. Gestão do conhecimento. Cultura da inovação. Planejamento estratégico. Política de remuneração variável. Tecnologia da Informação.									
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Manole, 2012. DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor. Prática e Princípios. Editora Pioneira administração e Negócios. FARREL, Larry C. Entrepreneurship - Fundamentos de Organizações empreendedoras. Editora, Atlas.									
Bibliografia Complementar: RESNIK, P. A bíblia da pequena empresa. Editora Makron Books, São Paulo, 1991 DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2008. FERRARI, R. Empreendedorismo para computação: criando negócios de tecnologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. GUERRINI, F. M.; ESCRIVÃO FILHO, E.; ROSIM, D. Administração para Engenheiros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. PORTER, M. Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 1989.									
Disciplina: MARKETING							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		4	30	-	-	15	15	60	72
Ementa: O mundo do marketing. O processo de administração de marketing. O papel crítico do marketing para a boa performance organizacional, os conceitos centrais da área. A adoção da administração de marketing pelas empresas modernas. O processo de construção da satisfação do cliente através da entrega de valor. Influência das variáveis endógenas e exógenas.									
Bibliografia Básica: CHURCHILL Jr.; G. A.; PETER, J. P. Marketing: Criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2008. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007 ERIN et al. Marketing. 8ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2008.									
Bibliografia Complementar:									

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.
 KOTLER, Philip. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
 KELLER, Kevin L.; MACHADO, Marcos. Gestão Estratégica de Marcas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
 HOFFMANN, K.; BATESON, J.; CAMPOMAR, M.; IKEDA, A. Princípios de Marketing de Serviços. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
 SHIMP, Terence A.; CRESCITELLI, Edson. Comunicação de Marketing: integrando propaganda, promoção e outras formas de divulgação. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Disciplina: MERCADO FINANCEIRO							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		4	-	-	-	60	-	60	72

Ementa: Mercados financeiros: monetário, de crédito, cambial e de capitais. Gerenciamento de riscos no mercado financeiro e de capitais. Riscos de mercado. Risco de crédito. Risco de liquidez. Risco operacional. Produtos financeiros. Fundamentos de avaliação. Risco e retorno. Derivativos. Acordos de Basileia. Divulgação financeira no mercado financeiro e de capitais.

Bibliografia Básica:

GITMAN, Lawrence J. **Administração Financeira: Uma abordagem Gerencial**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
 FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 812 p.
 ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo. Atlas, 8.ed, 2008.

Bibliografia Complementar:

ROSS, Stephen A. et. al. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 FIPECAFI. **Mercado financeiro: Aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Pioneira, 2000. 338 p.
 MOURAD, Nabil A.; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS – Normas Internacional de Contabilidade para Bancos**. São Paulo: Atlas, 2010.
 SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras**. Tradução da 2ª edição Americana. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		2	-	-	-	30	-	30	36

Ementa: Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Documentação de textos, elaboração de seminários, artigos científicos, resumo, fichamento, resenha. Comunicação científica: oral e escrita. Normas técnicas. Fontes de pesquisas, projetos e relatórios de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca digital)
 GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca digital)
 SANTOS, J.A.; PARRA-FILHO, D. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Biblioteca digital)

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, C.B. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.
 CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
 MARCONI, M.D.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEGRA, S.C.A.; NEGRA, S.E.M. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003.									
RUIZ, J. Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.									
Disciplina: ATIVIDADE INTEGRADORA IV								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
5º		-	-	-	-	-	15	-	-
Ementa: Ações do curso junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Os projetos serão realizados em parceria com o curso de Administração por meio do programa "Escola de Negócios e Cidadania".									
Bibliografia Básica:									
Manual de extensão curricular dos cursos. Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.									
Bibliografia Complementar:									
Manual de extensão curricular dos cursos. Descritivo do Programas e Projetos de Extensão Aprovados pela pró-reitoria de extensão.									

SEXTO PERÍODO

Disciplina: GESTÃO DA PRODUÇÃO								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		4	30	-	-	15	15	60	72
Ementa: Histórico, conceitos e a visão sistêmica dos processos produtivos. Sistemas de produção. Papel estratégico dos processos produtivos e objetivos. Planejamento e controle da produção. Planejamento e gestão da capacidade produtiva. Arranjo físico como atividade da gestão. Rede de operações produtivas. Balanceamento da produção. Tecnologia de processos. Just-in-time. Organização do trabalho.									
Bibliografia Básica:									
CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações-manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004. MARTINS, P. G. , LAUGENI, F. P. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. São Paulo: Pioneira, 1993.									
Bibliografia Complementar:									
CORRÊA, H. CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2012. TUBINO, D. Planejamento e controle da produção. 2.ed. 4. São Paulo: Atlas, 2010 -KRAJEWSKI, L.; RITZMAN, L.; MALHOTRA, M. Administração de produção e operações. 8 ed. São Paulo: Pearson, 2009 CORRÊA, Henrique Luiz; CAON, Mauro; GIANESI, Irineu. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.									
Disciplina: GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula

6º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Evolução histórica da administração de RH e tendências em gestão de pessoas; O papel do profissional de RH; Estratégia de atração, captação, seleção e movimentação de pessoas; Gestão Integrada de treinamento e desenvolvimento; Gestão do conhecimento, Tecnologia da informação e Educação corporativa; Gestão de carreira, reconhecimento e remuneração.									
Bibliografia Básica: CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do estratégico ao operacional. São Paulo: Futura, 2000.									
Bibliografia Complementar: HOWARD, Robert; HAAS, Robert D (Org.). Aprendizado organizacional: gestão de pessoas para a inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2000. LACOMBE, Francisco. Recursos humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005. ANTONELLO, C. S. et. al. Aprendizagem Organizacional no Brasil. Porto Alegre: Bookman, 2011. BARBIERI, U. F. Gestão de pessoas nas organizações: o talento humano na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2014. BITENCOURT, C. et. al. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.									
Disciplina: ESTRATÉGIA DE MARKETING							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		4	30	-	-	-	30	60	72
Ementa: Marketing holístico; Plano de marketing; Técnicas avançadas de pesquisa de marketing e do consumidor; Objetivos de marketing organizacional; Estratégias de marketing alinhadas com planejamento estratégico para o composto de marketing; <i>Branding</i> (gestão de marca); Imagem empresarial; Marketing de relacionamento; Controles e métricas de avaliação de marketing (auditoria).									
Bibliografia Básica: KOTLER, P; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. São Paulo, Pearson, 2012. KOTLER, P. Administração de Marketing. São Paulo: Atlas, 2008. CHURCHILL Jr.; G. A.; PETER, J. P. Marketing: Criando Valor Para os Clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.									
Bibliografia Complementar: MATTAR, Fauze N. Pesquisa de Marketing. 7ª ed. São Paulo. Grupo GEN, 2013. BAKER, M. J. Administração de Marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 RÉVILLION, Anya S., P. et al. Marketing digital. Porto Alegre. Grupo A, 2020. GRONROOS, C. Marketing, Gerenciamento e Serviços. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 READE, Dennis, V. et al. Marketing B2B. São Paulo. Saraiva, 2015.									
Disciplina: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Gestão Estratégica e Estratégia Organizacional: conceitos, tipologias e escolas de estratégia. Estratégias corporativas, estratégias de negócios, estratégias funcionais. A vantagem competitiva explicada por fatores internos e externos. Críticas às abordagens estratégicas. Alternativas estratégicas. Estratégias e desempenho organizacional.									

Bibliografia Básica:									
BETHLEM, Agrícola. Estratégia empresarial: conceitos, processos e administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1999.									
CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.									
WRIGHT, Peter; Kroll, Mark J; Parnell, John. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.									
Bibliografia Complementar:									
GAJ, Luís. Tornando a administração estratégica possível. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.									
KUAZAQUI, Edmir. Planejamento estratégico. São Paulo, SP: Cengage, 2016.									
LUCENA, Maria Diva da Saete. Planejamento estratégico e gestão do desempenho para resultados. São Paulo: Atlas, 2004.									
PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010. v.2.									
PORTER, Michael. Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1992.									
Disciplina: LOGÍSTICA EMPRESARIAL							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		4	30	-	-	15	15	60	72
Ementa: Conceito; Relacionamento da logística com marketing e com a produção; Evolução da logística empresarial; Tecnologia da informação aplicada à logística; Projeto e análise de sistemas logísticos; Gestão da cadeia de suprimento (Supply Chain Management) e Gestão de estoques; logística empresarial; Sistemas de transporte e modais; Distribuição Física; Logística reversa e custos logísticos.									
Bibliografia Básica:									
BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.									
CHISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento de suprimentos. São Paulo: Thompson, 2007.									
PIRES, Sílvia R. I. Gestão da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2007									
Bibliografia Complementar:									
SIMCHI-LEVI. David; KAMINSKY, Philip; SIMCHI-LEVY Edith. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão. São Paulo: Bookman, 2003.									
TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos. São Paulo: Pearson, 2005.									
LARRANAGA, Felix Alfredo. A gestão logística global. São Paulo: aduaneiras, 2009.									
LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa. São Paulo: Prentice hall Brasil, 2009									
Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		2	-	30	-	-	-	30	36
Ementa: Elaboração de Relatório de estágio sobre a aplicação das análises gerenciais na prática, baseado nos estudos organizacionais (tarefa, estrutura, pessoas, ambiente e tecnologia). Reconhecer o processo de instalação e estruturação de empresas.									
Bibliografia Básica:									
Manual de Estágio Curso de Administração									
ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.									
ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2002.									
CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. v.1									

Bibliografia Complementar: MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2009. MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2013.									
Disciplina: PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
6º		2	-	-	-	30	-	30	36
Ementa: Metodologia Científica; Tipologia de Pesquisa; Normas da ABNT; Etapas de Elaboração do Projeto de Pesquisa; Estrutura do Trabalho Científico.									
Bibliografia Básica: ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca digital) GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca digital) SANTOS, J.A.; PARRA-FILHO, D. Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Biblioteca digital)									
Bibliografia Complementar: AZEVEDO, C.B. Metodologia científica ao alcance de todos. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013. CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. MARCONI, M.D.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRA, S.C.A.; NEGRA, S.E.M. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003. 5- RUIZ, J. Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.									

SÉTIMO PERÍODO

Disciplina: GESTÃO EM AGRONEGÓCIOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
7º		4	45	-	-	-	15	60	72
Ementa: Conceitos básicos sobre o Agronegócio. Enfoque sistêmico e o pensamento holístico. Atividades de produção, distribuição e comercialização de produtos e matérias primas agroalimentares. A construção do conceito de agribusiness e agronegócio. Transformações estruturais na agricultura e no agronegócio. Estrutura de demanda de produtos agroalimentares									
Bibliografia Básica: ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005 BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão do Agronegócio. São Carlos: EdUFSCar, 2005 BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão Agroindustrial - Vol. I e II. São Paulo: Atlas, 1999)									
Bibliografia Complementar: CALLADO, A. A. C. (Org.) Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005. ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. FAVA (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. FLORES, A.; W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. Gestão rural. Rio de Janeiro: Planejar, 2006.									

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
 SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002

Disciplina: PLANO DE NEGÓCIOS							Obrigatória			
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula	
7º		4	45	-	-	-	15	60	72	
Ementa: Tipos básicos de empresas. Modelos de negócio. Estrutura de um Plano de Negócios. Conceito de empresa "start-up". Estruturação e organização de uma unidade de negócios. Alianças e parcerias.										
Bibliografia Básica: BERNARDI, L. A. Manual de Plano de Negócios. São Paulo: Atlas, 2006. Manual de Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012. DOLABELA, F. O segredo de Luiza: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios; como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.										
Bibliografia Complementar: FINCH, B. Como redigir um plano de negócios. São Paulo: Clio, 2006. STUTELY, Richard. O Guia Definitivo do Plano de Negócios: Planejamento Inteligente para Executivos e Empreendedores. Porto Alegre: Bookman, 2ª edição, 2012. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: Dando Asas ao Espírito Empreendedor. São Paulo: Saraiva, 30ª edição, 2008. SEBRAE. Como Elaborar um Plano de Negócios, disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/797332C6209B4B1283257368006FF4BA/\$File/NT000361B2.pdf .										
Disciplina: TECNOLOGIA E NEGÓCIOS							Obrigatória			
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula	
7º		4	30	-	-	30	-	60	72	
Ementa: Novas tecnologias e processos organizacionais (Business intelligence, IoT, Big data, Cloud computing, Metaverso, MVP e POC, Digital Twin) Análises e oportunidades no Desenvolvimento Tecnológico: gestão de startups. e-Business (e-Commerce m-Commerce): estrutura, gestão e tributação.										
Bibliografia Básica: ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio eletrônico. 6ed. São Paulo: Atlas, 2010. REZENDE, Denis, A.; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais, 9ª edição, São Paulo. Grupo GEN, 2014. MOLINARO, Carneiro R. Gestão de Tecnologia da Informação - Governança de TI: Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. São Paulo. Grupo GEN, 2010.										
Bibliografia Complementar: TEIXEIRA, Tarcísio. Comércio eletrônico e legislação aplicável. São Paulo. Editora Saraiva, 2020. GRAEML, Alexandre Reis. Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa. São Paulo: Atlas, 2000 WALTON, Richard E. Tecnologia de informação: o uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. HABERKORN, Ernesto. Gestão Empresarial com ERP. São Paulo: Microsiga Software AS, 2003. JR., HENRY C. L. Tecnologia da Informação. São Paulo. Grupo GEN, 2006										
Disciplina: GESTÃO DE SERVIÇOS							Obrigatória			

Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
7º		4	-	-	-	60	-	60	72
Ementa: Fundamentos para administração de serviços. Conceitos de serviços. Tipos de Serviços. Criação de valor por meio dos serviços. Estruturação da empresa de serviços. Gestão das operações de serviços. Qualidade em serviços.									
Bibliografia Básica: CORRÊA, H. e CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operação e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2010. GRONROOS, Christian. Marketing: gerenciamento e serviços. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação. Porto Alegre: Bookman, 2010.									
Bibliografia Complementar: CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2006. JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. Administração de operações de serviço. São Paulo: Atlas, 2002. 562 p. LOVELOCK, Christopher H; WRIGHT, Lauren. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2003. ZEITHAML, Valerie, A.; BITNER, Mary Jo.; GREMLER, Dwayne. D. Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. GIANESI, Irineu G.N.; CORRÊA, Henrique Luiz. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas 1994.									
Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
7º		2	-	-	-	30	-	30	36
Ementa: Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado no Projeto de Iniciação Científica. Organização de fichamentos/resumos/relatórios e/ou análise dos dados coletados para elaboração do produto científico. Compreensão dos procedimentos científicos a partir da execução da metodologia proposta no projeto. Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa. Submissão deste produto final para publicação e divulgação científica.									
Bibliografia Básica: ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca digital) GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca digital) SANTOS, J.A.; PARRA-FILHO, D. Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Biblioteca digital)									
Bibliografia Complementar: AZEVEDO, C.B. Metodologia científica ao alcance de todos. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013. CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. MARCONI, M.D.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRA, S.C.A.; NEGRA, S.E.M. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003. RUIZ, J. Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.									
Disciplina: PRÁTICA EMPRESARIAL I							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H	C.H

								Relógio	Aula
7º		4	-	60	-	-	-	60	72
Ementa: Simulação empresarial: origem, aplicações, tipos e vantagens. Realização de simulações empresariais. Tomada de decisões nas empresas simuladas.									
Bibliografia Básica: GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresa. São Paulo: Pearson, 2004. FIANI, R. Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GOMES, L. F. A. M; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. Tomada de decisão gerencial. São Paulo: Atlas, 2006. BARÇANTE, Luiz César; PINTO, Fernando Castro (Colab.). Jogos de negócios: revolucionando o aprendizado nas empresas. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.									
Bibliografia Complementar: GOLDSMITH, M.; HESSELBEIN, F.; SOMERVILLE, I. Liderança para o século XXI. São Paulo: Futura, 2000. TARAPANOFF, K. T. Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação. Brasília: Thesaurus, 2002. CORREA, H. L.; CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação. São Paulo: Atlas, 2002. NEVES, J. G. Clima organizacional, cultura organizacional e gestão de recursos humanos. Lisboa: RH Editora, 2000. GAYOTTO, M. L.; DOMINGUES, I. Liderança: aprenda a mudar em grupo. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.									

OITAVO PERÍODO

Disciplina: GESTÃO DE PROJETOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	-	-	30	-	60	72
Ementa: Conceitos e fundamentos de projeto; O projeto no processo de planejamento das organizações; Ciclo da vida de um projeto; Execução e apresentação de anteprojeto; Análise de mercado, critérios quantitativos e qualitativos de projeção; Fontes de financiamento dos projetos; Planejamento de um projeto; Execução, monitoramento e controle de um projeto; Elaboração de custo de um projeto; Viabilidade econômico-financeira do projeto; Avaliação e apresentação.									
Bibliografia Básica: HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI. Rio de Janeiro: Campus, 2003. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. A administração de projetos: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2002. MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2003.									
Bibliografia Complementar: AZEVEDO, Tasso Rezende de. Buscando recursos para seus projetos: um conjunto de ideias e dicas para ajudar você a realizar os seus planos. São Paulo: Texto Novo, 1998. CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2002. BARBOSA, Christina et al. Gerenciamento de custos em projetos. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014 CHAVES, Lúcio Edi. Gerenciamento da comunicação em projetos. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. PHILLIPS, Joseph. Gerência de projetos de tecnologia da informação: no caminho certo, do início ao fim. Rio de Janeiro: Campus, 2003.									
Disciplina: ANÁLISE COMPETITIVA DE CENÁRIOS							Obrigatória		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H	C.H

								Relógio	Aula
8º		4	-	-	-	60	-	60	72
<p>Ementa: Análise do cenário econômico e das tendências do mercado. Efeitos sobre negócios e estratégias. Complexidade do mundo contemporâneo. Principais forças de mudança e impactos nas organizações. Mudanças no foco das estratégias. Cenários, análise do ambiente interno e externo das organizações. Fatores críticos de sucesso. Modelo das cinco forças competitivas.</p> <p>Bibliografia Básica: BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. Brasília: IPEA, 2003. CERTO, Samuel; PETER, J. Paul. Administração estratégica. São Paulo: Makron Books, 1993. CAVALCANTI, Marly. Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar: CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. GOMES, Luiz F. A. M. GOMES, Carlos. F. S.; ALMEIDA, Adiel T. De. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DRUCKER, Peter F. Administração em tempos turbulentos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992. MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. 5 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. HOSKISSON, Robert E. et al. Estratégia competitiva. São Paulo: Cengage Learning, 2009</p>									
Disciplina: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM GESTÃO EMPRESARIAL								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Tendências da Gestão visando realidades contemporâneas das organizações. Temas Emergentes: gestão social e ambiental, gestão do conhecimento e inovação, cooperação redes de empresas, gestão por competências, governança corporativa. Novas tecnologias.</p> <p>Bibliografia Básica: AMBONI, Nério; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2009. 246 p. ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas S.A, 2007. 291 p. CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2010. 610 p. (6 ex)</p> <p>Bibliografia Complementar: BATEMAN, T S; SNELL, S A. A. Administração: o novo cenário competitivo. Atlas, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. Atlas, 2006. PECCI, A; SOBRAL, F. Administração - teoria e prática. Prentice Hall Brasil, 2008. SOUZA e FERREIRA. Introdução à administração uma iniciação ao mundo das organizações. Pontal, 2006.</p>									
Disciplina: PRÁTICA EMPRESARIAL II								Obrigatória	
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	-	60	-	-	-	60	72
<p>Ementa: Utilização de Softwares para simulação do ambiente competitivo organizacional. Simulação de situações diversas em ambientes organizacionais através das dinâmicas grupais.</p>									

<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresa. São Paulo: Pearson, 2004. FIANI, R. Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GOMES, L. F. A. M; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. Tomada de decisão gerencial. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>BARÇANTE, Luiz César; PINTO, Fernando Castro (Colab.). Jogos de negócios: revolucionando o aprendizado nas empresas. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GOLDSMITH, M.; HESSELBEIN, F.; SOMERVILLE, I. Liderança para o século XXI. São Paulo: Futura, 2000.</p> <p>TARAPANOFF, K. T. Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação. Brasília: Thesaurus, 2002.</p> <p>CORREA, H. L.; CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>NEVES, J. G. Clima organizacional, cultura organizacional e gestão de recursos humanos. Lisboa: RH Editora, 2000.</p> <p>GAYOTTO, M. L.; DOMINGUES, I. Liderança: aprenda a mudar em grupo. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.</p>

OPTATIVAS

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS							Optativa		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	-	-	30	-	60	72
<p>Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Aspectos da identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia e sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existente ente esta e a língua portuguesa.</p>									
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>QUADROS, Ronice de; KARNOPP, Lodenir B. Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.</p> <p>COUTINHO, Denise. LIBRAS – Língua Brasileira de sinais e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa: Ideia. Vol. I, 1996.</p>									
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática da língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001. VII e II.</p> <p>COUTINHO, Denise. Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpodador, Vol. II, 2000.</p> <p>FERNANDES, Eulália. Linguagem e Surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>FILIFE, Tanya A. Libras em Contexto: curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos, Brasília, MEC; SEESP, 2001.</p>									
Disciplina: DIREITO E CIDADANIA							Optativa		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	-	-	30	-	60	72

Ementa: Noções de direito público e privado; Conceito de direito subjetivo e objetivo; A lei e o direito; Estudos dos fundamentos históricos da construção dos direitos humanos. Análise da cidadania enquanto fenômeno jurídico e social; A cidadania na sociedade contemporânea; O discurso liberal da cidadania; Neoliberalismo e cidadania; Pluralismo, tolerância e cidadania.									
Bibliografia Básica: LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. 8. ed. São Paulo: RT, 2014. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.									
Bibliografia Complementar: BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Malheiros, 1998. DINIZ, M. H. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 1998. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. Revista dos tribunais, 2005.									
Disciplina: LÍNGUA INGLESA							Optativa		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	-	-	30	-	60	72
Ementa: Aspectos e estruturas da Língua Inglesa em nível básico com foco no domínio das quatro habilidades comunicativas: Reading, listening speaking and writing, necessárias para a instrumentalização do futuro profissional de LI considerando o aspecto lexical da língua.									
Bibliografia Básica: GRANT, David; MCLARTY, Robert. Business Basics: Updated for the international marketplace. Oxford. 2006 MUNHOZ, Rosângela. (2000). Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. São Paulo: Texto novo. SOUZA, Adriana G. Fiori; et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.									
Bibliografia Complementar: SOUZA; A.G.F..[et AL.]. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005. ABRIL COLEÇÕES, Linguagens e Códigos – Inglês/ Abril Coleções – São Paulo: Abril, 2010. TORRES, Nelson. Gramática "O Inglês Descomplicado". 10 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007. MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. OLINTO, A. (Org). Novo dicionário ilustrado de inglês: inglês-português / português-inglês. São Paulo: DCL, 2008.									
Disciplina: CONSULTORIA EMPRESARIAL							Optativa		
Período	Código	Crédito	Teórica	Prática	Presencial	EAD	EXT	C.H Relógio	C.H Aula
8º		4	30	30	-	-	-	60	72
Ementa: Contextualização de Consultoria. Tipos de consultoria. Atuação do Contador. Técnicas de Consultoria. Metodologias de trabalho e relatórios de consultoria. Consultoria contábil.									
Bibliografia Básica: OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças. Manual de consultoria empresarial. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2006 MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. OLIVEIRA, Djalma P. R (1998). Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo, Atlas.									
Bibliografia Complementar:									

GALLAGHER, Richard S. Os Segredos da Cultura Empresarial: como entender a alma das culturas organizacionais bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Campus, 2003
DRUCKR, Peter Ferdinand. Prática da Administração de Empresas. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
DORNELAS, José C. Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

4.10 METODOLOGIA

A Universidade de Gurupi - UnirG está em plena expansão. Esta expansão acontece em todos os sentidos na IES, desde a criação de novos cursos, implantação de novos polos em outros municípios, implementações e reconstrução de matrizes curriculares dos cursos existentes, bem como, adequação de toda academia para novas metodologias de ensino.

As novas metodologias de ensino requerem adequações das estruturas físicas, equipamentos, móveis e, principalmente, capacitação da gestão, corpo docente e servidores da IES. Desta forma, o curso de Administração vem buscando alternativas e capacitações para a implantação de metodologias ativas gradualmente.

A IES conhece os limites de seu corpo docente, por isso está investindo desde 2019 em capacitações de novos métodos de ensino e aprendizagem para toda academia. No entanto, a qualificação da academia (gestores, docentes e servidores), o preparo e formação destes conhecimentos e habilidades levarão um tempo maior para total aquisição.

A PROGRAD, juntamente com os NDEs dos cursos, disponibilizou um manual com recursos didáticos - METODOLOGIAS DE ENSINO da UNIRG, que se encontra em anexo II.

As práticas sugeridas são:

- ✓ *Sala de aula invertida* (Flipped Classroom – FC): esta modalidade faz com que o acadêmico busque acessar a conteúdo proposto de forma antecipada, aguçando o interesse pelas aulas e motivar a participação ativa na construção de seu

aprendizado. Esta aula permite que haja a utilização de recursos variados, como vídeos, imagens, e textos em diversos formatos.

- ✓ Rotação por Estações de Aprendizagem, o professor cria um tipo de circuito dentro da sala de aula. Em cada uma das estações há uma atividade diferente proposta sobre uma temática central de acordo com o objetivo da aula. As atividades de cada estação, embora diferentes e independentes, devem ser articuladas a partir do foco definido e os estudantes devem transitar pelo circuito percorrendo todas as estações. Ao final deve-se avaliar todo o percurso e discutir as aprendizagens construídas.
- ✓ Aprendizagem por pares, esta metodologia preconiza a abordagem de uma determinada temática combinando intervenções e monitoramento do professor, compartilhamento de conhecimentos por parte dos alunos, além de enfatizar o debate e a troca de opiniões, principalmente entre os alunos, daí deriva o seu nome “aprendizagem por pares/colegas”.
- ✓ JiTT - *Just-in-Time-Teaching* também conhecido como Ensino sob Medida, é uma forma de ajustar as aulas às necessidades dos alunos. O destaque principal é oferecer os chamados “exercícios de aquecimento” para serem resolvidos pelos alunos antes da aula presencial, estimulando o “hábito de estudar antes das aulas”, e permitir ao professor conhecer antecipadamente as dificuldades dos estudantes na resolução dos exercícios para melhor ajustar as aulas às necessidades dos alunos.
- ✓ A *Team-Based Learning* (TBL) conhecida também como Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) é uma estratégia que visa promover o desenvolvimento de equipes de aprendizagem por meio do cunho colaborativo e fornecer a estas equipes oportunidades para se envolver em tarefas significativas.
- ✓ A Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL- Problem Basead Learning) é um modelo de aprendizagem no qual são apresentados para os alunos a fim de que estes discutam pesquisem e encontrem soluções para as situações apresentadas Essa técnica foi criada no Canadá na década de 60, visando que os alunos desenvolvam habilidades críticas e, sobretudo, analíticas a respeito das situações enfrentadas em suas profissões.

- ✓ Aprendizagem baseada em projetos é uma metodologia ativa de aprendizagem, que além de promover a interdisciplinaridade, exige o trabalho em equipe, proporcionando o desenvolvimento de competências técnicas (ligadas à atividade profissional) e competências transversais (ligadas ao mercado de trabalho) para solucionar um problema concreto, sob supervisão e orientação de professores de disciplinas relacionadas com a proposta.
- ✓ Gamificação consiste em você utilizar elementos adequados de jogos melhorando o envolvimento do aluno e como consequência os resultados.
- ✓ O estudo de casos é uma estratégia de ensino que envolve a abordagem dos conteúdos, por meio de situações reais ou baseadas na realidade que possibilita a participação ativa do estudante no estudo e análise dessas situações. É uma variação do método Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), conhecido também como *Problem Based Learning* (PBL), principalmente por oportunizar o contato com problemas reais, aproximando o estudante da realidade prática de sua área.
- ✓ *Design Thinking* pode ser usado para criar ou melhorar produtos e serviços para as pessoas. A sua aplicação tem se estendido para muitas áreas na busca de soluções de diversos problemas nas empresas, nas instituições de ensino e na sociedade.
- ✓ A Pesquisa como instrumento pedagógico visa a construção de conhecimentos acerca de um determinado conteúdo curricular, por meio da descoberta, ou seja, da busca por soluções para um determinado problema.
- ✓ Práticas em Saúde, Morfofuncionais, Clínicas e Técnicas em Saúde e Pesquisa são atividades desenvolvidas em cenários reais da comunidade e do sistema de saúde (unidades de saúde, hospitais, ambulatórios, etc) e atividades em ambientes simulados e laboratórios, incluindo Laboratório Morfofuncional, Laboratório de Simulação Realística e laboratórios de ciências biológicas.
- ✓ Avaliação do Programa Interação Ensino-Serviços e Comunidade (para cursos da Saúde)- Os estudantes são avaliados pelo desenvolvimento de ações de pesquisa junto aos serviços de saúde e comunidade. A pesquisa é iniciada com identificação e análise de problemas; elaboração de planos ou projetos de intervenção. O estudante, depois de realizado o trabalho de pesquisa, deve identificar na hipótese

de solução para o problema uma aplicação viável e criativa para atuar na realidade em parceria com os profissionais do serviço.

A seleção das atividades educacionais depende das capacidades a serem focalizadas e das especificidades de desenvolvimento de cada grupo. O importante a ser ressaltado é a busca de uma correspondência entre a atividade selecionada, a prática profissional e as situações reais enfrentadas.

Os professores que acompanham o desenvolvimento de capacidades em ambiente protegido não precisam, necessariamente, estar vinculados a um serviço de saúde, mas precisam ter formação numa carreira diretamente envolvida com o cuidado às pessoas e seus familiares.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas de grande relevância e considerada inovadora nos últimos anos, está a concepção do Núcleo de Educação a Distância (NED), amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da internet de banda larga, programa específico de capacitação de professores e corpo de tutores educacionais e, atualmente, a tecnologia utilizada para a educação a distância também está à disposição para dinamização dos programas presenciais.

Ademais, como previsto no respectivo PPC, a Universidade de Gurupi – UNIRG também tem como princípio metodológico promover trabalhos em grupo, fóruns, debates, tutoriais, tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir de diferentes recursos, tanto na modalidade presencial quanto a distância, visando a uma formação profissional qualificada e atenta às demandas sociais.

A UnirG conta, ainda, com o Núcleo de Formação Permanente-NUFOPE, cujas ações se concentram no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, e nos procedimentos acadêmicos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada.

O apoio oferecido pelo NUFOPE aos Coordenadores dos Cursos e professores está associado através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, na promoção de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

As formações realizadas pelo NUFOPE realizadas constam-se em anexo III e disponíveis em pasta documental.

Em conformidade com as ideias contidas no PDI–Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade UnirG, as metodologias adotadas no curso de Odontologia devem priorizar a investigação das possibilidades e necessidades da sociedade, a fim de que estabeleçam uma estrutura curricular interdisciplinar que articule teoria e prática e que se comprometa com a flexibilização curricular, possibilitando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Como afirma Zabala (2004,p.194),“ a aprendizagem é um processo mediado pela interação com o meio e com as pessoas que fazem parte dele, especialmente professores e colegas”. É nessa busca do aprender a aprender que há interação, problematização, busca de novos caminhos do saber e de construção do conhecimento.

A organização curricular do Curso apresenta-se em eixos de conteúdos distribuídos semestralmente em blocos relativos ao conhecimento identificador da área e conhecimento identificador do tipo de aprofundamento, cujas disciplinas estão mescladas, as do bloco de formação básica, específica e livres, de modo a permitir o paulatino amadurecimento acadêmico/profissional. Estes conhecimentos podem ser desenvolvidos a partir de quatro possibilidades de aulas, conforme apresenta Demo (2005): Aula que “socializa pesquisa”, esta entendida como permanente investigação, procura pelo conhecimento; “aula questionadora”, voltada para fomentar pesquisa, formulações, espírito crítico, leitura alternativa; a aula introdutória, com o objetivo de apresentar temas e, sobretudo, visão geral, servindo de indicação orientadora para a pesquisa e aprofundamentos; a aula tática, que interpõe um momento de exposição ordenadora, a serviço de um processo maior de pesquisa e questionamento. O primeiro princípio é o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão. O segundo princípio consiste em integrar a teoria e a prática, permitindo uma participação ativa nos processos comunitários, tomando como referência a realidade da sociedade em constante mudança e significativos avanços tecnológicos. O terceiro princípio centra-se em focalizar o ensino-aprendizagem nas ações. Assim, as técnicas de ensino, traduzidas pelas formas de condução do processo devem ser técnicas que permitam trabalhar a representação do conjunto das questões, que exercitem a comunicação, o trabalho em equipe, os contatos que são estabelecidos, formas de convivência do e com o

diferente. Cada disciplina, a partir da percepção global do curso, irá desenvolver metodologia própria baseando – se na metodologia do ensino superior (TOSI, 2001). Para as aulas teóricas serão utilizadas metodologias de ensino diversificadas, conforme propriedade da disciplina e necessidade de organização. O curso já adota uma carga horária inferior a 20% na modalidade semipresencial como está prevista pela Portaria MEC nº4.059/2004, bem como o art. 81 da Lei nº9.394, de 1.996. A modalidade adotada foi a semipresencial, uma vez que as disciplinas que integram esse rol possuem aulas presenciais e em algumas a distância. As avaliações são realizadas nos momentos presenciais das disciplinas e nas atividades orientadas e de estágios externos supervisionados será utilizada a metodologia voltada para ação discente com seus métodos de pesquisas qualitativas e quantitativas; as técnicas de estudo de caso, estudos exploratórios, estudo do meio, seminários, simpósios, mesa redonda e os recursos auxiliares como livros, revistas científicas, entrevistas, questionários, material de anotação, filmagem, gravador, documentos e outros que farão parte das atividades pedagógicas do curso.

a) O processo de construção do conhecimento em sala de aula: reflexão sobre a construção do conhecimento, tendo em vista as formas de integração entre teoria e prática bem como o equilíbrio entre a formação do cidadão e do profissional, a partir de uma concepção de ensino-aprendizagem orientada pela experimentação, pelo diálogo, por uma visão holística, pelo exercício da criticidade, da curiosidade epistemológica e pela busca da autonomia intelectual;

b) Proposta interdisciplinar de ensino: discussão sobre a interdisciplinaridade como concepção orientadora da proposta para a gestão curricular, que viabiliza a organização de um eixo de ensino contextualizado, integrado e orgânico das várias disciplinas.

Deverá ser destacada ainda, neste tópico, a integração entre as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes no PDI, em conformidade com o item 1.2. Do Instrumento de Avaliação do INEP;

c) Atividades complementares da estrutura curricular: descrição das atividades com vistas a articular os conhecimentos conceituais, os conhecimentos prévios do discente e os conteúdos específicos a cada contexto profissional;

explicitação das atividades de iniciação científica e tecnológica, monitoria, atividades de tutoria, participação em seminários, palestras, congressos, simpósios, feiras ou similares, visita técnica, além de outras consideradas relevantes para a formação do discente;

d) Atividades de pesquisa e produção científica: descrição dos projetos de pesquisas, que envolvam participação dos discentes e cujos conhecimentos produzidos estejam colocados a favor dos processos locais, tendo em vista a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

e) Atividades de extensão: descrição de cursos de projetos científicos, que se articulam ao ensino e à pesquisa, de modo a viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Dentre essas atividades, destacam-se: cursos de educação continuada, eventos técnico-científicos, eventos artístico-culturais, prestação de serviços à sociedade, publicações e produtos acadêmicos; Relação com a extensão (projetos, eventos e cursos);

f) Estágio Externo: apresentação dos mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do estágio curricular, quando obrigatório. No Regulamento do Estágio, deverão estar explícitos os critérios para a elaboração dos relatórios de atividades realizadas durante o estágio supervisionado, a relação entre docente e discente na orientação de estágio, a carga horária obrigatória e outras informações relevantes do curso;

g) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: apresentação dos mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação do cumprimento do TCC, explicitando-se, dentre outros aspectos, os critérios para a elaboração e avaliação do trabalho, bem como a relação estabelecida entre docente e discente na orientação e produção do mesmo;

h) Proposta de oferta de disciplinas da graduação presencial por meio da EAD: poderão ofertar disciplinas integrantes do currículo na modalidade a distância em até 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

4.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O primeiro contato do acadêmico com o Estágio Supervisionado I que ocorre no sexto período, em que o acadêmico vivencia a aplicação de análise gerenciais, participa e elabora palestras, participa de treinamentos direcionados a empresas do segmento público ou privado. Nesse estágio o acadêmico realiza observações acerca do emprego das teorias administrativas na empresa gerando um relatório ao final do processo. As demais horas distribuídas ao Estágio Supervisionado, objetivará a identificação das relações existentes entre as áreas funcionais, os diversos processos e os recursos utilizados pelas organizações. Aborda também como as organizações se relacionam e interagem com seu meio externo (clientes, fornecedores, meio ambiente e a comunidade em geral). mais detalhadas no Manual de Estágio Supervisionado do Curso em anexo.

A cada semestre a Coordenação do Curso elabora uma agenda de eventos para que todos os professores possam se organizar e acrescentar em seu cronograma de atividades, uma vez que estas atividades têm sido realizadas semestralmente na Semana de Planejamento Pedagógico. Estas atividades visam melhorias da qualidade do ensino, pesquisa e extensão do Curso de Administração do Universidade de Gurupi - UnirG.

O Núcleo de Práticas Administrativas é outra importante ferramenta do processo de ensino-aprendizagem no curso, pois propicia aos acadêmicos, atividades práticas e sociais que complementem sua formação acadêmica e promove a integração da Instituição com a comunidade, conforme Regulamento do Núcleo de Práticas Administrativas em anexo.

4.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi – UnirG, no Art. 103, § 2º, diz que “O currículo de cada curso de graduação, na forma da lei, contemplará atividades complementares que envolvam participação em

conferências, congressos, simpósios, mesas redondas, estágio extracurricular, minicursos, monitorias e outros”.

No Curso de Administração o Regulamento de Atividades Complementares foi atualizado para atender a matriz curricular nº 8, As práticas acadêmicas previstas neste Regulamento, são obrigatórias para obtenção do grau correspondente e têm por finalidade enriquecer a formação do acadêmico e de suas linhas de Formação Específicas.

No decorrer do Curso, o acadêmico devidamente matriculado na matriz curricular Nº 8, deverá realizar um total de 240 (duzentos e quarenta) horas de atividades complementares, para integralização da sua formação superior. Devendo estas estarem relacionadas aos conteúdos contemplados neste Projeto Pedagógico.

As atividades complementares do Curso estão divididas em 03 (três) categorias, sendo: atividades de ensino; atividades de pesquisa e atividades de extensão.

Os documentos que comprovam que as atividades complementares foram desenvolvidas pelos acadêmicos, deverão ser encaminhados à Coordenação de Curso ao final de cada semestre, necessitando que o pedido seja protocolado pelo interessado, junto a Central de Atendimento da Universidade de Gurupi – UnirG, até 20 (vinte) dias antes da sua colação de grau.

Informações adicionais e suplementares, e tabela com os limites de carga horária, encontram-se disponível em anexo, no Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Administração, devidamente aprovado e homologado pelo Conselho de Curso.

4.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Administração, constante em anexo, foi atualizado no ano de 2018, e tem como principal objetivo “normatizar as atividades relacionadas ao desenvolvimento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Administração”.

O Trabalho de Conclusão de Curso, em Administração, trata-se de disciplina obrigatória para obtenção de grau. Este será ofertado no 7º período e é Pré-Requisito de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. O acadêmico deverá realizar individualmente, TCC na forma de artigo científico, que deverá conter de 18 a 23 páginas, seguindo regras específicas para elaboração constantes no referido Regulamento. A apresentação do artigo acontecerá perante banca de 03 (três) professores, devendo o acadêmico obter nota final igual ou superior a 6,0 pontos, para obtenção da aprovação.

Os Trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos do Curso, após os devidos ajustes e correções solicitados pela Banca Avaliadora, são disponibilizados na página do Curso no site da UnirG, através do endereço : <http://www.unirg.edu.br/administracao>.

4.14 APOIO AO DISCENTE

Como principal serviço de apoio ao discente, o curso de administração apresenta o Núcleo de Práticas Administrativas - NPA, com o objetivo de proporcionar ao acadêmico do curso a proximidade com as organizações e a experimentação da relação teoria e prática.

O núcleo foi instalado em substituição à Empresa Júnior A/C criada em 10 de novembro de 1998, como associação civil sem fins lucrativos, constituída por alunos de graduação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade de Gurupi- UnirG, constituindo-se numa extensão dos cursos, com suas atividades encerradas em junho de 2016. Desde a Lei 13.267 de 06 de abril de 2016, as atividades da Empresa Júnior precisaram ser revistas a fim de adaptar-se as mudanças da legislação federal.

O Núcleo de Práticas tem como objetivo propiciar ambiente de prática administrativa por meio da realização de visitas técnicas, simuladores de empresas treinamentos, palestras e outros.

Constitui, ainda, apoio aos estudantes do curso com envolvimento de professores e acadêmicos os seguintes projetos:

Quadro 19 - Projetos

Ord.	Título	Cursos envolvidos/Público-alvo
1.	Arranjo Produtivo Local (APL) da Mandioca	<p>O APL é uma iniciativa da Prefeitura de Gurupi, por meio do Programa Inova Gurupi e as secretarias municipais de Ciência e Tecnologia e de Produção, Cooperativismo e Meio Ambiente. Sendo uma forma de interação entre governo, instituições de pesquisa, setor produtivo, bancos e os pequenos produtores para que todos sejam beneficiados com a produção e venda da mandioca e seus derivados. O Projeto conta com o professor Dr. ^o Márillos Peres de Melles, do Curso de Administração, na composição de sua equipe gestora.</p> 
2.	Projeto MROSC - O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)	<p>É uma agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado aprovada pela Lei 13.019/2014. Dessa forma, a UnirG, cumprindo seu papel social, tem seu Plano de Trabalho aprovado, com recurso no valor de R\$ 172, 960,00 (cento e setenta e dois mil e novecentos e sessenta reais) para a execução de atividades formativas no âmbito da sociedade local.</p>
3.	Incubadora INOVO	<p>Tem como objetivo apoiar de forma compartilhada e por tempo determinado, projetos inovadores de base mista, voltados para vocação do Estado do Tocantins, com o objetivo de transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em produção de bens, produtos e serviços que valorizem o Homem e promova o desenvolvimento regional.</p>
4.	Programa Hora Cidadã	<p>O Programa de Extensão Universitária Hora Cidadã - foi criado com o objetivo de ampliar a visibilidade e responsabilidade social do Centro UnirG. Exibe em Rádios Comunitárias e/ou Educativas da Região de Gurupi e Estado do Tocantins. Conta com a participação de Professores, alunos e servidores da UnirG e de outros seguimentos da comunidade, envolvidos em Programas de Rádio Interativos. Executado pelo Curso de Direito, e apoiado por professores e alunos de outros cursos.</p>
5.	Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado -ATENDEE	<p>É um programa institucional de atendimento educacional especializado, que está em processo de implantação na Universidade de Gurupi. Tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão ao acadêmico nas perspectivas das necessidades individuais dos processos de ensino e aprendizagem. Conta com a participação dos professores de todos os Cursos da IES, bem como fica disponível para</p>

		o atendimento e suporte dos alunos de todos os Cursos, desde que comprovada a necessidade.
--	--	--

Fonte: Universidade de Gurupi-UnirG (2020)

4.15 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os procedimentos relacionados ao Registro de Diplomas no âmbito do Universidade de Gurupi são definidos em Normativas aplicável aos Cursos Superiores, sendo esta resultante de medida deliberativa das instâncias superiores da UnirG.

Nos termos da legislação vigente, os diplomas para os formandos do Curso de Administração serão emitidos para os estudantes que concluírem todas as componentes curriculares e demais atividades que compõem o curso, de acordo com este Projeto Pedagógico, e esteja com situação regular no ENADE. Não haverá certificação intermediária para estudantes que cumprirem parcialmente as componentes curriculares ou demais atividades que compõem o curso.

O diploma será expedido pelo departamento de Registro de Diplomas do Universidade de Gurupi e o seu recebimento ocorrerá desde que cumpridas todas as etapas, após a colação de grau, que é obrigatória para todos os estudantes.

4.16 COORDENAÇÃO

A Coordenação do Curso de Administração, atua em regime integral de 40 horas semanais. As 40 (quarenta) horas são exclusivamente dedicadas as atividades de Curso e de Estágio. A Coordenação é ainda responsável por presidir o NDE e o Conselho do Curso, atuando diretamente em todas as demandas que envolvem a graduação em Administração da IES.

A Coordenação atua no sentido de obter uma gestão participativa, na qual os docentes estejam diretamente envolvidos nas ações do Curso. Trabalha-se ainda na perspectiva de constante aproximação com os discentes, buscando integrá-los constantemente às atividades acadêmico-científico-culturais ofertadas pelo curso e pela IES.

A Coordenação utiliza como parâmetro para o desenvolvimento das suas funções Plano de Ação / Gestão 2020 e Plano de Melhoria, devidamente aprovados e homologados pelas Resoluções do Conselho de Curso Nº 011, de 03 de março de 2020 e Nº 016/2020, de 30 de março de 2020, respectivamente.

4.17 DOCENTES

A carreira docente na UnirG foi instituída pela Lei 1.755 de 21 de maio de 2008, distribuída nas seguintes categorias: Professor Assistente – A formação mínima exigida é a graduação acompanhada de especialização; Professor Adjunto – A formação mínima exigida é a graduação acompanhada; Adjunto – A formação mínima exigida é a graduação acompanhada de curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado; Professor Titular – A formação mínima é a graduação acompanhada de pós-graduação em nível stricto sensu de doutorado.

Os docentes podem ser enquadrados nos seguintes regimes de trabalho semanais: 20 (vinte) horas; 40 (quarenta) horas e 40 (quarenta) horas com Dedicção Exclusiva (DE), conforme Resolução do CONSUP n 061 de 19 de dezembro de 2017.

O docente enquadrado em 20 (vinte) horas, ministra entre 08 (oito) e 10 (dez) horas de aulas semanais, acrescidas das horas diversificadas referentes às participações em Colegiados, orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso, Comitê de Ética, projetos de extensão, estágio etc. O docente que optar por 40 (quarenta) horas ou 40 (quarenta) horas com DE, terá que ministrar no mínimo 20 (vinte) horas, e podendo por juízo de conveniência e oportunidade da coordenação do curso ou Pró Reitoria de Graduação e Extensão estender ao máximo de 30 (trinta) horas de aulas, mais horas diversificadas.

Ministram aula atualmente no Curso de Administração 20 (vinte) docentes, sendo, 10 (dez) lotados no próprio curso, dos quais 07 (sete) são concursados e 03 (três) contratados, e 12 (doze) lotados em outros cursos, todos de provimento efetivo. Do total de docentes 02 (dois) encontram-se de licença por interesse particular, 02 (dois) encontram-se enquadrados em regime de trabalho de 60 (sessenta) horas, sendo que, um destes ocupa o cargo de coordenação de curso e

outro o de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, 09 (nove) encontram-se enquadrados em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas, 06 (seis) em regime de Dedicção Exclusiva e 01 (um) com regime de trabalho de 20 (vinte) horas.

O quadro a seguir, apresenta relação dos professores que ministram aulas no Curso, por nome, titulação, disciplina (s) que ministram no curso, regime de trabalho e link do Currículo Lattes.

Quadro 20 - Relação dos Docentes do Curso de Administração do Universidade de Gurupi-UnirG

	Nome	Titulação	Disciplinas	Vínculo Empregatício
1.	Adonaldo Avelino de Oliveira	Graduação: Economia Especialização: Administração Hospitalar	- Microeconomia; - Macroeconomia; - Economia Brasileira.	Efetivo Regime:40h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8368454937909252				
2.	Alexandre Ribeiro Dias	Graduação: Administração Especialização: Gestão Empresarial e Gestão de Negócios Mestrado: Agronegócios	- Teorias Organizacionais I; - Teorias Organizacionais II; - Gestão em Agronegócios; - Gestão Estratégica I; - Gestão Estratégica II; - Tópicos Especiais em Administração.	Efetivo Regime:40h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6947474602105717			Regime: 40h	
3.	Augusto de Rezende Campos	Graduação: Ciências da Computação Especialização: Informática e Educação/ MBA Sistemas de Informações Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional	- Gestão de Sistemas de Informação.	Efetivo Licença por interesse particular
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1344729647135934				

4.	Breno de Oliveira Simonassi	Graduação: Direito Especialização: Grandes Transformações Processuais	- Instituições de Direito Público e Privado.	Efetivo Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2435247893805466				
5.	Claudeilda de Morais Luna	Graduação: Administração Especialização: Planejamento e Gestão Empresarial	- Gestão de Recursos Humanos - Gestão das Organizações	Temporário Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7780545696120338				
6.	Claudia da Luz Carvelli	Graduação: Ciências Contábeis Especialização: Gestão Estratégia Empresarial Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional	- Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.	Efetiva Regime: DE
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3760541271285155				
7.	Deice Joceliane Pomblum	Graduação: Letras Especialização: Língua Portuguesa	- Língua Portuguesa.	Efetiva Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2367929236489778				
8.	Elizabeth Vieira dos Reis	Graduação: Ciências Contábeis Especialização: Controladoria e Finanças Empresariais Mestrado: Controladoria e Finanças	- Trabalho de Conclusão de Curso.	Efetivo Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3926768194866511				
9.	Fábio Pegoraro	Graduação: Administração Especialização: Gestão Empresarial Mestrado: Engenharia de Produção e Sistemas Doutorado: Engenharia de Produção e Sistemas	- Administração da Produção e Operações; - Gestão de Custos; - Administração Financeira I;	Efetivo Regime: 60 h

			- Administração Financeira II; - Trabalho de Conclusão de Curso.	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5297324229141269		Regime: 40h		
10.	José Carlos de Freitas	Graduação: Filosofia Especialização: Língua Portuguesa Mestrado: Literatura Brasileira e Teorias da Literatura Doutorando: Letras	- Filosofia.	Efetivo Regime: DE
Currículo Lattes:				
11.	Kátia Ferreira da Silva	Graduação: Matemática Especialização: Metodologia do Ensino e Pesquisa na Educação, Matemática e Física Mestrado: Profissional em Matemática- Profmat	- Matemática.	Efetivo Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2537543269015680				
12.	Luzinete Moreira de Almeida	Graduação: Administração Especialização: Administração Gerencial Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional	- Gestão da Comunicação Corporativa; - Estágio Supervisionado I; - Estágio Supervisionado II; - Ética e Administração. Licença por interesse particular	Efetivo Licença por interesse particular
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2894517011142285				
13.	Maria das Graças Bastos de Sousa	Graduação: Administração Especialização: Mercado Exterior / MBA Gestão Empresarial Mestrado: Desenvolvimento Regional	- Administração de Materiais; - Administração Pública; - Administração de Projetos;	Efetivo Regime: DE

			- Empreendedorismo ; - Ética e Administração; - Logística e Cadeia de Suprimentos; - Orçamento Empresarial; - Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4164471887321451				
14.	Maria Otília Marinho de Moura	Graduação: História Especialização: História e Geografia do Brasil	- Metodologia do Trabalho Científico	Efetivo Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6332913994021037				
15.	Márilos Peres de Melo	Graduação: Eng. Agrônoma / Matemática Especialização: Metodologia do Ensino da Matemática Mestrado: Agronomia-Melhoramento Vegetal Doutorado: Agronomia-Melhoramento Vegetal	- Estatística I; - Estatística II.	Efetivo Regime: DE
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8770528692282989				
16.	Paulo Henrique Costa Mattos	Graduação: História Especialização: História Regional do Tocantins Mestrado: História, Cultura e Poder	- Sociologia	Efetivo Regime: DE
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7312924173179664				
17.	Victor de Oliveira	Graduação: Ciências Contábeis Especialização: Análise e Auditoria Contábil Mestrado: Controladoria e Contabilidade	- Contabilidade.	Efetivo Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5769749569210666				

18.	Rômulo Caldeira de Souza Maia	Graduação: Administração de Sistemas de Informação Especialização: Didática do Ensino Superior e em Gestão Educacional Mestrado: Administração e Desenvolvimento Organizacional	- Comportamento Organizacional; - Gestão da Inovação e Tecnologias Cooperativas; - Mercado de Capitais.	Temporário Regime: 40 h
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9962940707386325				
19.	Sofia Mara de Souza	Graduação: Tecnologia em Informática Especialização: - Mestrado: Ciência da Computação	- Pesquisa Operacional	Efetivo Regime: DE
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1120064385788427				

Fonte: Universidade de Gurupi- UnirG, Dados primários, 2021

4.18 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O curso conta com um assistente administrativo que realiza atividades de assessoramento das atividades desenvolvidas pela coordenação do curso com regime de 40hs semanais.

4.19 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EAD

O Núcleo de Ensino a Distância (NED) é um órgão de apoio acadêmico e vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Reitoria da Universidade de Gurupi - UnirG no desenvolvimento do Programa Institucional de Educação a Distância, que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnirG (PDI) vigente, recomendado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e mantido pela Fundação UnirG.

O NED é constituído por uma equipe de professores e servidores técnico-administrativos e estagiários, coordenados por um professor efetivo do corpo docente da UnirG.

A partir de 2019, a IES tomou uma série de medidas, visando reestruturar o Núcleo de Ensino a Distância e fortalecer esta modalidade na UnirG, tanto em relação às disciplinas semipresenciais, quanto na futura oferta de cursos de extensão, pós-graduação e graduação.

O Núcleo tem foco no gerenciamento das chamadas disciplinas semipresenciais, que utilizam a modalidade de Ensino a Distância e seus recursos na parte não presencial, podendo ser desenvolvidas no limite de até 40% (quarenta por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, nos termos da Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019.

As referidas disciplinas dos cursos que consideram pertinente essa modalidade, no limite permitido, são previamente definidas pelos respectivos NDE's, de cada curso, e aplicadas por meio da Plataforma Educacional SEI, programa adquirido pela IES em 2018 e que é a forma de registro acadêmico oficial das disciplinas presenciais e semipresenciais. Seu uso é obrigatório por parte de docentes e acadêmicos, exceto para as avaliações bimestrais, que devem ser presenciais, conforme prevê a legislação pertinente.

Na plataforma SEI, docentes e discentes dispõem de três ferramentas para uso nas disciplinas semipresenciais:

Disponibilização de material acadêmico: por meio desta ferramenta, o professor pode disponibilizar materiais diversos, tais como: apostilas, artigos e textos em geral. Vídeos também podem ser colocados até o limite de 15MB.

Atividade discursiva: por meio dela, o professor lança uma atividade que pode ser respondida na própria plataforma ou mesmo feita em um editor de texto à parte. Permite, ainda, que o professor corrija e dê retorno ao aluno no próprio SEI ou imprima para fazer a correção materialmente.

Fórum: aqui o professor lança um tema que será discutido entre alunos e professor, permitindo uma interação entre todos.

4.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos pilares do processo de verificação da aprendizagem que contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem do acadêmico e do ensino do professor, conseqüentemente, para melhorar a qualidade do projeto pedagógico do curso.

O processo avaliativo no Curso de Administração assume o compromisso de buscar novos caminhos, alternativas e orientações para o desenvolvimento de sua prática pedagógica buscando a superação da falta de articulação entre o ensino, a aprendizagem e a avaliação; das possíveis incoerências entre o objeto avaliado, o objetivo de aprendizagem estabelecido e o que foi ensinado; da indefinição, onde houver, nos critérios de avaliação empregados; da limitação na formação de processos cognitivos complexos, desejáveis a todos os alunos e finalmente, da cisão entre o momento de ensinar e o momento de avaliar, entre outros.

Avaliar nessa perspectiva é acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno na construção do seu conhecimento, identificando suas potencialidades e limitações, buscando alternativas para superar as dificuldades encontradas.

Assim, é preciso buscar instrumentos (por exemplo, observação direta, provas escritas, provas orais, revisão de trabalho diário, entrevista, questionários, debates, tarefas com roteiro ou sem roteiro, entre outros) que sejam mais adequados para avaliar inicialmente (avaliação diagnóstica), durante o processo de ensino e aprendizagem (avaliação formativa) e ao seu final (avaliação somativa).

O paradigma de avaliação no Curso de Administração parte do pressuposto que avaliar é um processo contínuo e gradativo, com função diagnóstica e formativa, centrado, sobretudo, na aprendizagem do aluno. O aspecto qualitativo é destacado concomitantemente aos aspectos quantitativos, o que favorece a auto-análise e a superação das falhas por parte do aluno, propiciando a construção do conhecimento de forma propedêutica e permanente.

O sistema de avaliação do processo ensino segue as normas do Regimento Geral Acadêmico (p. 47-50) e calendário anual acadêmico, diferindo um pouco quando no sistema modular.

O desempenho escolar incide sobre a frequência e o aproveitamento. É avaliado pelo acompanhamento contínuo do acadêmico, mediante os resultados por ele obtidos, competindo ao docente responsável pela disciplina atribuir a nota do

desempenho escolar. A nota final de aproveitamento de cada Módulo é elaborada, conforme definido no plano de ensino pelo conjunto de avaliações pontuais de cada conteúdo.

Para aprovação em uma disciplina, é necessária frequência mínima às aulas de 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete inteiros). Não obtendo média de 7,0 pontos, o acadêmico que obtiver média entre 4,0 (quatro inteiros) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos) terá direito à Prova Final, devendo alcançar média final, no mínimo, igual a 6,0 (seis inteiros), calculada entre a média e a nota da Prova Final.

Ao aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações será concedida oportunidade de submeter-se a uma única avaliação substitutiva intervalar (2ª chamada) que será aplicada antes da prova final, mediante requerimento apresentado ao docente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecederem a data designada para a referida avaliação substitutiva, conforme Calendário Acadêmico.

As verificações da aprendizagem, representadas pela primeira nota (N1) e segunda nota (N2), são previstas no Calendário Acadêmico, sendo que as representações de (N1) e de (N2) deverão ser constituídas pelo resultado dos instrumentos que o docente da disciplina irá usar para compor cada uma das referidas avaliações. A cada verificação de aproveitamento (N1 e N2) será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento.

O professor, no curso de Administração adotará o critério de avaliação com instrumentos definidos no plano de disciplina; aos instrumentos poderá ser atribuído peso, desde que registre a nota final ou intervalar, conforme o Regimento Geral: nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento. A verificação de aproveitamento desses instrumentos se dará pela somatória dos mesmos, compondo a N1 ou N2.

4.21 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

- Dos procedimentos para avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se dá nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Curso, que conta com representatividades dos corpos: docente e discente, bem como em reuniões pedagógicas, abertas à toda comunidade do curso de Administração.

- Avaliação pela PGRAD
Da participação da sociedade, em especial representantes da iniciativa privada e instituições públicas, com o intuito de alinhar a proposta do curso com as demandas do mercado, de modo a gerar novos conhecimentos que possam impactar na oferta de produtos e serviços os quais proporcionem à população uma melhoria em suas condições sociais.
- Da avaliação externa realizada pelos órgãos do Sistema Federal de Ensino, buscando ressaltar os resultados do ciclo avaliativo em que se insere o curso.

Quadro 21 - CPC / ENADE

Conceito		
Ano	CPC	ENADE
2006	-	2
2009	2 (1,19)	1 (VC = 0,90)
2012	3 (VC= 2,78)	3 (VC= 2,29)
2015	3 (2,38)	2 (VC = 1,64)
2018	3	2 (VC = 1,65)

Fonte: MEC – INEP

O Curso de Administração desenvolve ações no sentido de reforçar os conteúdos trabalhados ao longo dos períodos, para que o acadêmico possa ser avaliado tanto formalmente quanto informalmente, de maneira mais consciente. Assim sendo, preocupa-se em orientar o acadêmico sobre a importância de fazer o ENADE, revisando os conteúdos ministrados pelos professores e auxiliando-os nas etapas que antecedem a realização do exame.

Atividades permanentes de revisão são realizadas com os alunos dos períodos que participam do exame, tais como exames simulados, cursos on-line, vídeos, palestras, entre outras, organizadas por uma equipe designada especificamente para essa finalidade.

4.22 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é realizada pelos pares e avaliação externa é realizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) nos momentos de abertura de novos cursos de graduação, reconhecimento de curso de graduação, renovação de reconhecimento e credenciamento da Universidade ou em situações que necessitem acompanhamento desse Conselho.

Outra forma de avaliação externa ao qual a IES é submetida diz respeito às avaliações em larga escala como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e exames profissionais que em certa medida avaliam a eficiência institucional.

As avaliações institucionais realizadas pelas comissões indicadas pelo CEE/TO utilizam instrumentos que são pautadas nas dimensões e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, e mais: a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

A auto avaliação é realizada anualmente por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Avaliação Institucional compõe o conjunto de procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10 861 de 14 de abril de 2004 e tem como foco central avaliar o trabalho pedagógico, científico e o compromisso social das Instituições de Ensino Superior do país. De caráter permanente, possui função de regulação (dimensão externa) e de auto regulação (dimensão interna).

A auto avaliação é realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES, a qual foi instituída por meio de Portaria. O modelo de avaliação foi construído com base nas dez dimensões da avaliação institucional estabelecidas pela Lei nº 10.861/04 (SINAES). A Comissão é composta por representantes dos diferentes segmentos que compõem a IES: Professores, acadêmicos, funcionários e sociedade. A auto avaliação foi precedida por uma etapa de sensibilização por meio de palestras e banners. Essa avaliação foi estruturada em cinco elementos: análise situacional, Identificação de Problemas e Conquistas, Identificação de

Soluções, Plano de Ação, Acompanhamento das Ações e Divulgação dos Resultados distribuídos em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação.

Os resultados da auto avaliação apontaram diversas metas para o novo PDI da IES. A CPA desenvolverá anualmente a auto avaliação, de maneira a consolidar a cultura de avaliação na IES.

- a. CPA da composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA, contemplando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representante da sociedade civil organizada bem como garantindo a não existência de maioria absoluta por parte de um dos segmentos representados;
- b. Da avaliação interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a apresentação dos documentos que serviram de base para análise da avaliação (PDI, PPC, relatórios de auto avaliação e demais relatórios do Instituto).

4.23 INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Como estratégia de renovação, crescimento e qualificação do Curso de Administração da Universidade de Gurupi- UnirG e do seu corpo docente e discente, a última proposta de alteração curricular aprovada pelo Colegiado Educacional Superior do Estado do Tocantins, contemplou diretrizes para estimular e promover a integração do curso em todos os níveis acadêmicos, tanto no âmbito institucional como no regional, tendo em vista as características geoeconômicas de inserção do curso e da Universidade de Gurupi. Sendo assim, a valorização dos aspectos de ensino, pesquisa e extensão como atividades que se complementam, evidenciam a importância da articulação entre elas e do fortalecimento do vínculo entre graduação e pós-graduação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação mantém dois programas Lato Sensu vinculados ao curso, sendo de Agronegócios e o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Constam ainda junto a Pró Reitoria de Pós-Graduação os programas de Gestão Hospitalar em Saúde Pública e Privada, Desenvolvimento Gerencial em Logística Empresarial,

Desenvolvimento Gerencial em Recursos Financeiros e Desenvolvimento gerencial em Recursos Humanos.

4.24 NÚMERO DE VAGAS

O Curso de Administração oferece atualmente, 80 vagas anuais no período noturno, sendo que quarenta (40) vagas são oferecidas no primeiro semestre, e quarenta (40) vagas, no segundo semestre de cada ano.

A seleção dos alunos ocorre por processo seletivo de vestibular comum ou agendado, organizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo - CPPS.

A renovação de matrícula é semestral e obrigatória, de acordo com parâmetros fixados pelo Regimento Geral da UnirG e Calendário Acadêmico, fixado pela Universidade, enquanto as matrículas podem ser feitas por disciplinas, sendo exigido o mínimo de dezesseis (16) créditos para a consolidação desta.

O Curso de Administração, em sua Estrutura Curricular nº 07, possui uma carga horária total 3.060 horas. O aluno terá prazo mínimo de 08 semestres (04 anos) e máximo de 14 semestres (07 anos) para integralização curricular.

O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE) é considerado um componente curricular obrigatório para a integralização curricular, conforme a Lei 10.861/2004 (BRASIL, 2004b). De acordo com o disposto no art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013 (BRASIL, 2013b) e no Art. 5º da Portaria MEC nº 982/2016 (BRASIL, 2016c), também constitui componente curricular obrigatório e a situação de sua regularidade deve ser inserida no histórico escolar do estudante, sendo **condição para diplomação**.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E COLEGIADO DE CURSO, E SUAS COMPOSIÇÕES

O Conselho do curso é um órgão deliberativo e em grau de recurso máximo no âmbito do Curso de Administração, com sua atuação regulamentada por Regimento próprio e amparada pelos documentos constitutivos e pela legislação da Universidade de Gurupi- UnirG .

Ao Conselho de Curso é garantido deliberar pelas seguintes Câmaras: de Projetos, de Ética e Disciplina e de Recursos administrativos, que deverão ser regulamentadas por regimentos próprios. No caso do Curso de Administração ainda não justifica a deliberação por Câmaras tendo em vista o quantitativo ainda relativamente pequeno de professores que compõem o Conselho e também pelo ainda reduzido número de demandas.

O Conselho de Curso de Administração se reúne uma vez por mês, ou mais quando se faz necessário, para deliberar quanto às questões do curso: horário, projetos de extensão, eventos acadêmicos, avaliações, etc., sendo suas decisões registradas em ata assinadas pelos membros e publicadas. A convocação para as reuniões é realizada com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, dela constando a pauta dos assuntos a serem deliberados. Atualmente o Conselho do Curso tem a seguinte formação:

Quadro 22 - Composição do Conselho do Curso de Administração

Corpo Docente	
Membro	Adonaldo Avelino de Oliveira
Presidente	Alexandre Ribeiro Dias
Membro	Claudeilda de Morais Luna
Membro	Fábio Pegoraro
Membro	Maria das Graças Bastos de Sousa
Membro	Márlllos Peres de Melo
Membro	Rômulo Caldeira de Souza Maia
Corpo Discente	
Membro	Cristina Cruz de Abreu Costa
Membro	Eduardo Nogueira de Souza Gomes
Assistente Administrativo	
Membro	Paula Dielly Lopes da Silva

Fonte: Curso de Administração, 2022

O Núcleo Docente Estruturante é composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação, acompanhamento e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, conforme Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010.

Foi instituído na Universidade de Gurupi - UnirG, por meio da Resolução n° 002 de 24 de outubro de 2011, como estrutura de gestão acadêmica do curso de Administração, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matérias de natureza acadêmica, sendo co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Administração é regulamentado pelo Regimento Geral Acadêmico, com composição aprovada pelo Conselho de Curso, sendo constituído pelos membros especificados no item 3.13 deste PPC, que se reúnem periodicamente em todas as semanas letivas.

O regulamento do NDE, o calendário, pautas e atas/súmulas podem ser consultadas nos documentos arquivados na Coordenação do Curso.

Utiliza-se os seguintes instrumentos de trabalho:

- Regimento Interno;
- Lista de Frequência;
- Súmula/Ata Encontro de Trabalho.

5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A coordenador do curso de Administração acompanha a qualidade de seu curso por meio de um contato direto com corpo discente e docente, disponibilizando uma escuta sensível e atuante. Além disso, são feitas pesquisas junto aos alunos e aos professores para acompanhamento do desempenho acadêmico e profissional, ponderando constantemente o conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas, a capacidade didático-pedagógica, a postura ética e investigativa.

A coordenador do curso de Administração, de acordo com os termos estabelecidos pelo Regimento da UnirG, participará ativamente no Colegiado de Curso e no Núcleo Docente Estruturante, bem como representará o curso nas reuniões do Conselho Superior. Será o profissional responsável pela normalidade acadêmica e administrativa de funcionamento do curso, bem como pelo bom relacionamento entre alunos e docentes, tendo como competências estabelecidas no Regimento Interno da instituição

A coordenação do curso de Administração está a cargo da professor Alexandre Ribeiro Dias, enquadrado sob o regime de integral de 60 (sessenta) horas, que possui a seguinte formação e experiência profissional:

Quadro 23: Coordenação do Curso de Administração

Coordenação do Curso de Administração	
Coordenador	Alexandre Ribeiro Dias
Graduação	Administração Pública e Privada (PUC-GO)
Registro Profissional	CRA 009
Especialização	Gestão em Negócios (FAFICH)
Mestrado	Mestrado em Agronegócios (UFRGS)
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/6947474602105717
Experiência Profissional	Administrador 40h – ADEPEC-TO (1995 a 2004-Administrador Chefe Divisão Administrativa e Financeira) HRG-TO (1992 a 1994) Controller 40h – Irmãos Souza e Cia Ltda. (1990 a 1991)
Vínculo	Efetivo
Regime de Trabalho	60 horas

e-mail	administracao@unirg.edu.br
Telefone	(63) 3612-7603

Fonte: Curso de Administração, 2021

A Coordenação de Estágio é o departamento responsável pela orientação, supervisão e a execução de ações no âmbito dos Estágios Curriculares Supervisionados.

A função de Coordenador de Estágio no Curso de Administração tem como atribuições regimentais: coordenar as atividades de extensão de acordo com critérios estabelecidos pela Pró-Reitoria de Graduação e Extensão; Coordenar a elaboração do plano de atividades de estágios do curso; Manter atualizados os dados cadastrais dos envolvidos com o estágio e as informações referentes às atividades de pesquisa e de extensão; Propor normas de funcionamento para os estágios curriculares, ao Conselho do Curso; Estabelecer parcerias com a sociedade e instituições governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento das atividades de extensão e estágio supervisionado; Articular convênios e termos de cooperação com Instituições Públicas e Privadas, com vistas à ampliação do campo de estágio curricular e extracurricular; Fiscalizar, no âmbito do estágio, a execução da prática de forma didática, zelando pela observância rigorosa dos horários, frequência, programas e atividades dos professores, preceptores e discentes; Substituir, eventualmente, no caso de ausência, o Coordenador do Curso e Exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelo Conselho de Curso.

5.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O referido docente, está enquadrado sob o regime de Tempo Integral, com 60 horas semanais, destinadas para reuniões de planejamento, atividades didáticas, administrativas, gestão e condução do curso e dos estágios, e docência.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderão ser aferidas pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco*.

5.4 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do curso de Administração é composto de profissionais com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. Segue abaixo os docentes lotados no Curso e respectivas titulações:

Quadro 24 – Titulação do Corpo Docente do Curso

Nome	Titulação	Disciplinas
Adonaldo Avelino de Oliveira	Graduação: Economia Especialização: Administração Hospitalar	- Microeconomia; - Macroeconomia; - Economia Brasileira.
Alexandre Ribeiro Dias	Graduação: Administração Especialização: Gestão Empresarial e Gestão de Negócios Mestrado: Agronegócios	- Teorias Organizacionais I; - Teorias Organizacionais II; - Teorias Organizacionais II; - Gestão em Agronegócios; - Gestão Estratégica I; - Gestão Estratégica II; - Tópicos Especiais em Administração.
Augusto de Rezende Campos	Graduação: Ciências da Computação Especialização: Informática e Educação/ MBA Sistemas de Informações Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional	- Gestão de Sistemas de Informação. Licença por interesse particular
Claudeilda de Morais Luna	Graduação: Administração Especialização: Planejamento e Gestão Empresarial.	- Gestão da Recursos Humanos - Administração da Produção
Fábio Pegoraro	Graduação: Administração Especialização: Gestão Empresarial Mestrado: Engenharia de Produção e Sistemas Doutorado: Engenharia de Produção e Sistemas	- Administração da Produção e Operações; - Gestão de Custos; - Administração Financeira I; - Administração Financeira II; - Trabalho de Conclusão de Curso.
Luzinete Moreira de Almeida	Graduação: Administração Especialização: Administração Gerencial Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional	- Gestão da Comunicação Corporativa; - Estágio Supervisionado I; - Estágio Supervisionado II; - Ética e Administração.

		Licença por interesse particular
Maria das Graças Bastos de Sousa	Graduação: Administração Especialização: Mercado Exterior / MBA Gestão Empresarial Mestrado: Desenvolvimento Regional	- Administração de Materiais; - Administração Pública; - Administração de Projetos; - Empreendedorismo; - Ética e Administração; - Logística e Cadeia de Suprimentos; - Orçamento Empresarial; - Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.
Márilos Peres de Melo	Graduação: Eng. Agrônoma / Matemática Especialização: Metodologia do Ensino da Matemática Mestrado: Agronomia-Melhoramento Vegetal Doutorado: Agronomia-Melhoramento Vegetal	- Estatística I; - Estatística II.
Rômulo Caldeira de Souza Maia	Graduação: Administração de Sistemas de Informação Especialização: Didática do Ensino Superior e em Gestão Educacional Mestrado: Administração e Desenvolvimento Organizacional	- Comportamento Organizacional; - Gestão da Inovação e Tecnologias Cooperativas.

Fonte: Acervo Documental do Curso de Administração, 2021

A soma de docentes destacados na tabela acima, com titulação em programas de pós-graduação *latu-sensu*, é equivalente a 77 %. O percentual de mestres em relação ao total de docentes indicados é de 55 %. O percentual de doutores em relação ao total de docentes indicados é de 22 %.

As comprovações dos documentos assinados e dos títulos dos docentes lotados no curso estão armazenadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da UnirG, bem como à disposição da comissão verificadora para apreciação na época da avaliação *in loco*.

5.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Administração, distribuído em tempo integral (TI), tempo parcial (TP).

Segue abaixo os docentes e os respectivos regimes de trabalho, considerando os professores lotados no Curso.

Quadro 25 – Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

Docente	Regime de Trabalho
Adonaldo Avelino de Oliveira	40h
Alexandre Ribeiro Dias	60h
Augusto de Rezende Campos	20h
Claudeilda de Moraes Luna	40h
Fábio Pegoraro	60h
Luzinete Moreira de Almeida	DE
Maria das Graças Bastos de Sousa	DE
Márlos Peres de Melo	DE
Rômulo Caldeira de Souza Maia	60h

Fonte: Recursos Humanos (2022)

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho pode ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco*.

5.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Administração conta com profissionais atuantes no mercado de trabalho. O tempo de experiência profissional do docente fora do magistério, vem como quesito agregador ao fortalecimento do ensino aprendizagem do acadêmico, bem como uma das formas de facilitar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, em razão do domínio de conteúdos específicos das disciplinas por esses ministradas.

Eis o tempo de experiência profissional dos docentes lotados no curso de Administração:

Quadro 26 - Experiência Profissional do Corpo docente

Relação de Docentes	Experiência Profissional (em anos)	Tempo de Docência na UnirG (em anos)
Adonaldo Avelino de Oliveira	26	19

Alexandre Ribeiro Dias	30	24
Augusto de Rezende Campos	14	16
Claudeilda de Morais Luna	09	06
Fábio Pegoraro	11	16
Luzinete Moreira de Almeida	21	19
Maria das Graças Bastos de Sousa	13	18
Márlos Peres de Melo	21	17
Rômulo Caldeira de Souza Maia	11	01

Fonte: Dados Primários e Recursos Humanos, 2020

As comprovações das experiências de magistério superior dos professores indicados no curso estão à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, para apreciação na época da avaliação *in loco*.

5.7 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE

Relação de Docentes	Tempo de Docência
Adonaldo Avelino de Oliveira	21
Alexandre Ribeiro Dias	26
Augusto de Rezende Campos	18
Claudeilda de Morais Luna	06
Fábio Pegoraro	18
Luzinete Moreira de Almeida	21
Maria das Graças Bastos de Sousa	20
Márlos Peres de Melo	19
Rômulo Caldeira de Souza Maia	22

5.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

A produção do corpo docente indicado no curso de Administração, destacada no quadro abaixo, considerou os últimos três anos completos, bem como o ano vigente, e os seguintes trabalhos: livros; capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos em anais de eventos científicos; resumos publicados em anais de eventos internacionais; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes; e publicações nacionais sem *Qualis* e regionais:

Quadro 27 – Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Docentes	Produção nos últimos 3 anos (Qtde)			
	2018	2019	2020	Total
Adonaldo Avelino de Oliveira	-	-	-	-
Alexandre Ribeiro Dias	-	-	-	-
Augusto de Rezende Campos	01	-	02	03
Claudeilda de Moraes Luna	-	-	-	-
Fábio Pegoraro	05	03	04	12
Luzinete Moreira de Almeida	-	-	-	-
Maria das Graças Bastos de Sousa	-	-	01	01
Márllos Peres de Melo	03	02	03	08
Rômulo Caldeira de Souza Maia	-	-	01	01

Fonte: Plataforma Lattes, 2020

Com base no quadro acima, 60 % dos docentes indicados no curso de Administração publicaram ou desenvolveram atividades culturais, artísticas e tecnológicas, nos anos de 2018 a 2020, entre 01 e 12 produções, totalizando 31 trabalhos.

As produções e publicações, dos docentes indicados no curso, que se inter-relacionam com o projeto pedagógico do curso, estão à disposição da comissão verificadora para apreciação, em suas respectivas pastas, na época da avaliação *in loco*.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES, está encarregada da avaliação periódica do Curso de Administração, acompanhando e verificando a evolução produtiva científica e de qualificação docente.

6 INFRAESTRUTURA

O curso em 2018/1, teve seu funcionamento transferido para o Campus I do Universidade de Gurupi - UnirG, a mudança deu-se a fim de proporcionar ao acadêmico melhor estrutura física.

No Campus I, o curso conta com a seguinte estrutura:

Quadro 28 - Estrutura

Dependências	Quantidades
Sala de Professores – Campus I	01
Salas de Aula – Administração	06
Central de Atendimento ao Professor - CAP e Áudio Visual	01
Sala de Núcleo de Tecnologia e Informação – NTI	01
Laboratórios de Informática	04
Laboratório de Tecnologia Assistiva–LabTAU.	02 Ambientes
Biblioteca	01 dividida em 05 Seções
Auditório	01
Sanitários	08 banheiros, sendo quatro (04) femininos e quatro (04) masculinos. Cada banheiro contém quatro (04) boxes, sendo um (01) com acessibilidade.

Fonte: Universidade de Gurupi - UnirG

O auditório, situado no Campus I tem capacidade para 130 pessoas, possui palco, cadeiras confortáveis, é climatizado, equipado com data show, caixa de som e microfone.

As salas de aulas são amplas, com ar-condicionado Split, carteiras acolchoadas, lousa branca, com capacidade para 60 alunos destinadas às aulas presenciais, localizadas na Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Parque das Acácias, Gurupi, Campus I, 1º (primeiro) e 2º (segundo) piso. Estão disponíveis a todos os docentes equipamentos multimídia para as salas e os equipamentos que permitem acesso à internet em todas as dependências 24 horas/dia. Para facilitar principalmente aos portadores de necessidades especiais, o acesso às salas de aula é realizado através de rampas.

O Curso de Administração tem à sua disposição 4 Laboratórios de Informática, todos interligados em rede e com conexão direta à *Internet*. Os equipados com sistema operacional *Windows* possuem programas de editor de texto, edição de planilhas eletrônicas e programas específicos do Curso exigidos pelas disciplinas Gestão da Inovação e Tecnologias Corporativas, Estatística, Sistema de Informação Gerencial, e outras. Além disso, sempre está disponível um laboratório com o aparelhamento necessário para que os acadêmicos possam desenvolver suas pesquisas e trabalhos.

A biblioteca utilizada pelo curso de Administração fica no Campus I. Aos acadêmicos do curso é permitido o acesso a livros de qualquer dos cursos da IES. O sistema de empréstimo e reserva de livros é totalmente informatizado, possibilitando que o acadêmico renove seus empréstimos e realize reservas via *Internet*.

O quadro a seguir discrimina o acervo bibliográfico físico à disposição do Curso de Administração.

Quadro 29 – Discriminação do Acervo Bibliográfico do Curso de Administração da Universidade de Gurupi- UnirG

LIVROS	
Total Geral de Catálogos e Periódicos	1.399
Total Geral de Exemplares	4.019

Fonte: Biblioteca Universidade de Gurupi- UnirG, Dados Primários 2020

A IES dispõe também de biblioteca virtual integrada ao Sistema SEI, que veio como importante agregador no processo de ensino aprendizagem, vez que conta com elevado número de obras e em constante atualização. Para acessar o discente e/ou docente deverá conectar a plataforma SEI, com o seu *login* e senha, e posteriormente clicar no ícone “Minha Biblioteca”. Após *login* o usuário contará com elevado número de recursos, tais como compartilhamento, realçamento e criação de tarefas, obtendo dinamização nas atividades que necessitam do acesso as bibliografias para o seu desenvolvimento. Poderá ainda ser baixado *app* para acesso direto pelo aplicativo em celulares e tablets.

A Universidade de Gurupi- UnirG para atender o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro 2004, que regulamenta a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possui adaptações com a finalidade de eliminar as barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos acadêmicos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo.

Entre as adaptações do espaço físico podemos citar:

- **Acesso aos prédios:** há rampas com corrimão na entrada do prédio do Campus I e nas rampas de acesso as salas superiores.
- **Rampas de acesso** na entrada e nas salas superiores do Campus I.
- **Banheiros:** nos blocos das salas de aula há banheiros adaptados e espaço físico adequado para a locomoção.

Nas adaptações metodológicas e curriculares podemos citar:

- **Disciplinas:** o curso oferece a disciplina de Libras. Os professores dessa disciplina possuem formação na área. As aulas práticas de Libras são ministradas por uma professora surda o que favorece aos acadêmicos a oportunidade de conhecer de forma mais eficaz a língua materna dos surdos.
- **Materiais:** O Laboratório de Tecnologia Assistiva do Universidade de Gurupi- UnirG – LabTAU implantado com recursos da CAPES através do Edital nº 67/2013 do Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – LIFE, tem como objetivo proporcionar a comunidade interna dos Cursos de Licenciatura e bacharelado, de instituições escolares, do Município de Gurupi e região, ajuda técnica na área da Educação Especial, na realização de aulas práticas, prioritariamente, para o desenvolvimento das disciplinas voltadas a esta área e apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão. O laboratório conta com matérias para atender alunos com deficiência física, visual, auditiva entre outras. Atualmente, o curso tem acadêmicos que recebem atendimentos especiais, pois apresentam necessidade física e intelectual.

Para o desenvolvimento de pesquisas o LabTAU conta com os seguintes produtos: - Computadores, Notebooks, Tabletes, Softwares de ampliação, Filmadora Profissional, Câmera Digital, Scanner 3D, Impressora 3D, Caixa Acústica

e Microfone, Digitador de Imagens e Leitor Autônomo, Lousa Digital, Mesa Interativa, Impressora Multifuncional, Impressora Braille, Máquina de Escrever Braille, Linha de Braille, Plastificadoras, Máquinas de costura, Guilhotina Automática, Perfuradora Elétrica, Cadeira de Rodas Motorizada, Cadeira de Rodas simples, Cadeira de Rodas Infantil, Cadeira de Banho, Mesa de Atividade, Bengala Alumínio Ajustável, Muleta Auxiliar de Alumínio, POBYBAT Tênis de Mesa c/ Raquete, Banco Sueco em Madeira, Material Esportivo para Educação Física Adaptada, Reglete, punção, prancheta.

O Curso de Administração também disponibiliza espaço e infraestrutura para a prática de esportes, compartilhado com os demais cursos do Universidade de Gurupi- UnirG, o Ginásio Setor Malvinas.

A atualização e respectiva adequação dos Laboratórios e demais Instalações Específicas do Curso de Administração ocorrem de forma ininterrupta e a partir do resultado dos procedimentos de auto avaliação institucional e de avaliação do ensino e da aprendizagem.

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL – TI

Os professores que trabalham em tempo integral (TI), enquadrados como Dedicção Exclusiva (DE), possuem uma sala reservada, a fim de possibilitar o desenvolvimento dos trabalhos desses docentes.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A sala disponibilizada para desenvolvimento das atividades do Curso de Administração é ampla, climatizada, devidamente mobiliada e com acesso à Internet. Nessa sala funciona a Coordenação de Curso e o atendimento administrativo, vez que a Coordenação de Estágio do Curso está instalada no Núcleo de Práticas Administrativas. A Coordenação dispõe de **materiais de expediente** completos, sendo tais: Lapiseiras, porta correspondência, organizadora de papéis, canetas, papéis, calculadoras, pastas para arquivamento permanentes e

intermediários, pastas para professores, grampeadores e grampos, carimbos, réguas, colas, ligas para organização, copos descartáveis e etc. **Materiais de Limpeza:** Álcoois, desinfetantes, flanelas, panos para limpeza e etc. **Bens móveis:** três mesas de escritório, uma mesa para reunião, 01 gaveteiro volante, 06 (seis) cadeiras fixas, 02 (duas) cadeiras giratórias, dois telefones, um armário de aço, dois arquivos e uma prateleira, 02 (dois) computadores completos, uma impressora e um ar-condicionado.

6.3 SALA DE PROFESSORES

No Campus I da IES, onde acontecem as aulas do Curso de Administração, os professores contam com sala específica para as suas atividades, que fica em anexo a Central de Atendimento ao Professor (CAP). A sala é devidamente mobiliada com mesa de reunião, cadeiras, computadores, televisor e bebedouro.

O CAP e Áudio Visual, do Campus I, são espaços para atendimento ao professor no fornecimento de materiais como pincel, apagador, xerox e impressões. Reserva de equipamentos e auditório. Controle de chaves das salas de aula e laboratórios.

6.4 SALAS DE AULA

O Curso de Administração funciona no Campus I, o qual está localizado na Avenida Antônio Nunes da Silva, nº 2195, Setor Parque das Acácias. Neste local foram disponibilizadas 87 salas amplas, climatizadas e devidamente mobiliadas. Inclui-se neste quantitativo, laboratórios e salas de aula, com capacidade para 60 pessoas cada. O curso de Administração funciona no Bloco D e ocupa 05 salas.

A identificação dos blocos foi redefinida, consistindo neste campus, os Blocos D, prédio novo em que atende os alunos dos cursos de Direito no matutino e noturno, Engenharia Civil no matutino, Administração e Ciências Contábeis no noturno; Bloco F (antigo bloco azul) que atende o Curso de Letras e laboratórios de Engenharia Civil, Bloco E (antigo Bloco vermelho) em que atende os acadêmicos dos cursos noturno do Curso de Engenharia Civil.

No Campus I há a perspectiva de continuar sua expansão por meio de implementação de novas edificações para a demandas já constatada necessária, por exemplo: praça de alimentação, estruturar o entorno da represa existente no terreno deste campus a fim de oferecer opção de lazer à comunidade acadêmica e até, vislumbra-se a construção do restaurante universitário, o ginásio de esportes, entre outras melhorias.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Em relação à infraestrutura, contém 03 (três) laboratórios de informática no Campus I disponíveis a comunidade acadêmica, sendo distribuído da seguinte forma:

Laboratório I – Bloco D – Dispõe 27 Computadores completos (marca Positivo): Configuração técnica: Processador Intel: Core i3 3220, RAM: 4GB memória DDR3, Hard Disk 1TB Segate, Monitor LG 19EB13 18,5,5Pol, sistema operacional Windows 10.

Laboratório II – Bloco F – Dispõe de 22 Computadores completos (marca Positivo): Configuração técnica: Processador Intel Core i3 3240, RAM: 4GB memória DDR3, Hard Disk 500GB, Monitor OEM 18,5 Pol, sistema operacional Windows. Além disso, vale ressaltar que todos os laboratórios de Informática possuem acesso a internet de 100MB Link dedicado (Fibra Óptica) e com licenciamento Microsoft (Windows, office 365 e antivírus).

Laboratório de Tecnologia Assistiva - LabTAU – Laboratório destinado à pesquisa, produção teórica e elaboração de material didático e práticas pedagógicas voltadas à compreensão da inclusão como prática sócio pedagógica e da comunicação assistida. Esse espaço destina-se também à ministração de disciplinas como: Libras, Libras - Tópicos Avançados, Braille, Educação Especial e Dificuldades de Aprendizagem. Com isso, os acadêmicos são inseridos no campo da

acessibilidade, tendo uma visão ampla de como atuar no processo de inclusão.

6.6 O NÚCLEO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO – NTI

O NTI é responsável por prestar serviços de tecnologia da informação, bem como dar suporte às coordenações, professores, técnicos administrativos e acadêmicos nas rotinas administrativas e no uso dos laboratórios.

6.7 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi criado de acordo com as normas da Resolução CNS nº466 de 12/12/2012 e subordinado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O CEP da Universidade de Gurupi é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, instituído em 2005 por meio da Portaria nº 042/2005, emitida em 10 de janeiro de 2005 pela Fundação UnirG.

A missão do CEP é defender e salvaguardar os interesses e os direitos dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa voltada ao desenvolvimento local, dentro de padrões éticos. Destaca-se que o CEP, ao analisar e decidir sobre as pesquisas submetidas à sua apreciação, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa.

Ao CEP da UnirG compete desempenhar papel de caráter consultivo, deliberativo e educativo, analisando as pesquisas envolvendo seres humanos, além da realização de programas de capacitação dos membros, bem como da comunidade acadêmica e promoção da educação em ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

É composto por 01 (um) coordenador do quadro de professores da Universidade de Gurupi, detentor do voto de qualidade, 01 (um) vice coordenador do quadro de professores da Universidade de Gurupi, mínimo de 07 (sete) e máximo de 14 (catorze) membros e 01 (um) membro da sociedade que não seja participante

do quadro de professores da Universidade de Gurupi, preferencialmente indicado pelo Conselho Estadual ou Municipal de Saúde, entidade e/ou associação representativa de usuários.

6.8 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) da Universidade de Gurupi é uma instância colegiada interdisciplinar autônoma, de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Tem por finalidade analisar, emitir pareceres e expedir certificados seguindo os princípios éticos no uso de animais em ensino e pesquisa elaborados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

A CEUA é composta por 10 (dez) membros titulares internos e 01 (um externo, além de 04 (quatro) membros suplentes internos e 01 (um) externo. O mesmo é constituído por médicos veterinários, biólogos, docentes e pesquisadores na área específica e representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no país além de consultores *ad hoc*.

A CEUA tem como competência a assessoria de pró-reitorias de graduação e extensão, e pós-graduação e pesquisa, em suas decisões que contemplem implicações éticas quanto ao uso de animais em pesquisa e ensino, examinar todos os protocolos de investigação científica envolvendo animais, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhes a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética em pesquisa desenvolvida na instituição ou na cidade de Gurupi-TO, manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de seu trabalho e arquivamento de protocolo completo, acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios e eventuais exposições orais por parte dos pesquisadores, orientar os pesquisadores sobre os aspectos éticos no ensino e na pesquisa, sobre as instalações necessárias para a manutenção dos animais de experimentação, receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, requerer instauração de sindicância à Reitoria da Universidade de Gurupi em caso de denúncia de irregularidades de natureza ética nas pesquisas com animais, entre outros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto pedagógico buscou expressar a essência de formação do perfil do Administrador no âmbito da UnirG, e que a sociedade do século XXI necessita. Esse perfil possui um diferencial para este momento, ou seja, o de possibilitar ao futuro profissional uma adequação rápida aos novos cenários que se formam, para melhor se posicionar e interagir nos seus diversos campos de atuação.

Os princípios metodológicos do Curso de Administração buscam formar um profissional conhecedor de sua área específica, atrelado às relações da Administração com as Organizações, bem como aos conhecimentos da vivência teórico-prática, possibilitando uma dinâmica formacional cumulativa. Só mediante esse processo dinâmico de avaliação-atualização-adequação é que o egresso do curso poderá ser um profissional capaz de contribuir para a elevação da qualidade do conhecimento científico e para a construção e/ou reconstrução do meio social, econômico e empresarial em que estiver inserido.

Desta maneira, a investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes constituem tarefa básica, premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo, necessária para realizar o pretendido desenvolvimento sustentado.

Por ser um projeto que busca atender à uma tendência atual do contexto sociopolítico e econômico, bem como do educacional, necessita ser reavaliado e atualizado nos próximos cinco (5) anos.

No decorrer de sua implementação será feita uma avaliação sistemática da sua eficácia, bem como das principais dificuldades enfrentadas por professores e alunos.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **PORTARIA Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.**

BRASIL, Cidade. **Microrregião de Gurupi.** 2021. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-gurupi-to.html?c=habitants>> . Acesso em 20 de out. 2021.

FIRJAN. **IFDM**, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. 2016. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=TO&IdCidade=170950&Indicador=1&Ano=2016>> . Acesso em 20 de out. 2021.

LAGARES, Rosilen et all. **Gestão da educação em sistemas municipais de ensino no Tocantins:** tensionamento entre princípio e método democráticos. 2020. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/327051363.pdf>> . Acesso em 20 de out. 2021.

MEC, Ministério da Educação. **Resolução nº 04 de 13 de julho de 2005.**

MEC, Ministério da Educação. **Supervisão.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas-sp-1781541355/supervisao> . Acesso em 26 out.2020.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano / IDHM Municípios 2010.** Disponível em < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>> . Acesso em 20 de out.2021.

TOCANTINS, Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 16, de 09 de fevereiro de 2011.** D.O.U. nº 3.355, 05 de abril de 2011.

TOCANTINS, Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins.** Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/estadual/5zm92wq8g88k>. Acesso em 22 de set. 2021.

UNIRG. **Regulamento do Núcleo de Práticas Administrativas do Curso de Administração.** 2018.

UNIRG, Centro Universitário. **Regimento de Estágio Curricular do Curso de Administração.** 2018.

UNIRG, Centro Universitário. **Regimento Geral**. 2016.

UNIRG, Universidade de Gurupi. **Regimento Geral Acadêmico**. 2019. Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2020/02/Regimento-Geral-Academico-da-UnirG-Homologado-pelo-CEE-TO.pdf> . Acesso em 26 out.2020.

UNIRG, Centro Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. 2017.

UNIRG, Centro Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. 2020.

UNIRG, Centro Universitário. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. 2015.

UNIRG, Centro Universitário. Conselho Acadêmico Superior (CONSUP), **Resolução n° 061**, de 19 de dezembro de 2017.

